

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

JULIUS HERICKY HAFEMANN DALTOÉ

Reinaldo Azevedo em VEJA online: um intelectual a serviço da construção do antipetismo

Marechal Cândido Rondon - PR

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS
NÍVEL: MESTRADO

JULIUS HERICKY HAFEMANN DALTOÉ

Dissertação apresentada como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em História, na linha de pesquisa Estado e Poder, do curso de pós-graduação em História, Estado e Poder, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon sob orientação da Profa. Dra. Carla Luciana Silva.

Julius Hericky Hafemann Daltoé

Marechal Cândido Rondon - PR

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D152r Daltoé, Julius Hericky Hafemann
Reinaldo Azevedo em Veja online: um intelectual a serviço da construção
do antipetismo. / Julius Hericky Hafemann Daltoé.— Marechal Cândido
Rondon, 2017.
175 f.

Orientadora: Profª. Drª. Carla Luciana Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017.
Programa de Pós-Graduação em História

1. Historiografia. 2. Intelectuais. 3. Discursos. I. Silva, Carla Luciana. II.
Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 907.2
CIP – NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9ª/965



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



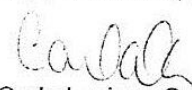
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE JULIUS HERICKY HAFEMANN DALTOÉ, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 12 dia(s) do mês de setembro de 2017 às 8h00min, no(a) Sala 61 - Laboratório Estado e Poder, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Julius Hericky Hafemann Daltoé, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Carla Luciana Souza da Silva, Erelino Teixeira Coelho Neto, Gilberto Grassi Calil, Alexandre Blankl Batista. Os trabalhos foram presididos pelo(a) prof(a) Carla Luciana Souza da Silva, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Reinaldo Azevedo em VEJA online: um intelectual a serviço da construção do antipetismo". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Erelino Teixeira Coelho Neto, Gilberto Grassi Calil, Alexandre Blankl Batista. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Orientador(a) - Carla Luciana Souza da Silva
UNIOESTE - Campus de M.C.Rondon

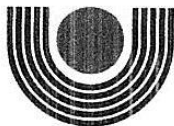

Alexandre Blankl Batista
UNIOESTE - Campus de M.C.Rondon


Erelino Teixeira Coelho Neto
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)


Gilberto Grassi Calil
UNIOESTE - Campus de M.C.Rondon


Julius Hericky Hafemann Daltoé
Candidato(a)


Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 6242/2016 - CDE



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
– MESTRADO E DOUTORADO - UNIOESTE**

PARECER DESCRITIVO

Título da Dissertação: "Reinaldo Azevedo em VEJA online: um intelectual a serviço da construção do antipetismo".

Nome do concluinte: **Julius Hericky Hafemann Daltoé**

Integrantes da Banca: Prof.^a. Dr.^a. Carla Luciana Souza da Silva (Unioeste) (orientadora), Prof. Dr. Eurelino Teixeira Coelho Neto (UEFS), Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil (Unioeste), Prof. Dr. Alexandre Blankl Batista (Unioeste).

Parecer:

A banca ressalte a relevância e pertinência do tema. Destaca o esforço de reflexão teórica e metodológica e o trabalho com as fontes.

Marechal Cândido Rondon, 12 de setembro de 2017.

**À memória de Lucas Patschicki,
gordo “safado” que nos deixou jovem
demais...**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, FORA TEMER!

“Segundamente”, gostaria de agradecer muito, muito, muito mesmo a Maria Aparecida Hafemann Daltoé e Nolimar José Daltoé, vulgo meus pais, por todo apoio que me deram durante toda a minha vida acadêmica, especialmente nesta altura em que me encontro agora, na conclusão do meu mestrado. Sem este apoio, tanto afetivo, quanto moral, financeiro e logístico, eu, com certeza, não teria as condições necessárias para concluir mais esta etapa da minha vida com o devido êxito. Estendo meus agradecimentos também a Angélica Daltoé, minha irmã que, apesar dos pesares sempre me auxiliou e esteve comigo durante todo meu processo de amadurecimento, tanto intelectual quanto de vida, auxílio este que não posso deixar de lembrar aqui. Família, amo vocês.

Gostaria de agradecer também a todos os amigos, que dividiram comigo as alegrias e agruras. comunhão e solidão. sobriedade compulsória e as espanadas expurgatórias. e também os conhecimentos e as incertezas, não apenas da vida acadêmica. Estes quase três anos transformaram muitas coisas em nossas vidas, alguns amigos estão distantes, alguns nem se encontram mais entre nós. Assim, este trabalho se torna um espaço onde gostaria, rapidamente, de compartilhar nossas lembranças. Agradeço a Isabel Grassioli (Bel), Jonas Koren (Vassoura), Veridiana Bertelli (Veri), Sabrina Rodrigues, Rodrigo Fermino (Cogu), Gustavo Lima, Sabrina Granja, Maikon Zanella, Brummer Gregory, Matheus Carvalho (Cabelo), Emer Gasparoto, Cleriston Santos, Emanuel Heimovsky, Ben-hur, Betty Bernwanger. Agradecimento especial também a Debora Rey (Déboga), por ter me auxiliado com este trabalho num momento em que nem eu aguentava mais olhar para o mesmo. Peço desculpas adiantadamente caso tenha esquecido alguém neste agradecimento, mas saiba que, apesar da memória falhar alguns momentos, a gente tá junto sempre!

Agradecimento mais que especial a Carla Luciana Silva, minha orientadora, pela paciência que teve com este trabalho durante todo o processo de pesquisa, por ter acreditado no potencial desta pesquisa e na minha capacidade em executá-la. Você sabe que não sou muito de puxar saco dos outros, então este agradecimento é mais que sincero.

Agradeço também às indicações da banca, cujas críticas e apontamentos fraternais, o que por vezes me fizeram sentir-me autoconfiante com meu trabalho, auxiliaram para o aceleração do ritmo desta pesquisa. Muito obrigado.

RESUMO

Investigamos neste trabalho, a atuação política de Reinaldo Azevedo no portal de VEJA.COM, universo *online* da Revista Veja, entre os anos de 2009 e 2013. Reinaldo Azevedo se constitui um dos principais porta-vozes do *Anticomunismo*, na forma do *Antipetismo*, nos espaços virtuais, produzindo discurso e cedendo espaço para a fomentação do espectro *Antipetista* na mídia brasileira. Reinaldo Azevedo começou a trabalhar na VEJA.COM em 2006, entre o primeiro e o segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob Governo do PT. Seus anos de trabalho em VEJA.COM tornam Reinaldo Azevedo uma figura emblemática da produção de *Anticomunismo* na Imprensa de Referência brasileira. Assim, nossa intenção com esta pesquisa foi buscar compreender quais os sentidos criados por Azevedo para compor o discurso *Anticomunista* na forma do *Antipetismo*, bem como avaliar qual a amplitude do que se refere ao discurso *Antipetista* produzido por ele. Isto é, quais interesses e motivações permeiam sua produção. Trabalhando com referenciais anticomunistas anteriores a R.A. e utilizando ferramentas da Análise do Discurso, investigamos a maneira com que os sentidos são aplicados por Reinaldo Azevedo, e procuramos compreender quais são os pontos de permanência, dos sentidos já anteriormente aplicados por outros produtores desta modalidade de discurso, e quais são as “inovações” produzidas por Reinaldo Azevedo nesta aplicação.

PALAVRAS CHAVE: Reinaldo Azevedo, Anticomunismo, VEJA, Antipetismo, Auto-ajuda, Personalidade Autoritária, Intelectuais, Discurso, Análise do discurso

ABSTRACT

Reinaldo Azevedo in VEJA online: an intellectual in the service of the antipetism construction

We investigated in this work the political performance of Reinaldo Azevedo in VEJA.COM's portal, online universe of Veja Magazine, between the years of 2009 and 2013. Reinaldo Azevedo became one of the main spokesmen of anti-communism, in the form of Antipetismo, at virtual spaces, producing discourse and giving space for the fomentation of the Antipetista spectrum in Brazilian media. Reinaldo Azevedo started working at VEJA.COM in 2006, between the first and second term of ex-president Luiz Inacio Lula da Silva, under PT's Government. His years of work at VEJA.COM make Reinaldo Azevedo an emblematic figure of the production of Anticomunist discourse in the Brazilian Reference Press. Thus, our intention with this research was to seek to understand the senses created by Azevedo to compose the Anticomunist discourse in the form of Antipetismo, as well as to evaluate the amplitude of what refers to Antipetista discourse produced by him. We mean, what interests and motivations permeate their production. Working with anticomunist references prior to RA and using Discourse Analysis tools, we investigated the way in which the senses are applied by Reinaldo Azevedo, and we try to understand which are the points of permanence, of the senses previously applied by other producers of this mode of discourse and, in this application, what are the "innovations" produced by Reinaldo Azevedo.

Key-Words: Reinaldo Azevedo, Anticomunism, Veja, Antipetismo, Self-Help, Authoritarian Personality, Intellectuals, Discourse, Speech Analysis.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

AI.5 – Ato Institucional nº5

ANL – Aliança Nacional Libertadora

CS – Convergência Socialista

CTB – Central dos Trabalhadores Brasileiros

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DH – Direitos Humanos

FDs – Formações Discursivas

GF – Guerra Fria

HI – História Imediata

IGM – Primeira Guerra Mundial

IIGM – Segunda Guerra Mundial

IWBM – Internet Way Back Machine

MUT - Movimento de Unificação dos Trabalhadores

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileiro

PNF – Partido Nacional Fascista

PSDB – Partido Social Democrata Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

R.A. - Reinaldo Azevedo

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO	5
ABSTRACT	5
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	6
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 FASCISMO E LUTA ANTIFASCISTA NO BRASIL	33
CAPÍTULO 2 ANTICOMUNISMO E ANTIPETISMO	69
CAPÍTULO 3 REINALDO AZEVEDO E A COMUNIDADE “ANTIPETISTA” NA INTERNET: Elementos de Auto-ajuda para Personalidades Autoritárias	92
CAPÍTULO 4 TRATAMENTO DE FONTES DA INTERNET, LIMPEZA DE METADADOS, QUANTIFICAÇÃO DE TERMOS RELATIVOS AO ANTICOMUNISMO, E ANÁLISE DO DISCURSO	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
BIBLIOGRAFIA	163
FONTES.....	166
ANEXOS	169

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo com esta pesquisa é investigar, analisar e problematizar a atuação política e ideológica de José Reinaldo de Azevedo da Silva, ou apenas Reinaldo de Azevedo (R.A.)¹, colunista *online* da revista Veja², através de seu *blog* diário³ hospedado no *web-site*⁴ da mesma revista entre os anos de 2009 e junho de 2013. Data que, corresponde as manifestações ou Jornadas de Junho⁵.

Este recorte histórico corresponde ao final do segundo mandato do Governo Federal do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e também ao primeiro mandato de Dilma Rousseff. Buscamos compreender e analisar as proposições ideológicas construídas e veiculadas por este colunista, delineando suas especificidades.

Obviamente R.A. não destoa da pauta editorial da Veja, mas com o formato *blog* acabou por ganhar muito mais “liberdade” que os demais jornalistas da edição impressa. Além disso, a capacidade de debate e diálogo com seus leitores formatou uma comunidade *online*, que tanto é dirigida pelas proposições de R.A. quanto avalia sua atuação como intelectual automeado “liberal conservador”.

Neste sentido, procuraremos analisar quais os elementos que capacitam R.A. para o trabalho de intelectual que ele cumpre. Em outras palavras, quais os recursos que ele utiliza para qualificar os sentidos no seu discurso. Compreender a formação de R.A. se torna importante ao passo que o colunista se utiliza de leituras históricas, supostamente feitas a partir de expoentes clássicos da esquerda revolucionária, para desconstruir este ideário. Nesta direção, buscamos reconstituir, em alguma medida, os passos traçados por R.A. em sua formação política.

A partir destes levantamentos, compreendemos a atuação de R.A. dentro de um

1 Utilizaremos as iniciais R.A. para nos referirmos a José Reinaldo de Azevedo da Silva.

2 Para não confundir a análise, utilizaremos VEJA.COM para tratar do portal virtual da Revista Veja, e apenas Veja para tratar da revista.

3 www.reinaldoazevedo.com.br.

4 <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/>

5 CALIL, Gilberto. “Decifra-me ou te devoro”: a grande mídia e as manifestações. Disponível em <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=1546><http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=1546> Acessado em 13/12/14

determinado contexto Histórico de aplicação das políticas Neoliberais, e das (contra)reformas neoliberais aprofundadas com o fim do processo de Ditadura Civil Militar no Brasil. A compreensão deste contexto é importante para nossa pesquisa, quando nos inserimos na discussão relativa ao processo de transformações internas que levaram o PT, tido como perigoso pelos defensores do neoliberalismo nos anos 1980 e 1990, a se tornar um partido adaptado à ordem, à lógica eleitoral do Estado Burguês, e seu abandono dos programas de reformas populares⁶.

Assim, relacionando a produção de R.A. ao processo de transformação do PT para compreender qual o sentido, o interesse ou a função que cumpre o discurso anticomunista, amplamente praticado por R.A., no atual contexto político. Então, faremos um levantamento bibliográfico acerca dos conceitos de Fascismo e *Anticomunismo*, os quais temos uma compreensão prévia, porém buscaremos um aprofundamento teórico, relacionado estas práticas ao campo da Análise do Discurso.

Sendo assim, nosso primeiro capítulo trata o tema do *Anticomunismo*. Buscaremos compreender a amplitude deste conceito e qual o sentido de sua utilização enquanto ferramenta na produção discursiva. Neste mesmo sentido, procuraremos trabalhar com o recurso à utilização do *Anticomunismo* como parâmetro padrão para a construção do consenso, ou seja, através dos “*filtros da produção de informação*” conforme a leitura de Sanchez.

A Partir da análise preliminar da produção de R.A., acrescentaremos no subcapítulo 1.1 uma discussão sobre o conceito de Fascismo. Inicialmente, analisando seu desenvolvimento no período entreguerras e elucidando os elementos do que chamamos de Fascismo Histórico ou, como alguns historiadores chamam, Fascismo Clássico. Para então, no subcapítulo 1.2 pontuarmos possíveis caminhos metodológicos para trabalharmos com o conceito de Fascismo, e elementos relativos a este fenômeno sem que assim o isolemos, espacial e temporalmente, apenas em suas manifestações mais pungentes.

6 COELHO, Eurelino. Uma esquerda para o capital. Crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wpcontent/uploads/2010/04/Uma-esquerda-para-o-capital-Eurelino-Coelho.pdf> Acessado em: 09.11.2014

No subcapítulo 1.3, procuramos compreender o processo nacional que culminou com o fim do *Estado Novo*, chamado aqui de “Redemocratização pelo Alto”, relativo ao contexto internacional pós II Guerra Mundial, na luta contra o “*fascismo interno*”, particularmente “*o fascismo quintacolonista ou integralista*”⁷ Esta luta envolve a disputa entre antifascistas e frações da oligarquia contra a ditadura estado-novista. Decidimos analisar este processo, pois acreditamos que ele elucida vários problemas relativos à prática do *Anticomunismo* enquanto método de combate por parte dos setores da oligarquia, como os possíveis resultados políticos desta prática, como o fechamento de espaços para a debater, produzir e promover um projeto por parte dos setores atingidos por este método de combate.

No segundo, portanto, decidimos embricar a discussão sobre o conceito de *Anticomunismo* diretamente com sua utilização metodológica na produção do discurso na, como qualificam Chomsky e Sanchez, “*Indústria da Opinião Pública*”. Assim, no subcapítulo 2.1 apresentaremos algumas produções relativas aos antecedentes do *Antipetismo* formatado por R.A. Isto é, apresentaremos alguns Intelectuais Orgânicos que participaram deste tipo de produção num período anterior ao de R.A., para assim obtermos elementos que nos possibilitem compreender quais as especificidades de R.A. em relação à produção do discurso *Antipetista*.

No capítulo três, exploraremos as possibilidades analíticas sobre a discussão presente em Adorno, acerca da “Personalidade Autoritária”, que nos faz refletir em que medida R.A. reproduz uma forma autoritária de sociedade em seu discurso. Ainda, neste sentido, há possibilidade, a partir de elementos que configuram interesses e linguagens comuns entre as pessoas que se identificam com o discurso de R.A., de analisar sua produção na esfera da produção literária descrita como “auto-ajuda” (uma auto-ajuda para pessoas autoritárias), mesmo que não tenhamos dúvida de que não se trata estritamente disto, a partir de alguns elementos presentes na obra “Literatura de Auto-

7 ALMINO *apud* CALIL. Quem derrubou o Estado brasileiro? Reflexões sobre as construções historiográficas em torno da democratização de 1995. In, *Democracia, Ditadura*. 1ª Edição, 2013 p. 6. Disponível em <http://www.tintadachina.pt/pdfs/473d82fddac905f20f83031bc689089e7-inside.pdf>

Ajuda e Individualismo” de Francisco Rüdiger. Para tanto, apresentaremos comentários de leitores que, acreditamos, formatam uma espécie de comunidade de troca de experiências.

Nosso último capítulo, é destinado à metodologia de coleta de dados, explicando os métodos pelos quais tivemos acesso aos artigos de R.A., bem como as dificuldades que nos levaram a optar por tais métodos de coleta. Apresentamos também as tabelas de quantificação dos dados, “palavra-por-palavra”, onde selecionamos os termos que estão relacionados ao discurso *Anticomunista* produzido por R.A., assim como termos potencialmente utilizados para a construção deste discurso. Ainda, apresentamos neste capítulo artigos relacionados a temas diversos na produção de R.A., que nos possibilitaram apreender elementos que qualificassem os sentidos produzidos na confecção do discurso *Antipetista* de R.A. com ajuda de elementos da metodologia de Análise do Discurso (A.D.), a partir dos apontamentos que obtivemos com a produção de Betania Mariani, finalmente concluindo nosso trabalho.

Pretendemos, portanto, a partir da investigação sobre nosso objeto, analisar qualitativamente estes mesmos comentários. Neste sentido, buscaremos analisar os reflexos do próprio discurso político do colunista enquanto o trabalho de “intelectual orgânico”, com relação à formação e sustentação do ideal político de seu público.

Em primeiro lugar, precisamos apontar para algumas preocupações que os historiadores que trabalham com a História Imediata (HI) ou História do Tempo Presente (HTP) devem atentar-se. Portanto, alertamos para o fato de que a HI é uma história inconclusa, um processo ainda em aberto, com seus desdobramentos ainda não consolidados e com suas possibilidades ainda obscuras, sem esquecer a própria imersão do historiador no contexto de seu objeto, enquanto sujeito ativo do processo.

A imersão do sujeito no processo, alertam os teóricos de HI, pode influenciar no resultado das pesquisas de forma prejudicial, isto é, como diria Hobsbawm, substituindo o engajamento científico pela função social dos resultados, no entanto o distanciamento crítico é diferente do

distanciamento temporal e há ferramentas no arcabouço dos historiadores que auxiliam nesta distinção metodológica.

Isso requer, por parte do historiador, a adoção de alguns procedimentos específicos para trabalhar junto a seu objeto. Entretanto, a HI não pode ser encarada como uma “outra história”, ou uma História distinta das demais, (mesmo com distanciamento crítico, não devemos cair no mito da “neutralidade” na produção historiográfica.). Ou seja, seus métodos não rompem com os procedimentos de teórico-metodológicos que foram construídos e são utilizados até hoje pelos historiadores em geral.

Neste sentido, a HI apresenta ao mesmo tempo alguns problemas que devem ser cuidadosamente avaliados pelo historiador no processo de confecção de sua pesquisa, ao passo que esta modalidade historiográfica também apresenta algumas vantagens intrínsecas as suas peculiaridades. A História, a partir da concepção da HI, não deve mais ser pensada como sinônimo de “passado”, redefinindo o conceito de História.

As fontes em HI são abundantes, mesmo que alguns indiquem para a debilidade na liberação de documentos oficiais recentes para estudo, a quantidade de documentos possíveis de serem transformados em fontes refuta os argumentos dos que praticam a História das escolas tradicionais. Além disso, na HI há maior liberdade nas elaborações feitas pelos historiadores na análise desta História que se apresenta como um processo aberto, isentando o historiador das “críticas a posteriori”.

A quantidade e qualidade de fontes também pode acabar se tornando um empecilho, dado a quantidade sobre-humana de (des)informação que se produz cotidianamente, isto é, a quantidade de informação em relação à sua qualidade. Além disso, as diversas qualidades de fontes que se produz também exige dos pesquisadores uma instrumentalização que muitas vezes ultrapassa a formação dos Historiadores. Isso não exclui das funções do historiador a necessidade de voltar-se à crítica interna e externa dos documentos que podem ser transformados em fonte, instrumentalizando-se de

referenciais oriundos de outras áreas do conhecimento para a decodificação dos documentos transformados em fonte. Neste sentido, a popularização da internet resultou em um espaço enorme, cheio de documentos que podem ser transformados em fontes das mais distintas qualidades (imagética, áudio-visual, textual, etc.).

Enfim, a partir da concepção da HI, abre-se aos historiadores a possibilidade de entrincheirar-se no espaço que era atribuído anteriormente circunscrita ao jornalismo.

Nesses termos, a HTP e a HI expressam uma possibilidade de se constituir um delimitador de novos campos de análise e intervenção, adequando-se o arsenal teórico-metodológico da ciência histórica e elaborando-se, com a contribuição de outras áreas do conhecimento, novos instrumentos que permitam enfrentar-se eficientemente tamanho desafio.⁸

Para além disso, vale lembrar que a atuação do jornalismo não isenta a história de parcialidade. O jornalismo, que analisamos dentro das relações de poder, enquanto atuante partidário, representa interesses distintos, relacionados às aspirações dos setores de classes que representa. Seu papel, neste sentido, é o de formador de opinião, fomentador do debate e organizador das pautas referentes aos seus interesses, ou como diria Gramsci, resumidamente: 'um intelectual orgânico a serviço de sua classe ou fração de classe'.

Gramsci compreende que o intelectual possui uma função social, que não está dissociada de seu contexto histórico, como um porta-voz de sua classe ou fração de classe social, deste modo o intelectual orgânico tem o papel de formar, organizar e dirigir politicamente, não apenas com base em sua classe social, a qual se empenha em tornar homogênea, mas de construir a hegemonia sobre as classes subalternas. Neste sentido, esta compreensão do papel do intelectual se distância da concepção burguesa em que o indivíduo teria suas capacidades pré definidas para a execução de tal tarefa, e passa a ser compreendido como sujeito determinado por um grupo social a cumprir tal tarefa, invertendo então esta lógica. Assim segundo Gramsci:

8 PADRÓS, Enrique Serra. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do tempo presente. In *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan./dez. 2004

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de 1) Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.⁹

Ou seja, caracteriza-se desta maneira a forma de atuação da sociedade civil frente ao Estado Político, de aparelhos produtores de discurso enquanto partidos políticos, mesmo que não oficiais, com ideologias mediatizadas por seus respectivos intelectuais. Gramsci expõe esta inter-relação de elementos que auxiliam na compreensão da atuação da própria sociedade civil frente ao Estado, que se constitui em uma estrutura de relações que chamaremos de “*Estado Ampliado*”.

O “Estado Ampliado”

As disputas pelos projetos político-econômicos a serem implementados ocorrem por várias vias de debate, sendo que estas geralmente estão articuladas e, muitas vezes, se confundem no decorrer do processo de debate. Grosso modo, podemos compreender este processo de disputa pela via partidária, articulada e disputada no interior dos partidos oficiais, formais, os quais constroem a disputa de forma programática, sendo disputado internamente pelas várias frações partidárias até que se constitua em um programa político a ser implementado.

Outra forma muito importante que vai disputar a ideologia das várias frações de classe, inclusive as que se encontram organizadas dentro da instância partidária, é a disputa pelos meios extrapartidários. Isto é, articulada e coordenada entre os Aparelhos de Hegemonia que participam

9
4 GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Editora civilização Brasileira. 1982. p. 3 e

ativamente da vida política, ao se manifestarem sempre de maneira parcial aos projetos políticos e econômicos em debate. Estes meios extrapartidários são constituídos pelas várias formas de mídias (TV, rádio, revistas, jornais, internet) e organizações de classe (fóruns, sindicatos, movimentos sociais).

Em síntese, esta relação que articula as formas partidárias e extrapartidárias de disputa hegemônica, construiremos sob o conceito de “*Estado Ampliado*”, que é uma leitura proposta por alguns intelectuais a partir da análise da seguinte relação analisada apresentada por Gramsci, onde é “*possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção*”¹⁰, há uma inter-relação entre a sociedade política, e os meios privados de hegemonia. Nesse sentido, o Estado é compreendido como “*o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem nem ativamente nem passivamente*”¹¹, e a sociedade civil como “*conjunto dos aparelhos privados de hegemonia – um dos terrenos da luta de classes em sociedades capitalistas modernas, sendo mesmo um dos espaços fundamentais da luta de classes em sociedades capitalistas*”¹².

Esta complexificação das relações dentro do Estado implica uma complexificação nas formas de disputa travadas na luta de classes em geral. Isto se enfatiza no período entreguerras em que as lutas sociais não são mais passíveis de serem combatidas no terreno da guerra de movimentos e, pressupondo a necessidade de um “*entrincheiramento*” da luta de classes, “*porque o Estado, ainda que os governantes digam o contrário, não tem uma concepção unitária, coerente e homogênea*”¹³.

A Revista VEJA e sua atuação partidária

10 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Volume 3. p. 244

11 BIANCHI, Álvaro. O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008. p. 178

12 FONTES, Virgínia M. A Sociedade Civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e lutas teóricas na década de 1980. In: LIMA, Julio. C.. NEVES, Lúcia. M. W. Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006. p. 201

13 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Volume 1. p. 112

Sendo assim, feitas as devidas pontuações acerca da pesquisa na área de História Imediata da atuação dos intelectuais em relação aos processos de disputas sociais, apresentamos nosso objeto que está relacionado a esta historicidade. Pretendemos analisar a atuação, no tempo presente, de R.A. ligado à *Veja*, esta última vista aqui como organizador e articulador político segundo a concepção Gramsciana. Neste sentido, apresentaremos brevemente o histórico da sua atuação político-partidária, além de alguns apontamentos sobre sua formação *online*. Nosso eixo está na construção do discurso político do colunista R.A. com relação à atual cena política que se desdobra no Brasil. Daremos atenção maior aos elementos que indicam a construção de um discurso ideológico *Anticomunista* por parte do colunista.

A revista *Veja* foi fundada em 11 de setembro de 1968, mesmo ano do Ato Institucional número 5 (AI5), pelos jornalistas Roberto Civita e Mino Carta, publicada pela editora Abril, a revista traz como temas de seus editoriais a política, economia, cultura, ciência e tecnologia.

Segundo aponta Carla Luciana Silva, a relação entre a revista e o governo no período da ditadura era ambígua¹⁴, vez apoiando os planos do governo militar e vez fazendo críticas ao mesmo. Após o processo de abertura democrática, porém, a *Veja* passa a defender, engajadamente, as reformas neoliberais a serem implementadas no Brasil.

(...)Se, por um lado, a revista sempre teve uma relação ambígua com a ditadura, por outro se engajou a favor das reformas neoliberais desde o retorno da democracia, em 1985 – com a mesma devoção com que anuncia sua linha editorial de “jamais refugiar-se no conforto da imparcialidade”.¹⁵

Desta maneira, *Veja*, por si só, desmente a pretensão do discurso da “neutralidade” que a mídia em geral reivindica praticar. Sendo assim, seu grupo além de não ser neutro, também escolhe e aposta suas fichas em um projeto político de seu interesse. Podemos apontar, para tanto, seu apoio ao, na época, candidato Fernando Collor de Melo, defensor da implantação do projeto neoliberal no

14  SILVA, Carla Luciana. *Veja, a Tática do Cinismo*. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1310> Acessado em 09/07/2015

15 Idem

Brasil, contra Lula e o PT, que representavam os movimentos sociais e sindicais, tão combatidos pelo editorial da revista.

Além disso, no formato *online* de *VEJA.COM*, temos alguns elementos específicos passíveis de análise que devem ser levados em conta: se em seu formato impresso a Veja permite a publicação das cartas dos leitores, em seu formato *online* ela conta com os comentários dos usuários. Estes comentários são filtrados pelos moderadores do *blog*, e são publicados apenas aqueles que não destoam dos interesses gerais do editorial.

O formato *online* conta com outros elementos que dão a esta plataforma uma maior acessibilidade por parte do público, como seu caráter gratuito, por exemplo, e sua amplitude de divulgação elevada via redes sociais. Por tanto, a partir destes elementos, podemos apontar que este formato de mídia, via plataforma *online*, apresenta uma relação entre *VEJA.COM* e público qualitativa e quantitativamente distinta de seu formato impresso.

Seu alcance, em termos de divulgação, é maior, ao mesmo tempo que possui um custo menor, também é facilitado o compartilhamento de sua informação (via redes sociais por exemplo) o que aumenta quantitativamente sua repercussão ideológica, logo a fomentação do debate das suas pautas políticas.

Reinaldo Azevedo e a *VEJA online*

Reinaldo de Azevedo nasceu na cidade de Dois Córregos em 19 de Agosto de 1961, tem hoje 53 anos, formado em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo, viveu boa parte de sua vida em Santo André, no ABC paulista, é Católico apesar de discordar, segundo ele, de certas posições da igreja, como por exemplo a adoção de crianças por casais homossexuais, sendo a favor e a igreja contra, e contrário ao celibato obrigatório e a teologia da libertação. Esta última sendo

chamada pelo mesmo como “escatologia da libertação”¹⁶. É casado e tem duas filhas, atualmente reside na cidade de São Paulo.

O colunista ingressou nos quadros editoriais de *VEJA.COM* no ano de 2006 e desde então escreve diariamente em seu *blog* hospedado nos domínios de *VEJA.COM*. Sua atuação é bem ampla, escrevendo diariamente desde críticas literárias até análises político-econômicas e sociais.

Reinaldo de Azevedo é hoje um dos principais porta-vozes da política anti-petista no Brasil, e tem como um dos seus principais objetivos constituir o consenso político e econômico da direita contra o que ele chama de “hegemonia socialista”, denunciando um suposto processo de “revolução cultural gramsciana”, ou até mesmo “golpe bolivariano” que estaria em curso no país encabeçado pelos ideólogos do PT. Apesar de majoritariamente circunscrito à internet, R.A. tem uma influência que ultrapassa este veículo midiático, tendo seus bordões¹⁷ e termos repetidos por apresentadores de televisão e outras mídias.

Obviamente R.A. não destoa da pauta editorial da Veja, mas com o formato *blog* acabou por ganhar muito mais “liberdade” que os demais jornalistas da edição impressa. Além disso, a capacidade de debate e diálogo com seus leitores formatou uma comunidade *online*, que tanto é dirigida pelas proposições de R.A. quanto avalia sua atuação como intelectual automeado “liberal conservador”. Articulou-se a outros colunistas *online* de *VEJA.COM*, como Rodrigo Constantino¹⁸ e Felipe de Moura Brasil, trabalhou para a construção do pensamento da direita conservadora nacional. Compreendemos esta articulação dentro do espaço de *VEJA.COM* como atuante partidária a favor dos interesses da classe dominante, baseado na concepção gramsciana, pois esta relação visa produzir, organizar e sistematizar os princípios, ideologias e práticas que se adéquam a seus interesses e aos interesses de *VEJA.COM*.

Reinaldo de Azevedo também conta com exposição em outras formas de mídia dentro do

16 AZEVEDO, Reinaldo. *Considerações Sobre o Pobrisimo*. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/consideracoes-sobre-pobrisimo/> Acessado em: 19/11/2014

17 Bordões como “petralha”, “esquerdopata”, “Lula apedeuta”, entre outros

18 Assim como Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino também já não trabalha para o quadro editorial de *VEJA.COM*, porém Constantino deixou este quadro editorial antes de Azevedo

mundo virtual, sendo consideravelmente popular nas redes sociais. Neste espaço ele apresenta suas ideias de forma sintetizada e divulga suas participações em palestras, fóruns ou lançamentos de livros. Tem participação em outras formas de organização, como o Fórum Centro de Liderança Pública, ou apenas Fórum CLP, que em seu slogan traz a frase “determinar prioridades e liderar mudanças inovadoras”.

Segundo R.A. “(...) não existe imprensa de direita no Brasil – infelizmente, não”¹⁹, o que nos faz refletir esta relativização da categoria social de direita, ao passo que o escritor segue sua avaliação naturalizando a condição das mídias que defendem, frontalmente ou de maneira velada, a visão política de direita, afirmando que “(...) o que elas são, sim, é mais bem-feitas do que as concorrentes – e, por isso, têm, em seu ramo, um público leitor ou telespectador muitas vezes maior do que os competidores”²⁰. Como se o fato de investimentos em publicidade, via inserção de propagandas de empresas que comungam com as construções sociais expostas na revista, não tivessem peso algum sobre o número de leitores ou o número de vendas desta²¹.

Seus livros, “O País dos Petralhas” Volume 1 e 2, são essencialmente constituídos por recortes de seus artigos postados em seu *blog* da *VEJA.COM*. O próprio termo “Petralha”, repetido por vários sujeitos *antipetistas* em todo Brasil, foi cunhado por R.A.. Referência da associação do PT com a quadrilha de ladrões “Irmãos Metralha”, do desenho animado do “Tio Patinhas”, produzido pela Walt Disney. No mesmo sentido pejorativo, R.A. formulou termos como “esquerdopata”, visando sugerir que esta ideologia é uma forma de doença social. Estes elementos de desqualificação estão presentes em boa parte de seus artigos.

Estes termos, geralmente utilizados com cunho pejorativo se mostram cada vez mais presentes e vigentes no discurso e atuação de grupos ligados às ideologias conservadoras, com sentido de incorporar, em um só campo de atuação, todo o espectro da “esquerda”, destituindo deste

19 AZEVEDO, Reinaldo. O país dos petralhas. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. Vol. 1 p.43

20 Idem

21 Esta visão, meritocrática, está presente em várias de suas publicações que, direta ou indiretamente, por meio de citações de outros escritores, por exemplo, faz apologia à inserção desta lógica em todas as instituições públicas

último grupo o seu cunho independente ou autônomo ao governo do PT. Prevalece-se na intertextualidade deste discurso o seu apelo a elementos fundamentados na ideologia do *Anticomunismo*.

Esta ideologia ilustrada pela cunhagem de termos acerca da atuação político-ideológica da esquerda segue no sentido de construir uma imagem ligada à corrupção, subversão e imoralidade.

Esta tentativa de equiparação entre os elementos políticos oriundos do comunismo com outras formas de pensamento que não corroboram fundamentalmente com o a práxis política das elites, com os interesses da burguesia em si, é uma constante dentro do quadro da ideologia *Anticomunista*. Sobre isso Lucas Patschiki,

Assinalemos que o anticomunismo não refere-se somente aos comunistas, estendendo-se a tudo o que pode ser interpretado como colaborador com o objetivo histórico destes: a abrangência do comunismo amplia-se a ponto de não poder ser quantificado, o “espectro” ronda todo o corpo social. Abre-se a possibilidade de “qualificar” diversos elementos contaminados, ou melhor, passando a dotar as práticas políticas mais diversas de um sentido político específico. Assim, projetos políticos irracionalistas, como o fascismo, retoricamente passaram a arrogarem-se de portarem a gênese de um projeto de sociedade, pois identificando o outro em termos sub-reptícios, que só eles teriam a competência especializada para classificarem e isolarem, compondo uma retórica supostamente “totalizante” de contraposição, afirmação maior da sua imunidade diante da disseminação viral do inimigo.²²

Com isso, dirigimos nossa reflexão no sentido de apontar que as organizações que são atingidas pelo discurso ideológico *Anticomunista* não necessariamente são comunistas, ou lembrando da celebre frase de Karl Marx: “(...) *que partido de oposição, por sua vez, não lançou a seus adversários de direita ou de esquerda a pecha infamante de comunista?*”²³

Novamente, nos cabe perguntar: qual a função social, dentro do campo de manutenção da hegemonia, do discurso *Anticomunista*? Vale lembrar do texto, ainda na década de 80, do José Paulo Netto:

22 PATSCHIKI, Lucas. Olavo de Carvalho, o Mídia Sem Máscaras e o anticomunismo contra Gramsci (2002-2011). In: *Revista História & Luta de Classes*. no 14, setembro de 2012

23 MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Sundermann, 2003. p. 25

A resposta é mesmo esta: O anticomunismo é sempre um verniz, uma cobertura para disfarçar interesses antidemocráticos e antipopulares. A democracia não pode conviver com o anticomunismo, que é a arma dos reacionários e dos fascistas. Naturalmente, isto não quer dizer que os democratas sejam adeptos do comunismo ou simpáticos a ele. conservadores, democratas-cristãos, liberais, trabalhistas, social-democratas socialistas não são comunistas, mas compreendem que a defesa das suas ideias devem ser feitas através de argumentos políticos e não do uso da força de repressão. É preciso diferenciar os não-comunistas dos anticomunistas. Há muitos democratas não-comunistas. os anticomunistas, porém, jamais serão democratas.²⁴

Segundo esta concepção, podemos afirmar que R.A. possui os traços essenciais de um intelectual *Anticomunista* e, portanto, antidemocrata. Um elemento de interesse nesta reflexão é a origem política de R.A. Tendo sido militante de grupos de esquerda socialista durante os anos 70 e 80, participou de grupos como “Liberdade e Luta” (LIBELU) e “Convergência Socialista” (CS), ambos grupos trotskistas. Nos anos 1990 militou no próprio PT, na região do ABC, berço do partido.

Ele não é um intelectual de origem política da “direita tradicional”²⁵, possuindo alguma leitura de teóricos marxistas e comunistas. A utilização deste conhecimento para a instrumentalização de seu discurso *Anticomunista* é importante pois garantiria maior legitimidade ao seu discurso, já que sua origem política supõe um “conhecimento de causa” para tanto.

A criminalização das organizações de esquerda é uma constante em suas práticas discursivas, muitas vezes apelando para tentativas de naturalização da repulsão à esquerda, como se fosse um fato cultural entre os brasileiros a tendência ao pensamento de direita²⁶.

Azevedo aponta dados e mais dados para legitimar sua pretensão de caracterizar a consciência e a cultura popular como “de direita”. Para os historiadores Marxistas, estes elementos são importantes para compreensão da disputa da consciência social e, portanto, da hegemonia na luta de classes. No entanto, o fato é que, entre os historiadores não há um consenso sobre o que seja

24 NETTO, José Paulo. *O que todo cidadão precisa saber sobre o comunismo*. 2ª ed. São Paulo: Global, 1987. p. 11

25 Utilizamos o adjetivo “tradicional” em contraposição aos partidos com origem na esquerda, que acabaram capitulando ao projeto neoliberal

26 Para ilustrar isso podemos apontar o artigo intitulado “A JUVENTUDE BRASILEIRA É DE DIREITA” em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/juventude-brasileira-direita/> Acessado dia 01/11/2015

a Cultura, ou ainda que haja como determinar de maneira categórica, a que espectro político “pertence” uma determinada cultura, pois em última instância a cultura é algo em constante processo de transformação. Isso é, de que o senso comum dos brasileiros tenderia para o pensamento da direita. Para os marxistas, mesmo que concluam que esta hipótese é verdadeira, teriam de acrescentar “neste momento” à afirmação de que a consciência social dos brasileiros é de “direita”.

Para finalizarmos, apontamos que o “senso comum”²⁷ é diferente do “consenso” ao ponto de que o senso comum é justamente cristalizado pela contradição e pela passividade dos sujeitos. Leandro Konder reflete sobre os escritos de Gramsci,

Pesa sobre nós uma tradição negativa, que se fortaleceu muito ao longo dos séculos XVII e XVIII, segundo a qual o "senso comum" é depositário de tesouros de sabedoria. Gramsci admitia que o "senso comum" possuía um caroço de "bom senso", a partir do qual poderia desenvolver o espírito crítico. Advertia, contudo, para o risco de uma superestimação do "senso comum", cujos horizontes, afinal, são inevitavelmente muito limitados. O "senso comum é, em si mesmo, "difuso e incoerente". A percepção da realidade, no âmbito desse campo visual estreito, não poderia deixar de ser - segundo o teórico italiano - drasticamente "empírica", restrita à compreensão imediata, superficial.²⁸

Nesta acepção, o “senso comum” é, na verdade, contraditório à própria noção de “coesão”, pois só pode ser constituído no âmbito social a partir da homogeneização dos sentidos, precedendo portanto a necessidade do apagamento da heterogeneidade dos sentidos. Quer dizer, o “senso comum” é uma ilusão referencial que restringe a compreensão das diferenças no âmbito social.

Análise do Discurso

Neste tópico de nosso trabalho pretendemos introduzir uma discussão voltada à Análise do Discurso (AD). A AD nos apresenta ferramentas para a compreensão do material produzido pela

27 No que refere à utilização do termo “senso comum”, para sua instrumentalização metodológica na Análise do Discurso, o compreenderemos como “aquilo que todos já sabem”, isto é, como produto discursivo. Isto indica, intrinsecamente, a adesão ou adaptação a um interdiscurso

28 KONDER, Leandro. “A questão da ideologia em Gramsci”. 2002. em <http://www.acesa.com/gramsci/?id=298&page=visualiz> Acessado em: 01/11/2015

imprensa, permitindo ampliar o leque de ferramentas disponíveis para o historiador no processo de desconstrução da língua, ilusoriamente objetiva. Assim, a AD permite vislumbrar a materialidade das relações linguísticas, evidenciando o processo de construção dos Discursos.

Acreditamos que esta discussão cumpre um papel importante para a compreensão dos elementos do discurso *Anticomunista* na imprensa, objeto de nossa pesquisa. Para tanto, buscaremos discutir com a produção de Bethânia Mariani, que pesquisou e estudou o discurso construído pela “Imprensa de Referência”, entre 1922 e 1989, sobre o PCB, o Comunismo e os Comunistas no Brasil. A análise de Mariani possibilitou-nos a apreensão de ferramentas metodológicas para analisar a produção dos discursos, quanto ampliar a noção do conceito de *Anticomunismo* com que trabalharemos.

Trataremos sobre o conceito de *Anticomunismo* em outros pontos de nosso trabalho, porém para que possibitemos elementos desta discussão relacionada à produção de discursos da imprensa, pontuaremos de que forma é construída a imagem do Comunismo e do comunista na imprensa. Segundo Mariani, a noção de Comunismo e comunista, na produção da imprensa de referência, é construída a partir da oposição da Paráfrase burguesa sobre o Sujeito Ocidental. Parte-se da noção imaginária do “*Sujeito Ocidental*”, cristão, branco, heterossexual, de classe média, homem, adulto, habitante da cidade, dono de propriedades. para então, utilizando a AD como ferramenta, entender qual seria o ‘sujeito de oposição’ a este conceito construído pela imprensa sobre o Comunismo e os comunistas. Pois, segundo Mariani, “*Falar sobre o adversário político sempre foi e será tão importante quanto falar do próprio programa partidário*”²⁹.

Dessa forma, a partir da utilização da AD, buscaremos aferir o processo de construção na produção da imprensa, “*relações entre linguagem, a história, a sociedade, e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito*”³⁰. O Discurso para a AD é compreendido, portanto,

29 MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Ravan. Campus, SP. UNICAMP, 1998, p. 18

30 Idem, p. 23

como “efeito de sentidos entre interlocutores”³¹, ou seja, ele não é um veículo de transmissão de informações objetivas. Portanto, para a AD o Discurso é o resultado da interação entre o sujeito, a linguagem, a ideologia e a historicidade. Essa conjugação de elementos é compreendida pela AD como “*Discursivo*”.

O *Discursivo* para a AD, portanto, é a organização do sentido do Discurso, dentro de uma historicidade, em uma materialidade de relações ideológicas, e modos de produção historicamente constituídos. Isto é, a relação entre a estrutura social, localizada espacial e temporalmente, com o discurso de um determinado grupo social. Assim, o discurso é o resultado, o produto final, dos sentidos aplicados pela discursividade de um determinado grupo social. Segundo Bethânia Mariani, “Quando falamos em discurso, portanto, estamos nos reportando a um dos aspectos materiais da ideologia, ou seja, no discurso se dá o encontro entre a língua e a ideologia”³².

Os *Sentidos*, para a AD, são mais amplos, no que consiste à recepção do Discurso, do que se pode decodificar de maneira mecânica pois, como apresenta Mariani, a linguagem é “opaca”, ou seja, ilusoriamente objetiva. Não há uma relação ideal entre os falantes, uma estabilidade. A linguagem não é compreendida como “visão-percepção” de mundo, ou seja, ela não dá origem ao seu próprio universo de sentidos, ela é exterior ao sujeito e é construída socialmente nas relações entre sujeitos, realidade, ambiente e Ideologia. Para a AD a ideologia é compreendida como uma espécie de “mascara” que esconde os interesses dos sujeitos que discursam. Portanto, para AD, produzir sentidos é diferente de referir, ou denotar. O processo de produção dos sentidos não está nas coisas e nem na intenção do sujeito, mas na materialidade das relações históricas em que o sujeito está envolvido e na materialidade da linguagem socialmente constituída, Língua e História, para AD, estão sempre em processo de movimento.

Os sentidos não permitem à linguagem ser um instrumento voltado estritamente comunicativo-informativo, pois o sentido está além da palavra, não limitado à língua, está na

31 PECHEUX *apud* MARIANI. Idem. p. 25

32 MARIANI, Bethania. Idem.p 24

semântica. A língua, o pensamento (compreendido pela AD como a mentalidade, consciência, ideologia, posição social, condicionados no tempo-espço) e a realidade (processo histórico pelo qual se constitui o que é), na AD, devem se embricar para que o sentido seja compreendido. Este movimento que a memória apela para a produção dos sentidos no discurso, é o que chamamos de “*Interdiscurso*”. Significar, portanto, é o ato de tomar uma posição enunciativa dentro de um quadro Interdiscursivo. A busca pela identificação deste Interdiscurso é parte do trabalho em AD.

Mesmo que não haja apenas uma interpretação possível dos sentidos que são produzidos através da linguagem, há que afirmar que a linguagem, assim como os processos históricos, é objeto de disputa por vários grupos e interesses, e que portanto se homogeneiza ou heterogeneiza conforme esta disputa ocorre. Este processo que acontece de maneira “inconsciente”, é o que a AD chama de “*Domínios do Pensamento*”. Domínios do pensamento, nesta acepção, está relacionado ao consenso produzido, construído, a partir da universalização dos sentidos da vida, sobretudo a ideia de “bem” e “mal”, que na verdade não são universais, mas no caso da mídia Ocidental, este consenso sobre a produção dos sentidos está ligado aos padrões eurocêtricos ocidentais. Sobre esta construção, do “comunismo” e do “comunista”, em oposição àquilo que se constrói como “sujeito ocidental”, Bethânia Mariani sintetiza,

Em outras palavras, do nosso ponto de vista, o modo como o discurso jornalístico significa o PCB, ie, a natureza das relações simbólicas que estão associadas e são evocadas para os comunistas, tem a ver com a memória já existente sobre o sujeito ocidental e sobre uma concepção de ética dos direitos humanos.³³

Desta maneira, o ato de produzir um discurso significa também o ato de recordar algo, através da memória, de tomar uma posição ao dizer algo. A linguagem possui uma dimensão dialógica, portanto, necessita sempre de uma relação entre dois ou mais interlocutores para que aconteça. Para que se construa uma imagem do “mesmo” é necessário a existência, portanto, do “outro”. No caso da imprensa Ocidental, a construção do “sujeito ocidental” como “mesmo” é o

33 Idem. p. 74

padrão utilizado para a significação do “outro”. Bethânia Mariani aponta que a história da imprensa no ocidente é marcada pela institucionalização do discurso, pretensamente neutro, tendo como Norma nessa construção idealista, do sujeito ocidental, a censura prévia baseada nos “bons costumes” e a fé.

A norma é resultado da tensão entre os autores (aqueles que produzem o discurso) e a censura, resultando no produto normatizado, com “autoria dupla”, como apresenta Mariani, “*o controle ganha visibilidade, para tanto, utilizando-se do próprio objeto de controle*”³⁴. Assim, a capitulação dos autores à censura permitiu a regularidade da publicação. Para tanto, tornou-se necessária também a regularização da linguagem, que passa pelo apagamento da heterogeneidade, das diferenças, sobretudo as diferenças com aqueles que detêm o poder das sociedades, passa pela construção do consenso. Esse consenso, como Mariani aponta, “no intuito de preservar o status quo de uma elite dominante”³⁵

Ora, do nosso ponto de vista, o discurso jornalístico funciona regida por essas “relações sociais jurídico ideológicas”: ele é responsável por manter certas informações em circulação e, com isso, contribuir na manutenção dessas mesmas relações sociais jurídico-políticas. Dito de outra maneira, a imprensa é constituída por uma 'norma identificadora', resultado da aplicação da lei, mas, ao mesmo tempo, esse discurso jurídico-político se apaga na história da imprensa, como se fosse evidente que os jornais só são veículos de comunicação. Os rituais jornalísticos, designados como devem ser, de acordo com a Lei, acabam sendo representados sob a evidência de que são unicamente e sempre assim.³⁶

Assim, como exemplo das Leis de Imprensa europeias, Mariani apresenta a primeira Lei de imprensa de Portugal, em 1821.³⁷ Ela aponta para o fato de que a Lei portuguesa não possuía censura prévia, porém limitava o que se podia ou não falar. Isto é, não se podiam fazer críticas aos elementos fundamentais da cultura e estruturas capitalistas ocidentais. A postulação do que deve ser dito, sob a égide da jurisdição e Lei de imprensa, materializa-se como memória fundamentando o

34 Idem. p. 76

35 Id. p. 77

36 Idem. Ibidem

37 Mais tarde a imprensa do Brasil importa e reproduz o processo europeu com base na Lei portuguesa

interdiscurso cristão ocidental. Assim, delimita-se o “evidente universal”, normatizada através da naturalização da concepção ocidental sobre a dicotomia entre “bem” e “mal”.

O discurso jurídico, deste modo, impõe uma grande divisão ao postular o que pode ser dito, e, conseqüentemente, tornar-se material de memória. O discurso jornalístico, atuando no interior desta divisão, não apenas reforça e faz circular os sentidos permitidos pela lei, como também contribui na fixação de uma memória da ordem ocidental cristã, na qual vigora uma “delimitação evidente e universal do que é o mal, do que não se coaduna com a essência humana.”³⁸

Pelo fato da preservação do veículo de imprensa de referência estar intrinsecamente ligado à manutenção da relação jurídico-política estabelecida sócio historicamente, “*o resultado deste processo é a ilusão do jornalismo-verdade, ou seja, a ilusão de que os jornais são apenas testemunhas, meios de comunicação ou veículos informativos.*”³⁹ O que se processa desta relação é que “*os jornais funcionam construindo um ‘modelo de compreensão da realidade’*”⁴⁰, ou seja, não trata do fato, mas de uma interpretação do fato. O próprio ato de selecionar quais fatos serão noticiados ou não, já dá indícios desta relação.

Desta maneira, a construção, no ideário da imprensa ocidental de referência, do sujeito ocidental, a “paráfrase”, está diretamente relacionada à manutenção das relações de *status quo* da sociedade ocidental. O “*consenso instaurado sócio-historicamente sobre aquilo que é o mal*”⁴¹ se dá, portanto, em oposição à norma da paráfrase, o sujeito ocidental, cristão, branco, de classe média, heterossexual, etc.. Assim, o “bem”, na construção ocidental representado por uma linguagem mais religiosa do que jurídica, é a norma e está no campo do “mesmo”, enquanto o “mal” é a dissonância, a oposição à norma, o diferente, está no campo do “outro”. Nesta construção, os “*direitos humanos são os direitos ao ‘não mal’*”⁴².

Na produção da imprensa de referência no ocidente os “comunistas” são representados

38 BADIOU *apud* MARIANI. *op cit.*, p. 80-81

39 MARIANI, Bethania. *op. cit.*, p. 81

40 RODRIGO *apud* MARIANI. *op. cit.*, 1998, p. 81

41 MARIANI, Bethânia. *op. cit.*, p. 84

42 Idem. *Ibdem*

como o “outro”, sujeitos que rompem com o consenso ocidental e pertencem a este imaginário,⁴³ referencial, sentidos e significados. São permanentemente representados como a contraposição àquilo que se tem como parâmetros de referência, a oposição à paráfrase, isso é, aquilo que não é o “mesmo” e muitas vezes relacionado com o referencial de “mal”, em um processo onde a afirmação do “mesmo” passa a demandar, de certa forma, a anulação do “outro”. Há, portanto, de maneira geral, uma semantização negativa atribuída aos “comunistas” e o “comunismo” na produção discursiva da imprensa de referência.

No caso do comunismo, o discurso que vem sendo apresentado divulga que, se o comunismo não deu certo, somente a ética dos direitos humanos pode atuar como garantia de igualdade nas sociedades desiguais. Ora, ética aqui “é mais ou menos sinônimo de moralidade. (...) A ética é o princípio de julgamento das práticas de um sujeito, seja ele individual ou coletivo”. Do nosso ponto de vista, o que a imprensa evoca, então, é um “dispositivo ideológico de ética”, compondo uma “vaga regulação sobre as situações históricas (ética dos direitos humanos).⁴⁴

Mariani apresenta em sua produção várias Formações Discursivas (FDs)⁴⁵ que serviam como referência para a construção do discurso anticomunista no Brasil entre os anos de 1922 e 1989. São nas FDs que se “dissimula” aquilo que se quer dizer, isto é, na FDs é onde o discurso produz um sentido “universal” daquilo que é, na verdade, grupal, visando a construção do consenso a partir de “lugares comuns” nos sentidos. Estes sentidos são projetados pelos sujeitos no imaginário como se fossem “sistemas de evidências”⁴⁶ e podem ser incorporados como se fossem “realidade experimentada”. Mariani observa que,

No entanto, embora o sujeito ao falar tenha a ilusão de sua enunciação, como única, exclusiva e sempre nova, como dissemos, todo sentido nasce de outro e aponta para alguma direção: os sentidos migram entre as regiões constitutivas das FDs. Uma FD deve ser considerada como “uma unidade dividida, uma

43 O Imaginário consiste em “sustentar a ilusão da transparência dos sentidos em um dizer já posto para o sujeito, bem como manter a ilusão do sujeito em ser origem do processo” (MARIANI apud Sergovich, p.33)

44 BADIOU *apud* MARIANI. *op. cit.*, p. 45

45 Daqui em diante utilizaremos a sigla FDs para indicar as Formações Discursivas

46 MARIANI, Bethania. *op. cit.*, p. 32

heterogeneidade com relação a si mesma”⁴⁷

No meio (ambiente em que o sujeito se apresenta ao discurso) as FDs se confrontam, se antagonizam e, a partir disso, sintetizam-se novos sentidos ao discurso, como resultado da intervenção do interdiscurso no imaginário e na memória do sujeito. Assim, “as bases constitutivas dos processos de produção de sentidos”⁴⁸ encontram-se nas “fronteiras de permanente desestabilização e estabilização”⁴⁹ no processo dialógico que é a linguagem. Compreender esta dimensão do discurso nos possibilita *“tanto configurar os traços de heterogeneidade e dispersão da produção dos sentidos que constituem as FDs e atravessam o sujeito, como depreender a dimensão imaginária de sua homogeneidade.”*⁵⁰

A naturalização do discurso hegemônico, a universalização forjada de seu sentido, apaga o conflito político a partir da norma(lidade), a norma exclui a diferença, ela é a paráfrase. A AD não trabalha com a exaustividade de fontes, trabalha com a depreensão das regularidades enunciativas. Na prática discursiva é que os sentidos produzidos vão se tornando regulares e se configuram enquanto paráfrase, é através do exercício e da repetição. A memória do sujeito atua “reatualizando” os acontecimentos, práticas do passado e dos sentidos a partir dos interesses dos grupos sociais que discursam no presente, mesmo que o indivíduo não pertença a este grupo.

Para tanto, o discurso jornalístico atua como ferramenta pedagógica em sua forma mais incisiva, fazendo a mediação entre o fato, aquilo que aconteceu, e a notícia, a forma como é apresentado, interpretado, aquilo que aconteceu. Da mesma maneira que na pedagogia autoritária está para o professor a tarefa de mediar o conhecimento científico ao aluno de maneira acrítica e dogmática, onde o que é dito não é passível de ser questionado ou avaliado. O leitor, em raros casos contrários, geralmente não tem a possibilidade de resposta ao discurso do jornal. Em nosso caso com o *blog* de R.A. em *VEJA.COM* temos a possibilidade de analisar as repostas dos leitores ao

47 COURTÍ *apud* MARIANI. *op. cit.*, p. 43

48 MARIANI, Bethania. *op. cit.*, p. 32

49 Idem. *Ibidem*

50 Idem, p. 33

editorial que pelo fato de passarem por moderação do editorial nos apresentam a possibilidade de interpretação dos mesmos como um apêndice do conteúdo do artigo.

A mídia, sobretudo, quando o assunto é ‘grupos de esquerda’, apresenta um caráter ainda mais profundamente didático, como aponta Mariani, lembrando e “explicando” as relações para os leitores com mais veemência do se faz com os grupos da direita. O sujeito-leitor não está inserido na produção da literatura discursiva. Para ele os processos de produção do discurso não são perceptíveis, e isso faz com que, a partir da paráfrase, o sentido ideológico do discurso passe por ‘informação pura’. Assim, *“a língua nos obriga a dizer, mas seu efeito é causar em nós a ilusão inversa, de que a dominamos”*⁵¹. Neste sentido, devemos ter claro que a linguagem empírica é diferente da linguagem gramatical. Isso nos indica metodologicamente a necessidade de compreender que a produção do discurso passa pela escolha das palavras, do que dizer e do que não dizer, e como dizer ou não dizer algo. Desta forma, a maneira de enunciar algo, indica a tomada de posição sobre este mesmo objeto.

Na posição do enunciado, portanto, está inscrita a distinção entre o “mundo exterior”, “bruto”⁵², e as instituições, que o normatizam, os sujeitos que se relacionam, capitulando ou se opondo à normatização, e os discursos que traduzem esta relação. Desta forma, *“sobre as instituições recai uma forte carga do controle social: elas servem para modelar as práticas sociais existentes, embora (...) esta posição nunca se processe de forma absoluta.”*⁵³. A posição institucional apaga a heterogeneidade, delindo o processo de produção da FD que compõem o discurso institucional. Portanto, para trabalharmos com FDs institucionais, e institucionalizadas⁵⁴, devemos questionar o que a instituição diz? E também, por que escolheu dizer assim? Não podemos cair na ilusão da “literalidade do sentido”⁵⁵, a “Instituição Mediadora” está inserida em uma

51 Idem. p. 65

52 A realidade não interpretada.

53 MARIANI, Bethania. *op. cit.*, p. 68

54 Compreendemos que as Fds institucionalizadas são aquelas que se adéquam à normatização imposta pelas regulamentações institucionais

55 MARIANI, Bethania. *op. cit.*, p. 69

realidade, portanto se faz necessária a investigação de seu discurso para que se compreenda sua intencionalidade.

Resumidamente, a partir da síntese de Mariani sobre o conceito de Enunciação, podemos compreendê-lo como introdutório da relação do interdiscurso, rompendo com a noção de que o interdiscurso não aparece no enunciado, a enunciação é, neste sentido, relativa à posição do sujeito frente ao mundo exterior. O enunciado, nesta acepção, é perpassado por memória e atualidade. A memória que se relaciona ao interdiscurso, a intertextualidade, portanto, deve haver mais de um interdiscurso para compor uma enunciação. Na repetição de um enunciado também pode-se produzir outro sentido, dependendo do espaço social e da temporalidade, é desta forma que o discurso se torna materialidade, através de sua historicidade. Assim, o foco de análise desloca-se do sujeito (locutor) para o campo da ideologia. O processo de produção da imprensa é heterogêneo, mas seu produto final é homogêneo.

Sobre a Recepção do discurso, Mariani aponta para a edificação de um “*contrato imaginário*”⁵⁶ com o leitor, a partir da homogeneização, utilizando como parâmetro a paráfrase do sujeito ocidental, e seus valores implicitamente estabelecidos. Assim, produz-se a ilusão da informatividade. O “contrato imaginário” é resultante da relação entre a mídia, o assunto e o leitor na rede de informações imaginárias, constitutivas de sua formação social e de seu reconhecimento com o interdiscurso produzido pela FD, cujos sentidos podem ir ou não de encontro ao interdiscurso do leitor. O poder de convencimento de um interdiscurso não está relacionado ao seu poder de “*manipulação da língua*”, “*neste mecanismo contratual encontramos sua espessura ideológica*”⁵⁷, a interpretação do fato, por parte da mídia, já vem dada ao leitor. Como o leitor não faz parte do processo de produção do discurso, os mecanismos pelo qual esta produção acontece se apagam para ele, novamente produzindo a ilusão da literalidade, da objetividade, porém a impossibilidade de diálogo entre mídia e leitor não significa uma relação passiva.

56 Idem. p. 94

57 Idem. Ibidem

Os leitores, como estamos podendo ver, na relação estabelecida com o jornal, são 'aprendizes' silenciosos – o que não quer dizer passivos – sendo conduzidos, sem dar conta, a permanecer em uma posição sócio-histórica, que é a posição do seu jornal de referência. E esta, como já vimos, está profundamente enraizada na ética dos direitos humanos.⁵⁸

Não intencionamos com esta discussão dar conta de todos os elementos relativos à metodologia de análise do discurso, mas sim apenas os principais elementos que, acreditamos, contribuirão para a nossa análise da produção do discurso *Anticomunista* promovido por R.A. Nosso interesse aqui, portanto, é introduzir as ferramentas conceituais que utilizaremos na confecção da pesquisa relacionando-as diretamente ao objeto de nossa produção. Neste sentido, retomaremos estas discussões, conforme a demanda exige, durante o processo de trabalho prático em AD da produção de R.A.

58 Id. Ibid

CAPÍTULO 1

FASCISMO E LUTA ANTIFASCISTA NO BRASIL

A prática de associação de grupos políticos diversos aos elementos políticos oriundos do ideário comunista, isto é, associar grupos não comunistas que não corroboram com a práxis política de grupos da elite, da burguesia em si, ao “Comunismo”, é recorrente na História. A essa prática de generalização dos ideários dos grupos de interesse em disputa, chamamos de *Anticomunismo*.

Isso é, devemos partir de um princípio simples, caso queiramos compreender realmente ao que se refere o *Anticomunismo*, que é imperativo para começarmos a delinear seu propósito ideológico: O *Anticomunismo* não se trata objetivamente de uma oposição a um partido ou indivíduo, ou mesmo ao ideário apenas comunista. Sobre isso Lucas Patschiki,

Assinalemos que o anticomunismo não refere-se somente aos comunistas, estendendo-se a tudo o que pode ser interpretado como colaborador com o objetivo histórico destes: a abrangência do comunismo amplia-se a ponto de não poder ser quantificado, o “espectro” ronda todo o corpo social. Abre-se a possibilidade de “qualificar” diversos elementos contaminados, ou melhor, passando a dotar as práticas políticas mais diversas de um sentido político específico. Assim, projetos políticos irracionalistas, como o fascismo, retoricamente passaram a arrogarem-se de portarem a gênese de um projeto de sociedade, pois identificando o outro em termos sub-reptícios, que só eles teriam a competência especializada para classificar e isolar, compondo uma retórica supostamente “totalizante” de contraposição, afirmação maior da sua imunidade diante da disseminação viral do inimigo.⁵⁹

A partir disso podemos entrar nesta problemática questionando-nos, do que então se trata o *Anticomunismo*? No intuito de responder esta questão, devemos nos atentar para os vestígios deixados na história por esta ideia. Compreendendo que o *Anticomunismo* não é um fenômeno que atinge apenas os comunistas, recordamos o apontamento de Karl Marx no prefácio do Manifesto do Partido Comunista, de 1848, questionando “(...) *que partido de oposição, por sua vez, não lançou a*

59 PATSCHIKI, Lucas. *op. cit.*

*seus adversários de direita ou de esquerda a pecha infamante de comunista?”*⁶⁰. Estamos tratando de um fenômeno que, pelo que nos apontam as evidências na história, é anterior mesmo à concepção Marxista de comunismo e, ainda mais, a partir desta citação de Marx é possível notar que já havia uma certa clareza dos propósitos, ou mesmo a função de ferramenta política, do *Anticomunismo*. Em outras palavras, o *Anticomunismo* já havia se tornado um fenômeno de certa importância nos embates políticos.

É certo também dizer que o *Anticomunismo* não é uma ideologia imutável durante os vários períodos históricos no qual se fez presente, ao que podemos interpretar das evidências históricas, este fenômeno assume formas e propósitos distintos durante cada período, contexto e conjuntura histórica, porém sem que se esvazie seu conteúdo geral.

No caso brasileiro, principalmente a partir dos anos 1930 com os Governos de Getúlio Vargas, período em que é constituído o *Estado Novo*, o *Anticomunismo* aparece como ferramenta política, instrumentalizada por diversos setores durante o embate político que se segue. Sobre isso Carla Silva aponta um elemento importante para compreendermos o conceito de *Anticomunismo*,

“A intencional imprecisão teórica sobre o comunismo é uma realidade que se mantinha no Brasil, na década de 1930. Assim como enunciado no Manifesto, desejava-se colocar o “comunismo” como sinônimo de antagonismo, e com isso nomear uma série de preconceitos. Dessa imprecisão resultava, por exemplo, que tanto as dissidências governistas poderiam ser consideradas “comunistas”, quando apresentavam uma posição divergente, quanto os operários podiam receber esse título quando defendiam seus direitos”⁶¹

Pois bem, Silva, partindo da pergunta “Qual comunismo combatem os anticomunistas?”, aponta para o fato de que, como já dissemos, o *Anticomunismo* não se trata de um combate objetivo apenas ao comunismo, de maneira geral, mas é uma ferramenta que é instrumentalizada em determinadas conjunturas históricas com propósitos diversos, aponta ainda que há uma “*intencional*

60 MARX, Karl & ENGELS, *op. cit.*, p. 25

61 SILVA, Carla. Anticomunismo brasileiro: conceitos e historiografia. In *Revista Tempos Históricos*, Vol. 2, Número 1, Março, 2000. P. 196

imprecisão teórica sobre o comunismo”. Isto é, no terreno da disputa hegemônica, no contexto da construção do *Estado Novo*, há uma realidade de generalização, que vez esvazia, tornando-o “lugar-comum” e genérico, vez amplia, no que condiz ao leque de aplicações desta ferramenta, a prática *Anticomunista*.

Neste sentido, de alcançar o ponto de “lugar-comum”, o *Anticomunismo* trata de naturalizar determinadas relações sociais, sobretudo aquelas que sustentam a pirâmide da hierarquia social baseada na propriedade privada dos meios de produção, para tanto, utilizando-se da prática, denominada por Noam Chomsky, do “*consentimento sem consenso*”⁶².

1.1 Sobre o conceito de Fascismo

Antes de iniciar este debate, lembramos que não há uma “definição final” ou “oficial” ou “consenso” sobre o conceito do Fascismo. Isto decorre de vários problemas relacionados à disputa em torno do fenômeno do nazi-fascismo na Europa. À caracterização do fascismo observamos, por um lado, uma tendência de generalização deste conceito, o qual pode se tornar até mesmo perigoso e anticientífico, ao ponto em que caracteriza como fascista as relações, por assim dizer, genericamente autoritárias, cometendo anacronismos, simplificando processos e forçando a equivalência de fenômenos distintos. Por um lado podemos observar a apreensão do conceito no contexto da Europa dos anos 1930 e 1940, tendo como referência apenas o assim chamado “Fascismo Clássico”. Esta conceituação, por sua vez, pode nos remeter a um isolamento do conceito, esvaziando sua importância para a História atual. Desta forma, esta análise se foca apenas nas especificidades do fenômeno, e, não permite a possibilidade, e o dever, de relacioná-lo com os processos políticos desenvolvidos na Europa e no mundo a partir e após a Segunda Guerra Mundial. Há ainda os que defendem sua utilização, dado os devidos cuidados, a partir da análise das práticas de elementos fascistas localizando-o em seu contexto histórico porém sem isolá-lo. Segundo

62 CHOMSKY, Noam, *Consentimento sem consenso: a teoria e a prática da democracia*. ESTUDOS AVANÇADOS 11 (29), 1997. P. 259

Florestan Fernandes, para ilustrarmos esta tendência, define o fascismo como uma “*força moderna*”, determinada a “*barrar a revolução contra a ordem existente*”. Em outras palavras, uma força contrarrevolucionária que se constituiu como importante ferramenta da manutenção da ordem social. Estes sentidos, no entanto, ainda são nebulosos para que compreendamos a profundidade deste fenômeno.

Neste sentido, pretendemos iniciar aqui um debate acerca dos elementos que colaboraram para a apreensão do conceito de fascismo segundo a acepção que consideramos acertada. Para tanto, gostaríamos de apresentar e discutir com a historicidade de sua reprodução a partir da leitura feita por Leandro Konder, incluindo outros autores que trazem conceitos ou ferramentas que irão nos possibilitar outras leituras ou aprofundamentos e ampliações possíveis deste conceito.

Há uma enorme quantidade de produções que se debruçaram a analisar este fenômeno, permitindo-nos contato mais profundo com seus fundamentos, mecanismos de atuação, produção e reprodução social. Podemos adiantar, sem pular partes da discussão que, como apresentaremos adiante, o processo de debates e disputas teóricas em relação ao Conceito de Fascismo transpõe o próprio fenômeno, indo de encontro com outras tensões geradas no pós Segunda Guerra Mundial (IIGM) e início da Guerra Fria (GF), não se encerrando após o término desta última.

Essa batalha continua, e provavelmente continuará ainda por muitos anos. Ela faz parte do confronto teórico geral que se realiza em torno de todos os temas “quentes” das ciências sociais. [...] O Fascismo é, com toda a certeza um desses temas. É aliás, um tema tão “quente” que costuma provocar queimaduras.⁶³

A partir disso, podemos dizer que este embate é amplo, travado em várias frentes e referenciado a partir de vários elementos, não podendo ser simplificado a apenas um ou outro punhado deles que coincidam com interesses políticos momentâneos, escusos à prática científica, para caracterizá-lo. Sendo assim, como analisa Konder, o fascismo não deve ser um conceito esvaziado de sua historicidade, para cumprir finalidades agitacionais, segundo Konder,

63 KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977. 3ª Edição, 1991. p.4.

Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão – por mais feroz que seja – exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura e autoritarismo.⁶⁴

Ao simplificarmos tal conceito, acarretam-se problemas de compreensão deste fenômeno, possibilitando a leitura anacrônica (enxergando o fascismo em contextos históricos onde não havia tal possibilidade) ou então supervalorizar fenômenos históricos contemporâneos que não condizem com a expressão social empenhada pelo fascismo.

Nisso, com intuito de compreender as raízes sociais e ideológicas que o fascismo se origina, Konder aponta que “*o recurso aos conceitos de ‘direita’ e ‘esquerda’ tem sido, ultimamente, muito questionados*”. Até mesmo os Fascistas tentaram apagar estas diferenças, como aponta Konder sobre Dino Grandi, quem disse que “*os fascistas só tinham ocupado as cadeiras situadas à direita na câmara por razões ‘topográficas’ e ‘pugilísticas’ e não por motivos pragmáticos*”⁶⁵. Para a compreensão, no entanto, do conceito de fascismo, Konder aponta que,

Na realidade, o conceito de direita é imprescindível a uma correta compreensão do conceito de fascismo, embora seja mais amplo que este: a direita é o gênero do que o fascismo é uma espécie. E o objetivo do (...) é exatamente esclarecer o que é que essa espécie apresenta de novo no quadro de evolução geral do gênero a que ela pertence.⁶⁶

Neste sentido, ele caracteriza a ideologia da Direita como,

Em sua essência, a ideologia da direita representa sempre a existência (e as exigências) de forças sociais empenhadas em conservar determinados privilégios, isto é, conservar um determinado sistema socio-econômico que garante o estatuto de propriedade de que tais forças são beneficiárias. Daí o conservadorismo intrínseco da direita.⁶⁷

64 Idem. p.4.

65 Idem, p.5.

66 Idem. Ibidem, p.5.

67 Id. p.5-6.

O que seria o “*Conservadorismo*” nesta acepção? Rompendo com a ideia, um tanto estereotipante e simplificadora, de que o “*conservadorismo*” é apenas um “*movimento de resistência à mudança*”, Konder aponta que a materialidade destas forças “*transcendem da mera atitude doutrinária*”. Segundo Konder, sua efetividade, no que condiz à manutenção e conservação dos privilégios depende,

(...) menos de esforços lógicos do que de energia material repressiva: para o responsável pela prisão é mais importante que os guardas sejam de confiança e as portas das celas sejam sólidas do que persuadir os presos da excelência do sistema penal vigente.⁶⁸

Konder pondera também que “*um certo pragmatismo, portanto, se encontra em todas as expressões qualificadas de direita*”⁶⁹, destacando que “*tanto em Metternich como em Disraeli, tanto em Bismark como em Churchill*”⁷⁰, este pragmatismo é presente. O que queremos dizer com isto é que há, entre o pragmatismo e a manifestação ideológica da direita “*contradições internas*” que “*se manifesta com clareza tanto maior quanto maior e o nível de sua abstração teórica. Para tanto, na produção ideológica, os filósofos desta tendência “se lançam em busca de princípios cada vez mais universais, para a ideologia que estão querendo elaborar.”*”⁷¹

Na verdade, como enfatiza Konder, a “*busca da universalidade torna a ideologia da direita menos funcional*”⁷², a partir do ponto em que a ideologia, pretensamente universal, contrasta e “*danifica a solidez das suas articulações programáticas, inevitavelmente particularistas*”⁷³. Observa-se que existe uma separação entre ideólogos e políticos, relativa a expressões da direita, distintamente do que se conclui sobre a esquerda. Konder,

68 Id. p.6.

69 Id. Ibid.

70 Id. Ibid.

71 Id. Ibid.

72 Id. Ibid.

73 Id. Ibid.

Os ideólogos especulativamente melhor aparelhados da direita (como Schopenhauer, Nietzsche, Bergson) não assumiam funções significativas na direção de organizações conservadoras especificamente políticas. E os dirigentes políticos efetivos da direita não mostravam nenhum talento especulativo, em suas tentativas de teorização. (Bastanos lembrar a unidade de teoria e prática em Marx, Engels e Lênin para termos ideia de como a situação da direita contrastava com a da esquerda.)⁷⁴

A contradição entre a ideologia, tendencialmente universal, e o pragmatismo político, particularista em sua essência, das expressões da direita é resultado direto de um modelo social de produção baseado no mercado de concorrência, acarretando certos limites inerentes a estas relações orgânicas entre distintos setores dominantes,

O próprio sistema em cuja defesa as classes dominantes se acumpliciam – um sistema que gravita em torno da competição obsessiva pelo lucro privado – impete que as forças sociais em que consiste a direita sejam profundamente solidárias: elas só se unem para os objetivos limitados da luta contra um inimigo comum.⁷⁵

O fascismo, segundo apreendemos a partir de Konder, seria o modelo produzido pelas expressões de direita mais conservadora, para superar a crise entre os elementos da ideologia e a necessidade política pragmática, resultado das crises organicamente inerentes ao modelo produtivo baseado na competição mercadológica, na fase Imperialista do Capitalismo. Ainda que, como veremos adiante, este pragmatismo é apagado artificialmente sob um pesado manto ideológico, mesmo que sob uma ideologia que tenta se negar como ideologia.

O fascismo representou, na história contemporânea da direita, uma enérgica tentativa no sentido de superar a situação altamente insatisfatória que a contradição de que vínhamos falando tinha criado para as forças conservadoras mais resolutas. Enfrentando o problema das tensões que se haviam criado no âmbito da direita entre a teoria e a prática, o fascismo adotou a solução do *pragmatismo radical*, servindo-se de uma teoria que legitimava a emasculação da teoria em geral.⁷⁶

⁷⁴ Id. p.7.

⁷⁵ Id. p.6.

⁷⁶ Idem, p.7.

Para tanto, o fascismo “*assimilou*”⁷⁷ certos aspectos ideológicos do “*campo inimigo*”. Konder nos apresenta uma série de conceitos e ideias retiradas, por exemplo, do Socialismo, dos quais Marx está presente. Podemos adiantar, sem ainda entrar neste assunto que apresentaremos adiante, que essas incorporações, somadas a algumas análises cientificamente limitadas sobre o fascismo no contexto pós IIGM, durante a GF, levaram falsamente a concluir que fascismo e Comunismo eram equivalentes, entre conclusões ainda mais obscuras e anticientíficas como a de que o fascismo se situa no “*campo da esquerda*”. Sobre a importação de conceitos oriundos do marxismo,

A essência do pensamento de Marx era naturalmente incompatível com os interesses vitais das classes conservadoras, mas a direita não testava iludida a esse respeito e não tinha a menor intenção de se converter ao marxismo: o que ela queria era “importar” do marxismo *alguns conceitos*, desligando-os do contexto em que tinham sido elaborados, mistificando-os e tornando-os úteis aos seus propósitos.⁷⁸

Entre os conceitos marxistas “*importados*” pelo fascismo, é possível destacar o conceito de “*Luta de Classes*”. Porém, como dissemos, trata-se de um processo de “*assimilação*”, não passiva, mas um processo ativo onde os conceitos são fundamentalmente reelaborados contanto, portanto, com conclusões distintas e fundamentalmente antagônicas das conclusões Marxistas, podemos dizer que em certo sentido, há apenas a preservação nominal do conceito, pois o que ele anuncia está deslocado de sua proposição. Para elucidar esta questão, demonstrando a partir da conclusão do fascismo sobre o conceito de “*luta de classes*” importado de Marx, a incompatibilidade fundamental dos interesses de classe do fascismo com a teoria marxista,

Marx acreditava que, na fase atual da sua história, a humanidade estava preparada para, através da ação revolucionária do proletariado, pôr fim à luta de classes e criar o comunismo. Mussolini encarava a luta de classes como um aspecto permanente na existência humana, uma realidade trágica insuperável: o que precisava fazer era

⁷⁷ Idem. Ibidem.

⁷⁸ Idem. p.8.

discipliná-la, e o único agente possível desta ação disciplinadora teria de ser uma elite de novo tipo, enérgica e disposta a tudo.⁷⁹

No quadro apresentado, nos interessa notar que mesmo o fascismo não negando a existência, no quadro de relações sociais, da luta de classes, ele conclui sobre a insuperabilidade destas relações. A partir da leitura que fazemos sobre o conceito de Fascismo, com auxílio do referencial teórico, vemos que, neste sentido, há na verdade uma certa necessidade pragmática para enquadrar certos interesses fascistas em outros planos de atuação, relativos à situação italiana no processo de “*partilha do mundo pelas potências imperialistas*”⁸⁰

Além disso, Mussolini achava que Marx se tinha fixado exageradamente no confronto do proletariado com a burguesia e tinha deixado de lado um aspecto da luta de classes que era ainda mais importante que o outro: a luta entre nações proletárias e nações capitalistas. (A burguesia Italiana, que tinha chegado tarde à partilha do mundo pelas grandes potências imperialistas, não podia deixar de ver com simpatia esse “desenvolvimento” da teoria da luta de classes, que legitimava as reivindicações imperialistas que ela – como representante da Itália-proletária – apresentava aos ingleses e franceses.)⁸¹

Se, na retórica dos fascistas, por um lado a Itália havia “*chegado tarde à partilha do mundo*”, a Alemanha alegava ter perdido partes de territórios que reivindicava para si, pós Primeira Guerra Mundial (IGM). Este descontentamento produz um discurso, com uma interpretação própria do fascismo, em relação aos conceitos de “*Nação proletária*” e “*Nação Capitalista*”. A medida que se aprofunda a análise destes conceitos, vemos que são aplicados não para designar a historicidade dos processos em que se originam seus Estados Nacionais, mas de forma utilitária, para ilustrar didaticamente um quadro de relações, através de uma ilusão discursiva com referencial imaginário, sobre o qual o fascismo possuía interesses diretos.

Na acepção dos Fascistas, nação proletária é aquela que teve sua sociedade “*proletarizada*”, em detrimento do enriquecimento das nações economicamente dominantes. É uma ideia de “*nação*

79 Idem. Ibidem.

80 Id. Ibid.

81 Idem p.8-9.

proletária” que não se relaciona com a maneira de produzir e reproduzir socialmente, das estruturas sociais, nem tão pouco com relação à origem de classes de seu regime político, nas superestruturas. Mas, dentro do quadro da lógica da “*insolubilidade*” da luta de classes, é uma ‘*nação capitalista empobrecida*’, compulsoriamente austera, ao menos na retórica Fascista. Ainda que, é preciso dizer, não estamos tratando aqui de responder o que o fascismo diz sobre si e sobre os outros, trata-se de enumerar, compreender, discutir e relacionar seus elementos, evidenciando a lógica em que este movimento opera na prática. Este fenômeno e sua historicidade devem ser avaliados conjuntamente.

Ainda mais significativa que a interpretação fascista da luta de classes, porém, foi a interpretação fascista de outro conceito de Marx: o conceito de *ideologia*. Marx havia formulado o princípio da *unidade da teoria e da prática* e havia sustentado que toda produção cultural, todo pensamento significativo, nasce, vive e morre (ou se transforma) em visceral *ligação* com as condições materiais da vida dos seres humanos que a elaboram, numa *ligação essencial* com as condições sociais do mundo determinado em que essa cultura “brotou”.⁸²

Em outras palavras, Marx compreende que, mesmo que certos valores sejam herdados de contextos históricos, que transcendem aspectos locais (geográficos) e temporais (na história da formação das estruturas sociais), seu significado é alterado conforme a historicidade que o envolve. A ideologia, e sua teoria, esta fundamentalmente ligada à materialidade das relações históricas sendo, ao mesmo tempo, produto e instrumento de transformação neste mesmo quadro de relações históricas.

Mussolini, entretanto, transformou a teoria marxista da *unidade da teoria e da prática* numa *identidade de teoria prática*. A teoria perdeu sua capacidade de “criticar” a prática: cortaram-lhe as asas, ela deixou de poder se elevar acima do solo onde surgia e se viu completamente *instrumentalizada*. Em lugar de se reconhecerem *socialmente condicionadas* (como em Marx), as verdades passaram a *morrer*, sistematicamente, *pregadas na cruz da utilidade circunstancial que o cinismo dos fascistas encontrava para elas*.⁸³

82 Id. p.9.

83 Id. Ibid, p.9-10.

O pragmatismo fascista, a partir de Mussolini, torna o plano teórico extremamente flexível, relativizando seus elementos conforme demandava questões políticas e econômicas em sua estratégia de ascensão e manutenção do poder, “*se beneficiaria da mais extrema flexibilidade ideológica e definia o fascismo como um ‘movimento super-relativista’*”⁸⁴. Segundo Konder, a partir da análise da obra de Mussolini, mesmo que os elementos da teoria e ideologia fascista fossem “*super-relativistas*”, “*era preciso um princípio sagrado posto acima de qualquer discussão, capaz de funcionar como uma bússola*”, ainda, “*um valor supremo que nunca se degradasse*”, e “*esse ‘mito’: a pátria*”⁸⁵.

A interpretação do fascismo da “*luta de classes*” como insuperável - para a qual a única solução é o controle do Estado, organizando os vários setores sociais num processo de pretensa integração nacional - na retórica fascismo fazia sobre si mesmo, homogenizava a sociedade e apagava contradições sob a utilidade *agitacional* da categoria de “*Nação oprimida*”, ou “*Nação proletarizada*”. somada à fomentação do nacionalismo extremo, nacional chauvinismo, na defesa da “*pátria*” mitificada, esta relação, na prática, procurava transferir a tensão do conflito interno para o plano das relações internacionais.

Desse modo, na questão interna, relativo ao terreno da luta de classes e processos de formação nacional, no caso italiano, e da situação do Imperialismo no pós IGM, no caso alemão, a ideologia fascista atribuía “*uma unidade fictícia, idealizada*”, cujos problemas internos eram resultados da condição a que foram compulsoriamente subjugados seus Estados Nacionais. Portanto, apagava-se os conflitos internos relativos às contradições inerentes a essa historicidade dos processos de formação nacional, substituindo pelos conceitos do ideário do Partido Fascista.

A hegemonia deste conceito idealizado por Mussolini, em torno da questão nacional materializa-se na ideia de luta, oposição entre “*nação X antinação*”, a partir da qual, no intuito de pretensa integração nacional, a maneira pragmática em que o fascismo atua para solucionar a

84 Id.10.

85 Id. Ibid.

contradição interna, “*processava-se uma absorção do ‘social’ pelo ‘nacional’*”⁸⁶. Segundo Konder, “*a fórmula veio a se tornar um dos princípios básicos do Fascismo*” alcançando “*influência em escala internacional*”. Hitler, por exemplo, na Alemanha radicalizou este princípio. Segundo Konder, Hitler “*sustenta já em 1922, que ‘nacional’ e ‘social’ eram conceitos idênticos.*”⁸⁷

Essa pretensa integralidade extremada da sociedade, idealista, sustentada pelo fascismo e nazismo, reproduzia-se no discurso de que havia um “*processo de proletarização*”, em que seus países foram submetidos. Nesta acepção, da absorção do ‘social’ e ‘nacional’, o fascismo, apesar de reconhecer a luta de classes – por outro lado destacando a insolubilidade da mesma – propõe a integração como solução para os problemas internos. Isso significa equiparar, retoricamente, as condições das classes sociais distintas que compõem a sociedade nacional, inclusos aí as contradições históricas inerentes aos processos específicos de suas formações nacionais. isto é, grupos distintos, política e socialmente, pertencentes aos mesmos setores de classes. Na concepção fascista, estas contradições eram fruto da influência externa.

O sentido social conservador dessa ideia era claro: tanto na Alemanha como na Itália, os trabalhadores eram convidados a ver seus compatriotas capitalistas não como os beneficiários de um sistema social baseado na exploração interna, mas sim *colegas proletarizados (ou em vias de proletarização), vítimas de um sistema de exploração internacional*.⁸⁸

Para Konder, este fenômeno deve ser explicado tendo sempre em vista que o “*capitalismo industrial*”⁸⁹, já havia dado origem ao capital financeiro. Essa lógica, nos países centrais do capitalismo, fez com que “*as condições criadas nestes países exigiram deles a ‘exportação sistemática de capitais’*”, agudizando “*a competição em torno da ‘exploração colonialista’*”⁹⁰. Com o resultado da IGM, 1914-1918 – provocada pela agudização dos interesses imperialistas em disputa no processo de transição que culmina na constituição do capital financeiro - “*difundiram-se*

86 Id. p.10-11.

87 Id. p.11.

88 Id. p.12.

89 Id. Ibid.

90 Id. Ibid.

em alguns países acentuados ‘ressentimentos nacionais’, análogos, à primeira vista, às magoas dos povos explorados”⁹¹. Bem, se “à primeira vista”, a analogia é possível, conforme aprofundamos nossa análise, tais comparações se tornam mais improváveis.

Segundo Konder, já adiantando alguns pontos que discutiremos com mais profundidade à frente, há nesta retórica fascista, sobre a condição da Nação, um apelo populista que se constitui como construção ideológica dos “*ressentimentos nacionais*”, “*cuja difusão as classes dominantes patrocinaram na Itália e na Alemanha (e, em outros termos, também no Japão)*”⁹² que são distintas daquelas encontradas nas “*revoltas nacionalistas*” dos “*povos efetivamente oprimidos e explorados*”. Sobre isso, ainda segundo Konder, estas diferenças podem ser entendidas a partir de uma questão orgânica, axial, que aponta com mais precisão o caráter do movimento em questão. Nesta acepção, um “*movimento de revolta nacionalista*” - dos povos explorados e oprimidos - “*é tendencialmente democrático e se fortalece através da mobilização popular feita ‘de baixo para cima’*”⁹³. Em contrapartida,

O pretense “nacionalismo” fascista, ao contrário, por seu conteúdo de classes e pelas condições em que é posto em prática, *exige a manipulação das massas populares*, limita brutalmente a sua participação ativa na luta política em que são utilizadas, impondo-lhes diretivas substancialmente imutáveis “*de cima para baixo*”⁹⁴

Esta diferença orgânica, no eixo das tomadas de decisão, é o elemento pelo qual se caracteriza o movimento, isto é, indica na prática a qualidade política do movimento. Em outras palavras, temos por um lado movimentos populares de luta por Soberania Nacional, dos povos efetivamente explorados e oprimidos, uma forma orgânica de luta popular organizada ‘*de baixo para cima*’, um movimento de caráter ‘*nacionalista democrático*’. Por outro lado, partindo da análise do caráter orgânico, aquém da construção que o fascismo faz sobre si mesmo, uma ideologia

91 Id. Ibid.

92 Id. Ibid.

93 Id. Ibid.

94 Id. Ibid.

que, tendo como princípio a “Nação” (mitificada), se constrói ‘*de cima para baixo*’. um movimento de caráter “*nacional chauvinista*”, onde o *Duce*, ou o *Führer*, decidem o que será implementado pelas bases do Partido ou Movimento.

O nacionalismo que exprime os sentimentos de um povo explorado pelo capital estrangeiro ou que exprime a revolta de um povo contra imposições de outra nação é um nacionalismo essencialmente *defensivo*: seus valores podem levá-lo a hostilizar *circunstancialmente* os estrangeiros exploradores, mais ele não se afirma em contraposições à humanidade em geral e não nega os valores das outras nações. A valorização fascista da nação, ao contrário, exatamente por que é inevitavelmente *retórica*, precisa ser *agressiva*, precisa recorrer a uma ênfase feroz para disfarçar o seu vazio e tende a menoscar os valores das outras nações e da humanidade em geral.⁹⁵

Com relação à exterioridade (aquilo que não é ‘*nacional*’) compreendemos que o nacionalismo, diferentemente do chauvinismo fascista, não precede da negação do ‘*outro*’ (a comunidade exterior às fronteiras nacionais) para afirmar a soberania nacional. Isto indica que elementos como ‘*racismo*’ e o ‘*antisemitismo*’ não são centrais para a conceituação do fascismo. Konder aponta que estes elementos estão subordinados ao chauvinismo e, a partir deste, são utilizados e aprofundados na construção que o fascismo faz sobre a Nação e a ‘*Comunidade Nacional*’, Isto é, “*pode existir um Fascismo que não seja racista, mas não pode existir um fascismo que não seja chauvinista*”⁹⁶

Apesar desta orgânica nacionalista invertida, fundamentalmente chauvinista, o fascismo obteve êxito em sua ascensão ao poder. Segundo Konder, “*as razões para essa eficácia – do movimento fascista*” derivam de um conjunto complexo de circunstâncias. Destacando, nos planos estruturais e superestruturais da sociedade, os campos de atuação nos quais o fascismo se apoiou para ascender: nos planos culturais, sociopolítico, econômico e a *propaganda*. A propaganda, como veremos adiante possui um papel importantíssimo nesta construção.

Na cultura, foi depositada uma enorme desconfiança em relação às “*convicções democráticas*”, a partir de “*preconceitos aristocráticos*” que questionavam a “*necessidade do*

95 Id. p.13.

96 Id. p.14.

trabalho político com as massas”, baseado num total “*desprezo pela plebe*”. Deste modo, atacava-se os inimigos políticos em várias frentes. Ilustrativamente, podemos dizer “*que se destruía não só os princípios do liberalismo*”, como também, nesta lógica de “*movimento de cima para baixo*”, atacava-se as expressões políticas oriundas da “*esquerda*” cujas forças políticas estão intimamente ligadas às classes subalternas que, sob o espectro cultural-orgânico defendido pelo fascismo, são submetidas à dominação.

Nos planos econômico e sociopolítico, o quadro da Europa no contexto dos anos 1920 e 1930, apresentava debilidades que favoreceram a atuação do movimento fascista. A crise econômica de 1929 provocou uma crise generalizada de desconfiança popular, questionando as instituições clássicas pelo qual se opera a ‘*democracia burguesa*’. O desemprego e a inflação exorbitantes, de um lado, e erros políticos subsequentes por parte da política liberal e social-democrata frente a crise econômica, de outro, somados à força de atuação pragmática do movimento fascista no controle das organizações opositoras às suas ideias. isto é, havia um quadro de preconceitos propagados pelo movimento fascista de que nem o Capitalismo e nem o Socialismo poderiam resolver os problemas estruturais dos quais padeciam suas nações. Neste sentido, ao menos no discurso, o fascismo não poupou críticas à práxis do liberalismo. na prática, como veremos adiante, a situação é mais complexa do que aparenta à primeira vista. Tendo em mente o que já discutimos, gostaríamos de salientar que devemos ter sempre no horizonte analítico, relativo ao fenômeno do fascismo, a presença do capital financeiro como elemento central de sustentação, atuando na lógica do “*capitalismo monopolista de Estado*”.

Resumidamente, para retomarmos o que já expomos, nestes contextos específicos de disputa onde, após a crise de 1929, o capitalismo entrou em crise, sem possibilidades de superação a partir dos métodos clássicos (daí a importância do capital financeiro como elemento de apreensão) e o socialismo não estava, por um motivo ou outro, no horizonte de possibilidades realizáveis na prática, o Capital Financeiro, patrocinando os partidos fascistas em sua ascensão, chegara ao poder

junto a estes últimos. Inaugurando desta fusão pragmática, a variante extrema da tendência do *capitalismo monopolista de Estado*.

Na lógica do *Capitalismo Monopolista de Estado*, o fascismo utiliza o Estado, e seus recursos, para resolver os problemas que o capital privado não poderia ou não estava disposto a debruçar investimentos, devido a fatores de lucratividade, por exemplo. É desta forma que o fascismo pretendia solucionar a fusão entre “*Social*” e “*Nacional*”, salvando os investimentos do capital financeiro, naturalizando a atuação “*de cima para baixo*” relativa às prioridades sociais, o que demonstra a origem de seus interesses de classe. Konder diz que esta “*fusão*”, pretensão retórica dos fascistas, se conclui em um processo de “*interdependência*” entre capital privado e Estado. Isto é, “*não se processa uma fusão total entre capital privado e Estado*”, mantém-se esta distinção, porém o Estado passa a depender do desenvolvimento do capital privado para desenvolver-se, e o capital privado passa a depender do investimento do Estado para desenvolver-se.

Esta atuação social do capitalismo monopolista de Estado, patrocinando o fascismo, encerrada na pretensa fusão entre “*Social*” e “*Nacional*”, está intimamente ligada à criação e sustentação do mito da ‘*Nação*’, exercitada por uma densa ‘*Propaganda Oficial*’ promovida pelos Fascistas no Estado. No relativo à propaganda, o fascismo apresentou muitas inovações, entre elas a utilização de velhos elementos midiáticos ampliando seu uso, e a utilização de outros veículos recentes à época.

A ideia, propagandeada pelo fascismo, de integração da “*comunidade nacional*”, acomete-se sobre a política chauvinista de “*superioridade de raça*”. A exemplo da ideia de “*Raça Ariana*”, na Alemanha, “*ou então – na Itália de Mussolini – chegaram a se entusiasmar com a ideia de serem herdeiros do antigo Império Romano*”⁹⁷. Segundo Konder, “*a classe operária foi, evidentemente,*

97 Id. p.16.

menos envolvida pela demagogia ‘nacionalisteira’ dos fascistas do que a pequena burguesia e as ‘camadas medias da população’”⁹⁸. Porém,

Na Itália e na Alemanha, países que só realizaram a unificação nacional na segunda metade do século XIX, o chauvinismo fascista assumiu tons particularmente histéricos e monstruosos. mas a verdade é que o uso do mito da nação como *sucedâneo da autentica comunidade humana* pela qual as pessoas anseiam é uma característica *essencial* do fascismo e se manifesta em todos os movimentos deste tipo, independentemente dos países em que se realizam e independentemente das formas particulares que assume (seja no *Dai Nihon Kokuuikai*, isto é, na “Sociedade Da Tradição Nacional Japonesa”, com que o ministro Tokonami Takejiro tentou dividir os trabalhadores nipônicos em 1919, seja na “democracia orgânica” de Salazar ou no comparativo de superioridade da “Greater Britain” do fascista inglês Oswald Mosley)⁹⁹

Para finalizar esta primeira etapa da discussão sobre o fascismo, relativo à sua conceituação, trataremos de analisar seus aspectos propagandísticos e a origem de seu financiamento, apesar de em alguma medida havermos apresentado minimamente estes elementos. Na *Propaganda*, o fascismo inovou em vários sentidos, “*explorando todas as possibilidades que começavam a ser criadas por aquilo que viria a ser chamado de ‘sociedade de massas de consumo dirigido’*”¹⁰⁰. Explorando sistematicamente o poder da propaganda “*para influenciar a conduta do consumidor*” e, neste intuito, se valendo das mais diversas técnicas e meios de comunicação. A exemplo disso, Konder destaca o apelo à imagem que vai sendo construída em relação às lideranças fascistas, sobretudo do *Duce* e do *Führer*, que contrastava com a imagem atribuída “*aos políticos tradicionais, com seus fraques e cartolas*”, de “*semblantes pálidos*”, com “*polida oratória parlamentar*”, “*impôs-se o discurso energético de agitação*”, e “*a imagem de um Duce cheio de vitalidade*”, gesticulando, dando ordens, organizando e comandando a Nação. No lugar da ‘*verborragia*’ e ‘*ineficácia*’ atribuída aos *políticos tradicionais*, na propaganda fascista, apontava-se para os líderes fascistas como os homens que superariam a ineficácia da verborragia política pela ação direta.

98 Id. p.15-16.

99 Id. p.6.

100 Id. p.17.

No que tange aos meios de comunicação, podemos destacar como exemplo, foi impulsionado o “*uso sistemático (pioneiro) do rádio*”¹⁰¹. Os investimentos foram direcionados à produção e popularização de aparelhos de rádio, os “*rádios do povo*”, aparelhos padronizados de baixo custo, para que todas as famílias da “*comunidade popular*” alemã pudessem ouvir em casa”¹⁰². tamanha importância que os regimes fascistas davam à propaganda de sua ideologia. Segundo Konder,

A principal vantagem dessa “imagem”, difundida com eficiência em escala massiva, é que ela disfarçava o *conteúdo social conservador* do fascismo e fixava a atenção da massa no “estilo novo”, “dinâmico”, nas potencialidades “modernizadoras” do movimento fascista. O movimento foi caracterizado por Goebbels como “tão moderno que o mundo inicialmente não pode entendê-lo”¹⁰³

A partir dos “imponentes investimentos fascistas no setor da propaganda nos impõe a pergunta: de onde provinham os fundos que eram investidos?”¹⁰⁴. Em outras palavras, quem financiava o fascismo? “*Quais setores?*”¹⁰⁵ Neste ponto também abre-se espaço para identificarmos de fato qual a origem social do fascismo pois, como veremos, há uma distinção entre base social do fascismo e a inerência dos interesses de classe que ele representa, por ser patrocinado por estes interesses pois, como já dissemos, o movimento fascista se constrói ‘de cima para baixo’. sendo assim, quem está em cima da pirâmide fascista?

Pode-se apontar, a partir das investigações sobre o fascismo, para a grande participação de industriais, no caso italiano, que faziam manutenção de apoio a Mussolini mesmo dentro de grandes crises políticas, como o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti em 1924, em detrimento da “*passagem do poder, sem grandes riscos, para uma coalizão de políticos liberais conservadores*”¹⁰⁶

101 Id. p.17-18.

102 Id. Ibid, p.18.

103 Id. Ibid.

104 Id. Ibid.

105 Id. Ibid.

106 Id. Ibid,p.19.

O caso alemão apresenta um quadro que articula vários setores no processo de financiamento do Partido Nazista, em vista de interesses de promoção das “*condições de implantação do Capitalismo Monopolista de Estado*”¹⁰⁷. As fontes de financiamento, neste caso, provinham de “*dezenas de grandes industriais e grandes banqueiros*”¹⁰⁸. Nos dois países, os investimentos provinham da relação entre capital industrial e financeiro, na Alemanha essa articulação em direção ao Capital Monopolista de Estado se intensifica de forma mais radical, produzindo resultados iniciais muito interessantes ao capitalismo o que, por exemplo, valeu a Hitler uma capa na revista Times.

Mas há ainda um outro nível – mais abstrato – de vinculação do fascismo com os interesses básicos do capital financeiro. A guerra de 1914-1918 manifestou com clareza as profundas contradições existentes no mundo criado pelo capitalismo em sua fase Imperialista. Pela concentração de poder econômico realizada em suas mãos, o capital financeiro foi levado a assumir, a liderança na luta pela *conservação* (e correspondente *atualização*) *do sistema*. Para o capital financeiro, entretanto, o sistema só poderia ser salvo por meio de *reformas* que suprimissem certos estorvos, remanescentes da fase da “livre competição”, *acentuassem a concentração do capital* (uma forma de “racionalização” da economia) e *aprofundassem a interindependência entre os monopólios e um “Estado Forte”*. Antes da crise mundial do capitalismo em 1929, esse programa ainda encontrou dificuldades para se traduzir em formas claras. Mussolini, durante os anos vinte, ainda exitava quanto aos modos de concretizá-lo, insistindo demais no fato de que o Estado deveria ser *politicamente forte*, mas deveria *esquivar-se a toda e qualquer intervenção na esfera econômica*. Mais tarde, o *Duce* evoluiu no sentido de aceitar a intervenção do Estado na esfera econômica. Com Hitler, contudo, já não houve hesitação: subindo ao poder após a crise de 1929, o *Führer* já assumiu seu posto de comando com uma clara visão das tarefas que o Estado teria fatalmente que assumir nas condições de implantação do *capitalismo monopolista de Estado*.¹⁰⁹

Portanto, a partir da discussão apresentada até aqui, podemos começar a arrolar elementos, hierarquizando a relevância de cada um para fundamentarmos um conceito sobre o fascismo, que não amplie seu espectro ao ponto de não darmos conta de circundar suas fronteiras na historicidade, porém que não o esvazie e isole-o no passado, fazendo tabula rasa para a possibilidade concreta da permanência desta ideologia nas disputas presente.

107 Id. Ibid,p.20.

108 Id. Ibid.

109 Id. Ibid.

(...)O fascismo é uma tendência que surge na fase Imperialista do capitalismo, e procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital. é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sobre uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antisocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhe a influência junto às massas).e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigida, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro.¹¹⁰

Assim podemos pontuar mesmo que o Fascismo não possua as condições necessárias pra se manifestar enquanto regime, seus elementos ideológicos permeiam as relações sociais, através da produção de discursos e práticas que reproduzem seu ideário.

1.2 Pontuações teóricas e metodológicas sobre o Fascismo

Voltando à discussão que introduzimos, sobre a relação entre fascismo e capitalismo, há um extenso embate historiográfico sobre esta questão. Gostaríamos, com caráter introdutório, de apresentar alguns pontos relativos a este embate historiográfico que também é político. Neste sentido, apresentaremos algumas posições, as quais acreditamos serem as mais influentes no tocante ao debate sobre a relação entre o fascismo e o capitalismo. Acreditamos que há um apagamento desta relação no discurso jornalístico de referência, hegemônico, que produz diversas reinterpretações vulgares e, no âmbito social, que para além de não estabelecer relação entre fascismo e capitalismo - apagando mesmo esta relação – apontam para uma relação possível entre fascismo e socialismo.

Esta relação é defendida pelo fato de que supostas simbologias “socialistas” estavam presentes em elementos produzidos pelo fascismo, ou ainda ao fato de haver no nome do Partido Nazista a palavra ‘socialista’, o que indicaria sua filiação à esquerda ou coisa semelhante. Esta

110 Id. Ibid, p.21.

confusão é pungente e ainda dedica-se tempo e espaço para debatê-la¹¹¹. Mais confusões são geradas a partir da tese do fascismo como “terceira via”. Esta tese, na verdade é o modo como os próprios fascistas descreviam seu movimento, ou seja, é relacionada ao interdiscurso fascista sobre si, e desmancha-se quando analisada a partir das relações estruturais do Estado com o capital na fase Imperialista do capitalismo. No entanto, a tese do fascismo como “terceira via” é muito utilizada por defensores do espectro da direita no intuito de apagar esta relação, ou amenizá-la ao máximo, onde se relaciona ao capitalismo ou ao pensamento da direita. Em outras palavras, alguns pensadores da direita preferem reproduzir o discurso que o fascismo faz sobre si, onde desloca-se o vínculo com o capitalismo pela tese da “terceira via” que, retoricamente, dizia-se “antiliberal” e “antissocialista”.

Sem desviarmos o foco para a AD, é interessante notarmos que o jornalismo, mesmo no âmbito da intelectualidade acadêmica, se reproduz o interdiscurso do fascismo, como a “terceira via”, praticamente na íntegra, sem que se questione a prática fascista daquilo que o fascismo diz sobre si. Nisso, obviamente, há um intuito utilitário de desvincular a relação entre fascismo e capitalismo da memória que se produz pois, como podemos notar, no interdiscurso sobre os comunistas produzida pelo discurso jornalístico o processo não se repete, como se percebe através da AD.

Com intuito de abordarmos parte da discussão teórica acerca do fascismo, que acreditamos ser importantes para a presente da discussão¹¹², sendo assim, enumeramos três perspectivas analíticas sobre o fascismo que pretendemos debater nesta etapa do presente trabalho. Temos, 1) a

111 Ilustrativamente podemos apontar como exemplo a manchete intitulada “O Nazismo era um movimento de esquerda ou direita?”, escrito por Camilla Costa, da BBC Brasil em São Paulo, publicado no mesmo dia, 07/05/2017 nos sites de BBC.com, noticias.Uol.com e Globo.g1.com. A escritora aponta, neste caso, para a tese da terceira via, apostando mais no que os fascistas falavam de si mesmos, o discurso da terceira via, do que numa análise das relações estruturais da sociedade que reproduziram, através da atividade do capitalismo monopolista de Estado. Ainda que este caso seja apenas ilustrativo, e recente, podemos apontar para uma vasta produção no mundo virtual onde vincula-se esta relação entre nazismo e socialismo ou, no mínimo, tenta desvincular o fenômeno do fascismo com o espectro político da direita.

112 É preciso que se diga que a bibliografia acerca do fenômeno fascista é vastíssima, estando presentes várias perspectivas analíticas sobre o tema. Portanto, não objetivamos abordar todos os pontos desta discussão, por uma questão de tempo e espaço, decidimos focar nos embates sobre o tema que apresentam certa permanência no embate atual e que, por esse motivo, demandam atenção.

posição de que o fascismo não é capitalista, uma posição antifascista ou ‘afascista’, baseada na ideia de “consenso” em torno da causa nacional. 2) o debate sobre os “autoritarismos”, que apaga o caráter do fascismo como ferramenta para o capital, e conclui na equiparação entre regimes comunistas e fascistas e 3) a posição do fascismo como ferramenta moderna do capitalismo monopolista de Estado, financiado pelo capital industrial e bancário no processo de (contra)revolução passiva – atuando e promovendo o processo de ‘crise aberta’, com intuito de contensão das possibilidades de alternativas populares – a partir do consenso forjado sobre a fusão, retórica, entre o ‘social’ e o ‘nacional’.

A primeira posição, de que o fascismo não seria essencialmente capitalista, e que em última instância haveria um “*consenso*” sobre o regime entre os setores que compunham as sociedades em que este regime foi implantado é defendida Demian, por Renzo de Felice. Felice procurou “*desconstruir a narrativa antifascista sobre o fascismo a partir da pretensão de ‘objetividade’, porém, acaba por considerar demasiadamente o que os fascistas falavam sobre si*”. Sua tese é baseada no elemento de “*consenso*” social em relação à política aplicada pelos partidos fascistas. Segundo esta acepção fascismo foi “*um fenômeno político surgido nas condições de transição da sociedade tradicional para a moderna na Itália, e sua base social foram as camadas medias emergentes*”¹¹³. Este conceito encerra o fascismo em si mesmo, pregando-o em sua historicidade, isolando-o no tempo e na história e, portanto, esvaziando a importância que o fenômeno fascista ainda apresenta no presente.

Segundo a tese de Renzo, o movimento fascista possuía um “caráter revolucionário”, apresentando este elemento “*com base na dinâmica de adesão popular ao regime em seus vinte anos de existência*” que se sustentava na “*existência de um consenso após o período de consolidação da ditadura (1925-1929), e entre 1929 e 1936 quando chegou ao auge*”¹¹⁴. Segundo Demian, sobre a tese de Renzo, “*esse grande apoio social foi conseguido através do controle pelo*

113 BEZERRA DE MELO, Demian. Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e consenso sob o fascismo. In *Revista Outubro*, nº 26, julho de 2016, p 116.

114 Idem p. 117.

Estado dos meios de comunicação e sistema educacional, além do bem-sucedido acordo com a Igreja” que “permitiu uma ampliação da interlocução do regime com a base católica de massas”¹¹⁵.

Ainda segundo Renzo, o auge do apoio social ao fascismo se deu entre 1935 e 1936 (na Itália), no contexto da guerra contra a Etiópia, onde a ideia – temática retórica – do nacionalismo e do imperialismo foi aprofundada tendo como base a referência da Itália como *nação proletária*. Este apoio, e portanto o *consenso*, foi abalado nos anos de 1936-1939, no contexto da Guerra Civil Espanhola e das *Leis racistas e antisemitas* de 1938. Renzo, em sua tese, atribui a mudança de característica do apoio social do fascismo, no contexto e 1938, de *ativo* para *passivo*, devido ao efeito das leis racistas e antisemitas. Porém, segundo Renzo, o apoio e o *consenso* se torna forte novamente com o início da Segunda Guerra Mundial¹¹⁶. Ainda segundo o apoio só diminuiria com a derrota italiana na IIGM.

Como se denota, a partir da compreensão do conceito de *consenso* em Gramsci, Renzo “*inflaciona o consenso*”¹¹⁷, “*esvaziando a coerção, aspecto central de qualquer regime ditatorial*”. Isto é, há uma supervalorização do aspecto ativo do *consenso*, perdendo de vista os aspectos de coerção e controle das relações sociais dentro do aspecto dos regimes ditatoriais. Como vimos anteriormente em Konder, o fascismo construiu instituições sob as quais os indivíduos passariam durante o nascimento até a morte, controlando a educação e os meios de comunicação, em acordo com o alto clero católico. O desmonte da tese do *consenso* acontece justamente pelo fato de que ela supervaloriza o aspecto “ativo” do *consenso*, desvalorizando os aspectos de controle social, coerção e repressão utilizados por parte do Estado. Segundo Demian,

Operando num nível de abstração distinto do de Gramsci, Togliatti arrola uma caracterização abrangente das modificações que o regime fascista estabeleceu na vida social italiana, através da criação de uma série de instituições que buscaram enquadrar

115 Idem. Ibidem.

116 Idem, p. 118-119.

117 Id, p. 120.

a trajetória dos indivíduos desde o nascimento até a morte, e que de forma eficiente eram capazes de organizar o tempo livre fora do trabalho, tanto quanto enquadrar os trabalhadores no interior dos sindicatos corporativistas, *et pour cause*, melhorar as condições para a acumulação capitalista.¹¹⁸

Sendo assim, o consenso deve ser compreendido dentro dos limites apontados por Demian, segundo Togliatti, passando pelo *enquadramento da trajetória dos indivíduos*, e também a partir do aspecto *corporativista* das relações sociais e ainda o caráter pragmático do fascismo. Desta forma podemos desmistificar a ideia de *consenso* relacionada ao fascismo na análise de Renzo de Felice.

A propósito, negar a relação do capitalismo com os fenômenos políticos contemporâneos tornou-se um procedimento padrão, sob o epíteto de “economicista” para qualquer intérprete que, por exemplo, assinala as evidentes relações entre os regimes fascistas do entreguerras e o grande capital. É como se o fascismo estivesse mesmo além do capitalismo e do socialismo, como pregavam seus ideólogos.¹¹⁹

A segunda tese que selecionamos para discutir é as teses dos *autoritarismos*, e a tese dos *totalitarismos*. Estas teses são diferentes, mas, analogamente, se sustentam na supervalorização de elementos relativos. No primeiro caso, a personalidade dos sujeitos dirigentes do fascismo e, no segundo caso, enfatiza as estruturas, colocando em segundo plano o processo histórico de construção destes regimes. A primeira supervaloriza o sujeito (totalitário), e a segunda supervaloriza a presença do Estado na relação com os sujeitos, não levando em conta as distintas formações de Estados Nacionais. Nos dois casos, os motes explicativos fogem do ponto axial (organização e financiamento) desses regimes, atendo-se a aspectos generalizados que obscurecem a compreensão do objeto.

A tese dos *autoritarismos*, muito produzida pela historiografia idealista, baseada em biografias exageradas e da propaganda que o fascismo fazia sobre si mesmo, supervalorizando o papel do indivíduo e “*em última análise, recorrendo a ‘explicações’ baseadas na ação ‘casual ou*

118 BEZERRA DE MELO, Demian. *op. cit.*, p.136.

119 Idem, p.139-140.

‘enigmática’ de determinados homens ‘extraordinários’”¹²⁰. A partir do ponto em que desclassifica pontos centrais para análise do fenômeno do fascismo, “os representantes da teoria do *‘totalitarismo’*, até hoje, não conseguiram elaborar nenhuma interpretação coerente e digna de discussão das origens do fascismo”¹²¹ Desta forma, segundo Konder,

Fixando a atenção dos leitores nas pessoas dos líderes fascistas, na psicologia deles, os autores de quem estamos falando não contribuem para esclarecer melhor a complexa questão do papel real das grandes personalidades na história: limitam-se (independentemente das intenções subjetivas que os animam) a obscurecer as responsabilidades objetivas de determinadas organizações políticas e de seus financiadores¹²²

Portanto, se por um lado a tese dos *autoritarismos* supervaloriza o indivíduo, por outro lado, esta mesma supervalorização dos indivíduos leva ao apagamento da culpa e responsabilidades dos grupos envolvidos em patrocinar, organizar e executar o regime. Dando a impressão, nesta leitura, que uns poucos indivíduos ‘sequestraram’, sozinhos, suas sociedades. Nisto, para quem trabalha com História utilizando como ferramenta o conceito de *personalidades autoritárias*, há a necessidade de uma série de cuidados para que não se supervalorize os sujeitos autoritários em detrimento das estruturas e grupos que o suportam.

A tese do *totalitarismo* possui versões diferentes em relação aos motes explicativos, sendo reinterpretada através dos anos na historiografia. Para discutirmos esta tese apresentaremos brevemente as concepções gerais de Hannah Arendt e Ralf Dahrendorf, a partir das conclusões de Konder. A tese de Hanna Arendt surgiu no contexto do pós IIGM e início da GF, nos anos de 1951, baseada em teses anteriores que tinham como eixo explicativo para suas comparações o pacto “Ribbentrop-Molotov”, como aponta Konder, “*houve muita gente bradando aos céus que se haviam*

120 KONDER, Leandro. *op. cit.*, p. 75.

121 Idem. *Ibidem*.

122 Idem. p. 74.

realizado suas previsões, que a aliança entre fascistas e comunistas era inevitável, já que ambos eram *‘farinha do mesmo saco’*”¹²³.

Segundo Konder, *“Hannah Arendt parte de uma concepção do imperialismo radicalmente contraposta à de Lênin”*¹²⁴, isto é, *“em lugar de ver o imperialismo a última etapa do capitalismo, ela enxerga nele o princípio do ‘aburguesamento’ da sociedade contemporânea”*¹²⁵. Em sua tese, *“os grandes capitalistas do século passado puseram-se não só a buscar novos mercados no exterior como trataram de jogar com as massas populares, servindo-se delas em suas manobras políticas”*¹²⁶.” Segundo Arendt, este processo, e suas *“contradições internas do estado de coisas criados por essa política explodiram com a guerra europeia de 1914-1918”*¹²⁷. Abaladas as muralhas protetoras, que segundo Arendt, *“eram constituídas pela bem definida divisão de classes da sociedade”*¹²⁸, o fascismo e o comunismo encontraram *“muitos elementos desqualificados (a ‘gentalha’)”*¹²⁹ (Konder 70) onde *“os comunistas e os fascistas recrutaram seus adeptos nessa massas, que os demais partidos haviam se acostumado em desprezar”*¹³⁰. Segundo Konder

Em sua análise, a escritora tende a equiparar o fascismo e o comunismo. Para ela, a guerra entre União Soviética e a Alemanha nazista foi “uma guerra entre dois sistemas essencialmente idênticos” (Arendt, p.429) Na comparação entre os dois “totalitarismos”, H. Arendt, chega mesmo a enxergar certos aspectos mais humanos ao nazismo, já que o terror da União Soviética era um fenômeno que “podia atingir qualquer pessoa” e não estava sequer “limitado pelas discriminações raciais”, como na Alemanha de Hitler.¹³¹ (Arendt, p.6) (KONDER P.71)

Arendt parece deslocar a importância do pragmatismo para o Fascismo, não analisando sua vinculação com o capital financeiro e industrial como especificidade deste fenômeno, e dá uma importância menor para a estrutura do capitalismo monopolista de Estado. Assim, acaba

123 Id. p.69-70.

124 Id. p.70.

125 Id. Ibid.

126 Id. Ibid.

127 Id. Ibid.

128 Id. Ibid.

129 Id. Ibid.

130 Id. Ibid.

131 ARENDT apud KONDER. op. cit., p. 71.

comparando, em alguma medida, fenômenos diferentes sob a ótica do mesmo conceito. Podemos refletir, ‘a quem interessa tais comparações?’ Qual o sentido político delas? No intuito de responder a estas perguntas, apresentaremos alguns pontos discutidos por Konder sobre a tese de Ralf Dahrendorf de 1965 que, novamente, traz elementos de comparação entre os distintos regimes Soviético e Nazista, equiparando os fenômenos. Ressaltamos que esta tese se dá após a morte de Stalin e o 20º Congresso do Partido Comunista da URSS em 1956 nas quais foram denunciados os *crimes de Stalin*, Sobre esta tese, segundo Konder,

Propondo uma interpretação segundo a qual o fascismo derivaria da ascensão ao poder de líderes autoritários, dominados por impulsos Irracionais destrutivos, alguns autores chegam, finalmente, à equiparação visada pela doutrina do ‘totalitarismo’: Hitler = Stalin (Dahrendorf) Não eram ambos ditadores? Não dirigiam ambos com mão de ferro vastíssimos aparelhos de repressão e extermínio? A aproximação porém, se ocupa menos da personalidade de cada um dos dois ditadores do que daquilo que eles representavam politicamente: fascismo = comunismo.¹³² (Konder/Dahrendorf p.75-76)

Esta interpretação, na doutrina do *totalitarismo*, se sustenta na ênfase, por um lado, do “caráter ‘revolucionário’ que o fascismo teria tido (aceitando-se como certo, mais uma vez, aquilo que o fascismo proclamava sobre si mesmo)”¹³³. Por outro lado, é baseada na ênfase nos “excessos”, generalizando a essência dos regimes pela aparência – ditaduras de ditadores mão de ferro, repressão estatal – para caracterizar a substância dos fenômenos. Isto é, o “caráter revolucionário” do nazifascismo acarretaria nesta acepção, nos “Excessos de Hitler e Mussolini”.¹³⁴

Boa parte da crítica feita ao fascismo de um ângulo mais ou menos conservador-liberal e influenciada pela doutrina do “totalitarismo” se fixa na revoltada contemplação dos “excessos”. (...) Concentrando-se nos aspectos “desmedidos”, a crítica deixava a entender que o fascismo eventualmente “moderado” não lhe inspiraria disposições negativas.¹³⁵ (Konder, p.76.)

132 DAHRENDORF *apud* KONDER. *op. cit.*, p. 75-76.

133 KONDER, Leandro. *op. cit.*, p. 76.

134 Idem. *Ibidem*.

135 Id. *Ibid*.

Se por um lado esta doutrina enfrentava resistência de muitos teóricos, por outro lado, a partir da exposição dos crimes de Stalin, ela se encontrava em condições favoráveis. Porém, como demonstra Konder, a tese do *totalitarismo* é constrangida pela permanência das ditaduras de Franco na Espanha e Salazar em Portugal. Desarmonizando com o mito de que “*as condições sociais e políticas existentes nos países ocidentais*” não propiciariam o processamento de tais fenômenos.

Quanto aos regimes de Franco e Salazar que, direta e indiretamente, apoiaram e prestaram homenagens aos regimes fascistas do Eixo, no contexto pós IIGM tentaram apagar esta memória de proximidade. Sobre estas influências e distanciamentos, Salazar, por exemplo, mudou o nome do regime após a derrota do Eixo, tentando distanciar-se – ao menos nominalmente – dos regimes de Mussolini e Hitler¹³⁶. assim promove eleições com mais de um partido para dar a impressão de democracia ao regime, Franco chega a afirmar que “*na Espanha não há uma ditadura*”¹³⁷.

A tese do *totalitarismo*, a partir do ponto em que caracteriza o fascismo como ‘movimento revolucionário’, nos remete a um parentesco com uma tese um pouco mais antiga, apresentada por Konder, formulada pelo italiano Luigi Sturzo¹³⁸. Na tese de Sturzo o fascismo é compreendido partindo-se de aspectos abstratos, isso é, a partir da abstração de certos elementos relacionados com a ditadura, baseados em interdiscursos do imaginário católico e conservador, ainda nos anos de 1926. Segundo Sturzo, “*no conjunto, só se encontra uma diferença entre Rússia e Itália: a de que o bolchevismo é uma ditadura comunista, ou um fascismo de esquerda*”, ao passo que o fascismo é uma ditadura conservadora, ou comunismo de direita”¹³⁹.

Sob a ótica do conceito – ou doutrina - de “totalitarismos” apresentam-se limites que impossibilitam a compreensão do fenômeno do fascismo e, conseqüentemente, do Comunismo no século XX. A dicotomia entre “fascismo de esquerda” e “comunismo de direita” é pobre e obscurece, chegando a apagar e equiparar, os elementos de distinção relativas a estes fenômenos.

136 Id. p. 79.

137 Id. Ibid.

138 Id. Ibid.

139 Id. p. 70.

Toda a historicidade do processo é reduzida a aparência de suas representações. Em uma analogia, caracteriza-se ‘tubarões’ e ‘baleias’ como ‘peixes’, desconsiderando suas distintas naturezas em detrimento do fato de que ambos nadam e ambos vivem n'água.

A partir do conceito de *consenso* sob o fascismo, nos escritos de Gramsci e Togliatti apresentado por Demian Bezerra de Melo, podemos apreender elementos que superam dos motes explicativos já apresentados e nos possibilita uma caracterização mais aproximada do fascismo, não confundido suas origens com a de outros fenômenos distintos, equiparando e comparando coisas totalmente diferentes, ou seja, possibilitando apreender suas especificidades e distinções de outros fenômenos a partir de sua historicidade e das suas relações estruturais e suas consequências na superestrutura social.

Segundo Demian, Togliatti procura evidenciar o caráter de *movimento de massas* do fascismo e a partir da compreensão desta característica demonstra como no regime fascista o Estado, personificado através de suas instituições – em que a mais importante para a nossa análise é o Partido Fascista – penetra em praticamente todas as esferas da vida social, com seu papel de educar, organizar e preparar os indivíduos conforme o ideário do Partido. Isto significa inclusive, como já vimos, organizar a forma com que os indivíduos utilizarão o seu tempo livre. Havia controle, portanto, sobre toda a vida social, por parte do Partido Nacional Fascista (PNF), “*buscando enquadrar a trajetória dos indivíduos desde o nascimento até a morte*”¹⁴⁰. Para ilustrar isso, “*lembrando que desde 1932, para o exercício de qualquer cargo público, era necessária a inscrição no mesmo*”¹⁴¹, isso é, o PNF.

Enquanto a *Opera Nazionale Balilla*, criada em abril de 1926, objetivava mesmo “unificar, educar, doutrinar e disciplinar crianças até 14 anos de idade” os *Fasci Giovanili di Combattimento*, criados em outubro de 1930, organizava jovens de 18 aos 21 anos como reserva para quadros do PNF. Como uma organização de base pequeno-burguesa, as organizações juvenis foram fundamentais também como componente da mobilização permanente criada pelo regime fascista.¹⁴²

140 BEZERRA DE MELO, Demian. *op. cit.*, p. 136.

141 Idem, *Ibidem*.

142 Id, *Ibid*.

Segundo Demian, à parte das organizações juvenis que enquadrava o pensamento da juventude desde o nascimento, “*contudo, de acordo com Togliatti, a principal organização de massas do fascismo eram os sindicatos corporativistas*”¹⁴³. Demian,

E se os sindicatos são as principais organizações de massas do regime, diz Togliatti, a mais ampla foi a *Opera Nazionale Dopolavoro*, criada para organizar o tempo livre da classe operária, especialmente na promoção de atividades recreativas, esportivas, artísticas e culturais. Tratava-se de uma organização do tempo livre fora do trabalho, inspirado no modelo americano de organização científica do trabalho, denotando aqui um ponto comum com Gramsci, que havia desenvolvido uma reflexão sobre isso em seu caderno “Americanismo Fordismo”¹⁴⁴

As organizações *Dopolavoro* se constituíram, neste contexto, nas instituições em que o fascismo encaminhou a construção do *consenso*, de cima para baixo. Não perdendo de vista a relação do conceito de *consenso* entre “Política + Repressão”, quer dizer, “Consenso + Coerção”. À parte do PNF, os *Dopolavoro* se constituíram nas estruturas organizacionais em que o fascismo possibilitou a radicalização do processo de (contra)revolução.

1.3 Luta antifascista no Brasil e o processo de “redemocratização pelo alto”

A redemocratização dos anos de 1940 não foi fruto apenas das lutas liberais, apesar da tese, hegemônica, que foca os resultados vitoriosos deste grupo ao final do processo. Houve participação das classes subalternas. A vitória dos liberais, garantiu a “democratização econômica”, que basicamente é o “fim da intervenção do Estado na economia”. Porém, manteve e atualizou as formas de controle social do Estado. com a manutenção da legislação sindical Fascista herdada do ‘Estado Novo’ (EN).

Os rumos tomados pelo processo de democratização a partir do golpe militar de 29 de outubro de 1945 fortaleceram o predomínio desta interpretação, a qual hipervaloriza a intervenção daqueles grupos que, em 1945, constituiriam a União Democrática

143 Id, p. 137.

144 Id, Ibid.

Nacional. Menosprezando ou ocultando as mobilizações populares ocorridas a partir de 1942, vários autores apontam o “Manifesto dos Mineiros” como primeiro ato de descontentamento e desencadeador de todas as mobilizações contra a ditadura. O Manifesto dos Mineiros foi lançado em outubro de 1943¹⁴⁵

O Manifesto dos mineiros, segundo apresenta Calil, teve múltiplas “funções”. Isto é, na prática, sua publicação abre um espaço de organização destes grupos, alinhando-se a outros grupos opositores ao regime estadonovista, ao mesmo tempo em que constrói um referencial político programático para dar sequência ao processo de organização. Desta forma, na prática, impulsionando também seus interesses no processo eleitoral. Este evento acaba se tornando hegemônico por muito tempo na historiografia, apagando outros processos políticos e grupos que atuavam reivindicando outros interesses que não os dos grupos que compunham o “Manifesto dos Mineiros”, também conhecido como “Manifesto Oligárquico”, Gilberto Calil - *Quem derrubou o Estado Novo brasileiro? Reflexões sobre as construções historiográficas em torno da democratização de 1945*

Os rumos conservadores e excludentes da democratização não devem ocultar as intensas lutas sociais travadas. O projeto vitorioso não era o único caminho possível: a ele se contrapunham perspectivas diversas, colocadas por mobilizações populares que exigiam alterações mais radicais da ordem econômica e social e efetiva participação política. Em resposta a estas mobilizações, os acordos entre “liberais” e autoritários viabilizaram a preservação do sistema econômico e das bases sociais da política oligárquica, mantendo e atualizando os principais elementos do autoritarismo estadonovista. No entanto, o processo de democratização é quase sempre apresentado como um processo sem grande participação popular, conduzido pelas oposições “liberais” e determinado como decorrência direta do novo contexto internacional advindo da derrota do nazi-fascismo.¹⁴⁶

Sobre o processo de lutas que culmina na derrubada da ditadura estadonovista, o processo, a partir de uma das possíveis análises – isto é, não nos focando apenas nos eventos privilegiados pela historiografia – que adotamos, é iniciado por grupos populares já em 1941 – Segundo Calil, a partir de Carone, são os comunistas os primeiros a organizar oposição de base à ditadura estadonovista. Neste contexto, não há como indicar apenas um ou outro grupo como sendo

145 CALIL, Gilberto. *op. cit.*, p. 3.

146 Idem. p.2.

protagonista desta luta, mas sim vários setores de oposição que aos poucos vão conquistando espaço político. A participação dos estudantes, intelectuais e operários na organização e fomentação dos embates.

Em oposição à tese de que “todas” as mobilizações em defesa da democratização partiram do Manifesto dos Mineiros (outubro de 1943), pode-se apontar diversas manifestações anteriores, algumas contando com expressiva mobilização popular. No início dos anos 40, não eram os oligarcas que se manifestavam contra a ditadura, mas estudantes, intelectuais e operários, de formas diversas e quase sempre enfrentando intensa repressão.¹⁴⁷

A vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial entra em contradição com o regime de cunho Fascista pelo mundo, com exceção de Espanha e Portugal, os regimes deste tipo começam a ser questionados por suas próprias bases populares a partir deste contexto. O nexos deste processo, podemos dizer, está intimamente relacionado pelas discussões e lutas desenvolvidas pelos grupos Antifascistas contra o chamado “Autoritarismo Interno”.

Quando se afirma que a democratização brasileira foi resultado da contradição na qual passou a se encontrar o governo brasileiro ao declarar guerra ao nazi-fascismo internacional, é necessário acrescentar que esta contradição não era “natural” ou “evidente”, até que as mobilizações populares estabelecessem os nexos lógicos entre a luta contra o nazi-fascismo e a necessidade de derrotar o autoritarismo interno. E estes nexos foram estabelecidos pelas mobilizações antifascistas ao vincularem a defesa da entrada do Brasil no conflito com a denúncia política do totalitarismo dos regimes fascistas. Os sujeitos que vivenciaram estas mobilizações lograram evidenciar a contradição entre a vitória dos aliados e a manutenção do regime autoritário internamente, tornando inviável sua permanência ao término da Guerra, ao contrário do que ocorreu em outros países como Espanha e Portugal. A vinculação entre a luta contra o nazi-fascismo internacional e a necessidade de democratização brasileira começou a ser construída pelas passeatas, marchas e concentrações que ocorreram durante todo o ano de 1942.¹⁴⁸

A União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, conquistou autonomia ao Governo a partir de 1942 num processo progressivo, travado junto à Liga de Defesa Nacional (LDN). A partir de 1942 a UNE passa a desempenhar um importante papel na luta estudantil, e a partir de 1943 contra o fascismo e o Autoritarismo Interno e o “Quinta-Colunismo” Integralista.

¹⁴⁷ Id. p. 5.

¹⁴⁸ Id. p. 6.

É interessante observar que, ainda em plena vigência do regime autoritário, a União Nacional dos Estudantes e a Liga de Defesa Nacional conquistaram progressivamente sua autonomia em relação ao governo. A UNE, fundada em 1937, permaneceu subordinada aos interesses do governo até 1942, quando começou a desempenhar um papel decisivo nas mobilizações estudantis. Em julho de 1943, o VI Congresso da UNE decide lutar contra o “fascismo interno”, particularmente “*o fascismo quinta-colunista ou integralista*”¹⁴⁹

Assim, muitas entidades foram criadas por vários outros setores, operários e intelectuais, para a luta contra o fascismo. Um exemplo disso é a Sociedade de Amigos da América, grupo antifascista que contava com representantes de vários espectros políticos, ligados à luta Antifascista, em sua formação.

Estas entidades aumentaram a organicidade da campanha em defesa da entrada do Brasil na Guerra contra o nazi-fascismo internacional e, ao mesmo tempo, difundiram a compreensão de que esta luta deveria estar articulada à crítica ao “fascismo interno”, ou seja, ao Estado Novo.¹⁵⁰

Pressionando o Governo, o colocando em contradição com a conjuntura política internacional, a luta Antifascista conquistou uma declaração de guerra contra o Eixo. Ao contrário do que pudesse imaginar o Governo Estadonovista, não recuaram as manifestações de oposição à ditadura interna, na verdade, o espaço conquistado pela luta antifascista serve de alavanca para acelerar a luta de oposição ao regime do Estado Novo.

A declaração de “estado de guerra” contra a Alemanha e a Itália em agosto de 1942 representou a primeira grande vitória das mobilizações populares. No entanto, ao contrário do que esperava a ditadura, a conquista de sua principal aspiração não representou o término das mobilizações. Pelo contrário, a partir de então elas se fortaleceram, exigindo o envio de tropas brasileiras ao campo de guerra e afirmando mais abertamente a oposição à ditadura interna.¹⁵¹

O Movimento Estudantil amplia, a partir de 1945, as mobilizações, promovendo atos importantes, participando de vários eventos, como a Semana da Anistia.

149 ALMINO *apud* CALIL. errou o Estado Novo brasileiro? Reflexões sobre as construções historiográficas em torno da democratização de 1995. In. *Democracia, Ditadura*. 1ª Edição, 2013. p. 6. Disponível em <http://www.tintadachina.pt/pdfs/473d82fddac905f20f83031b689089e7-inside.pdf>

150 CALIL, Gilberto. *op. cit.*, p. 6.

151 BETHELL *apud* CALIL. Idem. p. 7.

No ano de 1945, já com maior liberdade de atuação, os estudantes criaram uma nova forma de mobilização: a promoção de “semanas” de atividades, com palestras, atos culturais e manifestações públicas. Em abril de 1945, a União Nacional dos Estudantes promoveu uma grande “Semana Pró-Anistia”, defendendo a libertação dos presos políticos e retorno dos exilados.¹⁵²

Ao passo que o Movimento Operário, neste mesmo ano, ainda se encontrava débil organizativamente (apenas 12 greves registradas neste período). Porém, no ano de 1946 a situação muda se transforma. Com mais de 60 greves registradas, o resultado alcançado apesar da subordinação sindical ao Ministério do Trabalho, este resultado só seria superado na década de 1960. Para tanto, o instrumento utilizado pelos operários foram as Comissões de Fábrica, que aumentaram quantitativamente neste período.

Outras pesquisas evidenciam, no entanto, que apesar da subordinação dos sindicatos oficiais ao Ministério do Trabalho, desde o início dos anos 40 engendraram-se diversas e importantes mobilizações dos trabalhadores, autônomas e completamente independentes das direções sindicais oficiais. Estas mobilizações tinham como instrumento principal as chamadas “Comissões de Fábrica” que, denunciando a falta de representatividade dos sindicatos oficiais, qualificavam-se como legítima representação de classe. A organização dos trabalhadores não tinha a mesma visibilidade das manifestações estudantis, ao contrário, constituía-se informalmente e à margem dos sindicatos oficiais. Mesmo assim, foram deflagradas greves ainda no ano de 1942, contra a posição dos sindicatos oficiais, como uma greve realizada em uma metalúrgica na Penha, em São Paulo, obrigando os patrões a negociarem diretamente com as comissões constituídas pelos trabalhadores.¹⁵³

O questionamento da legislação sindical já provocava manifestações desde, pelo menos, 1942, chegando a desafiar a “Lei de Segurança Nacional” com greves metalúrgicas contra a “Lei de Esforço de Guerra.

Com a entrada do Brasil na Guerra, os conflitos trabalhistas se acirraram, pois a burguesia aproveitou-se do apoio dos trabalhadores à participação brasileira na guerra para impor condições de hiper-exploração, regulamentadas pelas chamadas “Leis de Esforço de Guerra”, decretadas pela ditadura varguista e impostas aos trabalhadores de indústrias metalúrgicas, englobando posteriormente também as indústrias têxteis. Em resposta, os operários de diversas fábricas desafiaram tais leis, inclusive com paralisações que desafiavam a condição imposta de “Segurança Nacional”, como uma

152 CALIL, Gilberto. Id. p. 8.

153 Idem. Ibidem.

greve realizada na empresa Pirelli, de Santo André, em 1943, com intensa mobilização de quase 2 mil funcionários, e também a greve geral da mesma cidade, em 1944, cuja repressão resultou em 430 prisões.¹⁵⁴

A alta classe média, investia em uma “Redemocratização pelo Alto”, a partir de uma concepção restritiva, elitista e antipopular que diferia em quantidade e qualidades daquela almejada pela classe trabalhadora em suas aspirações contra a hiperexploração, liberdades políticas e direitos sociais.

Porém, é preciso que se diga, a concepção da alta classe média se diferencia daquela adotada pela oligarquia, a alta classe média priorizava a reformulação do sistema político de maneira que favorecesse sua ascensão ao poder.

No que se refere à “alta classe média”, sua intervenção caracterizava-se, como aponta Décio Saes, pela defesa de uma “*redemocratização ‘pelo alto’*”, justificada por uma “*concepção restritiva, elitista e antipopular*” (SAES, 1991, 464). Sua perspectiva não era a mesma que estimulava os trabalhadores a constituírem as comissões de fábrica, porém se diferenciava também das oposições oligárquicas, pois os setores médios reivindicavam uma reformulação mais ampla do sistema político, que possibilitasse sua real inserção, no que tiveram êxito, pois “*o ano de 1945 marcou a incorporação definitiva dos setores médios e baixos das classes médias no processo político*” (...)

Os setores médios participaram ativamente das manifestações pela entrada do Brasil na guerra e expressaram suas posições, principalmente através de manifestos públicos assinados por categorias profissionais, como professores, advogados e jornalistas, principalmente a partir do início de 1945, quando a censura oficial arrefecia.¹⁵⁵

A partir da análise que fazemos da pesquisa de Calil, podemos concluir que a derrota dos setores da classe trabalhadora não está relacionada na “falta de base social” das manifestações, que ocorriam por organismos alternativos (não institucionais) durante a Ditadura do Estado Novo, mas sim nos grupos antipopulares que inviabilizaram o aprofundamento da redemocratização.

Acreditamos que é mais elucidativo buscar as razões de sua derrota nas articulações que reuniram diversos grupos antipopulares, “liberais”, oligárquicos e militares, desde o “Manifesto dos Mineiros” até o Golpe Militar de 29 de outubro de 1945, que, ao invés de consolidar o processo de democratização, inviabilizaram seu aprofundamento.¹⁵⁶

154 Idem, p. 8-9.

155 Id. p. 9-10.

156 Id. p. 10.

A elite e a oligarquia estavam preocupadas com os aspectos sociais da redemocratização e buscavam limitar seus efeitos, seus interesses imediatos giravam entorno da recuperação das instituições de poder, a máquina estatal, e impedir a radicalização do processo de democratização. A oligarquia tinha interesses objetivos no fim do controle estatal da economia, de olho no capital estrangeiro, resultado do agronegócio.

Com o afastamento de Getúlio Vargas, visando conferir um verniz “democrático” ao golpe, a presidência foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que além de conduzir o processo eleitoral, colocou em prática algumas das perspectivas mais conservadoras dos “liberais”, reprimindo violentamente o movimento operário e mantendo em vigor a Constituição ditatorial até que fosse promulgada a nova Constituição. Estavam garantidas as condições para uma “democratização” pelo alto, que não colocou em questão os privilégios dos grupos dominantes, manteve estrito controle sobre a classe trabalhadora e sequer permitiu plena liberdade de organização partidária, haja vista a proibição do funcionamento do PCB em 1947. Estava consolidado, portanto, um formato particularmente restrito e excludente ao processo de adaptação das instituições políticas brasileiras no pós-guerra, mas é importante ter claro que este formato afirmou-se depois de intensa confrontação social, e como resultado da derrota / esmagamento das alternativas populares que a ele se contrapunham.¹⁵⁷

No intuito de calar as vozes dissonantes, principalmente aquelas dos espectros oriundos dos projetos que destoavam daquele defendido pela oligarquia. Designado a desmobilizar a organização da classe trabalhadora o discurso *Anticomunista* retorta a cena durante o processo de redemocratização pelo alto a partir de 1945, se intensificando em 1947. Como apresenta Bethania Mariani o *Anticomunismo* após a IIGM, com o advento da GF, amplia seu objeto do espaço interno para o externo, instituindo a URSS como referência de “mal”, retornando aos sentidos já anteriormente aplicados e “fechando a possibilidade da emergência de outras palavras na imprensa”¹⁵⁸.

157 Id. p. 19.

158 Idem. Ibidem.

CAPÍTULO 2

ANTICOMUNISMO E ANTIPETISMO

Nos interessa aqui compreender o significado deste “*consentimento sem consenso*”, do qual nos fala Chomsky, sua dinâmica na fabricação da opinião pública e os meios em que se opera esta relação. Para tanto, podemos dizer, partindo do seu aspecto mais simples, que o “consentimento sem consenso” é o que “diz” ser, uma espécie de contrato social tácito, construído ideologicamente a partir dos interesses dos governantes e cumprido, em certa medida, pelos governados. Porém esta relação não se desenvolve de forma natural, nem sem conflitos, é uma relação construída, que demanda capital intelectual, humano e investimentos financeiros. Portanto, trazemos esta discussão para que se esclareça esta dinâmica.

A partir da análise de uma obra clássica de David Hume¹⁵⁹, que dirige suas reflexões questionando “*a facilidade com que os muitos são governados pelos poucos e a submissão implícita com que os homens cedem os seus destinos aos seus governantes*”¹⁶⁰, Chomsky se desdobra a pensar no papel da força bruta para a construção do consentimento. Sobre isso, Chomsky conclui que “*Hume certamente subestimou a eficácia da força bruta.*”

Dessa forma, Chomsky dirige sua reflexão no sentido de pensar o real teor do conceito de Democracia aplicado pelos grupos dominantes, conceito que, em tese, é contraditório ao uso da força bruta, porém está presente desde a mais brutal ditadura até a mais livre das democracias. Para tanto, Chomsky analisa as formações das democracias na Europa, a partir da reflexão de alguns pensadores políticos e morais relacionados temporal e espacialmente a estes contextos, bem como analisa a formação do Estado democrático burguês nos Estados Unidos.

159 David Hume (1711-1776), filósofo e historiador escocês, autor de *A treatise of human nature* e *History of England*.

160 HUME *apud* CHOMSKY *op. cit.*, p. 259.

Para tanto, parte do princípio de que, em certa medida, deve existir certo consentimento pelos dominados,

Uma Sociedade Democrática decente deveria ser baseada no princípio do consentimento dos governados. Essa ideia ganhou aceitação geral, mas pode ser contestada tanto por ser muito forte quanto por ser muito fraca. Muito forte, porque sugere que as pessoas devem ser governadas e controladas. Muito fraca, porque mesmo os governadores mais brutais precisam, em certa medida, do consentimento dos governados, e geralmente o obtêm não apenas à força.¹⁶¹

Portanto, deve haver um certo grau de consentimento no que condiz à relação entre dominados e dominantes, porém este consentimento pode ser forjado, construído, fabricado. Chomsky compreende que o povo, mesmo nas democracias, não é um sujeito “*participante*”, mas sim, aparece como “*espectador*”. Parte do princípio de que há uma inversão teórico-metodológica e, portanto, prático, entre as esferas de representação e poder, no que condiz à construção, ou neste caso o afastamento, do modelo Democrático de Sociedade acima mencionado. Segundo Chomsky,

Admite-se, pelo espectro, que o povo deve se submeter. Numa democracia, os governados têm o direito de consentir, mas nada mais além disso. Na terminologia do pensamento progressista moderno, a população é de espectadores, e não de participantes, à exceção de escolhas ocasionais feitas entre os líderes que representam o poder autêntico. Assim é a arena política. A população deve ser inteiramente excluída da arena econômica, na qual em grande parte se determina o que acontece na sociedade. Aqui, o público não deve ter função alguma de acordo com a teoria democrática vigente.¹⁶²

Isto é, mesmo que a esta massa de governados se submeta e consinta sobre determinada opinião política, é preciso que se exercite esta aceitação, mantendo-a permanentemente enquadrada segundo os interesses dos governantes. Sobre o modelo “Democrático” adotado na prática, Segundo Chomsky, “*A versão mais precisa é que, quanto mais livre e popular um governo, mais se torna*

161 Idem, Ibidem.

162 Idem. p. 259-260.

necessário contar com o controle de opinião para assegurar a submissão dos governados aos governantes.”¹⁶³.

Portanto, na prática, os modelos de Governos, sejam livres e populares ou ditatoriais e brutais, dependem, em alguma medida, do consentimento dos governados. Este consentimento não é totalmente livre, ele também pode ser construído, e a construção deste consenso é viabilizada através de aparelhos que disputem e controlem a opinião pública. Não descartamos aqui que existam importantes diferenças substanciais entre as formas de atuação destes distintos modelos de Governo, Sistemas ou Regimes, porém não nos é prioritário diferenciá-los pois, a grosso modo, não impedem a compreensão dos mecanismos de “*manufatura do consenso*” e os aparelhos que os viabilizam. Analisando a construção do consentimento, Chomsky evidencia seu processo de “*manufatura*”,

Pelo exposto, pode-se captar o significado real da doutrina do consenso dos governados. O povo precisa se submeter aos seus governantes e, para tanto, basta que lhes deem o consentimento sem consenso. Dentro de um Estado tirânico ou sob domínio estrangeiro, pode-se usar a força. Quando os recursos à violência são limitados, o consentimento dos governados deve ser obtido pelo expediente chamado manufatura do consentimento pela opinião progressista e liberal.¹⁶⁴

De fato, os altos investimentos na manufatura do consenso não são inerentes apenas a regimes ditatoriais ou Fascistas. A partir da máxima de Hume que diz que o controle de opinião “*se estende aos governos mais déspotas e à maioria dos governos militares, bem como aos mais livres e mais populares*”¹⁶⁵, Chomsky aponta para a criação de um nicho industrial voltado para cumprir tal tarefa, a “Indústria da Opinião Pública”, que, segundo ele, a Estadunidense é onde este ramo tem suas raízes. Chomsky,

A enorme indústria de Relações Públicas, desde suas origens no início deste século, tem se dedicado ao controle da mente pública, como os líderes do mundo dos

163 CHOMSKY, Noam, *op. cit.*, p. 259.

164 Idem. p. 260.

165 HUME *apud* CHOMSKY *op. cit.*, p. 259.

negócios descrevem a tarefa. Eles advertiram quanto aos “industriais que enfrentam riscos” na “recém-percepção do poder político das massas” e à necessidade de empreender e ganhar “a derradeira batalha pela mente dos homens e doutrinar cidadãos com a história capitalista até que fossem capazes de repetir a estória com notável fidelidade”. E certamente cumpriram a palavra, suscitando um dos temas centrais da história moderna. O fato de a indústria das Relações Públicas ter suas raízes e seus maiores centros no país que goza de maior liberdade é exatamente o previsto com a compreensão adequada da máxima de Hume.¹⁶⁶

Com isso, podemos dizer que a Indústria de fabricação do consentimento não só se faz necessária no exercício da dominação, como também ascende a uma importância central no cumprimento desta tarefa. A *propaganda* se torna uma das principais armas para a “*manufatura*” do consentimento, em que pese sua importância, Chomsky afirma em outra obra que “*la propaganda es a la democracia lo que una porra a un estado totalitario*”¹⁶⁷. Isto é, a propaganda assume nos Estados democráticos o papel que a violência assume em um Estado Fascista, porém é preciso lembrar que um Estado Fascista não recusa a propaganda como meio de convencimento, tanto quanto um Estado democrático não recusa o papel da violência como instrumento de ordem.

O sentido de *propaganda* aqui exposto, não deve ser confundido com a conotação vulgar de *comercial*, como pode acontecer na linguagem informal. Propaganda, para nós, tem o sentido derivado da palavra em Latim *Propagare*, que remete a difundir determinada ideia. Habitualmente, a ideia de propaganda é pensada a partir de relações governamentais, o comunicado que um determinado governo faz, apelando aos governados para consentirem com determinada demanda política. Porém, o uso da propaganda não está circunscrito ao meio governamental, estando presente nos mais diversos meios, sendo os que mais recebem investimentos são os meios governamental e empresarial. Portanto, cabe salientar, o perfil mercadológico da indústria de relações sociais, que auxilia na produção do consentimento através da propaganda, é determinante, já que vivemos em um sistema baseado na economia de mercado, para compreendermos qual a qualidade do produto final deste processo de produção.

166 CHOMSKY, Noam, *op. cit.*, p. 261.

167 CHOMSKY *apud* SANCHEZ *El modelo de propaganda de Herman y Chomsky: Análisis de prensa sobre la huelga general del 29 de marzo de 2012*. GANDIA, 2013. p. 20.

Por certo, a indústria de relações-públicas segue determinados princípios no processo de produção das notícias. Segundo podemos interpretar de Chomsky, há determinados “filtros” utilizados pelos meios de comunicação para obter um produto propagandístico alinhado aos interesses dos grupos que os patrocinam. Pablo Viejo Sánchez, a partir da leitura dos modelos de propaganda de E. S. Herman e N. Chomsky, compila estes princípios em cinco filtros que os meios de comunicação mercadológicos utilizam para a produção da notícia. Sobre os filtros da produção de informação, Sánchez,

Tal y como enuncian Herman y Chomsky, el modelo de propaganda “traza las rutas por las cuales el dinero y el poder son capaces de filtrar las noticias adecuadas a la impresión, marginar a la disidencia y permitir al gobierno y los intereses privados dominantes llevar sus mensajes al público”. Los llamados filtros que propone el modelo de propaganda se enmarcan dentro de estos títulos: 1, magnitud, propiedad y orientación de los beneficios de los medios de comunicación. 2, beneplácito de la publicidad. 3, fuentes de información de los medios. 4, críticas a los contenidos de los medios de comunicación. y 5, anticomunismo como mecanismo de control ideológico.¹⁶⁸

Podemos perceber que estes cinco filtros são uma forma de blindagem dos grandes meios de comunicação com relação a conteúdos que dissidam de seus interesses morais, políticos e econômicos. Para dar dimensão deste enquadramento de interesses, explicaremos brevemente o significado de cada um dos filtros.

O primeiro dos filtros, “*magnitud, propiedad y orientación de los beneficios de los medios de comunicación*” suporta a ideologia de desregulamentação e privatização dos meios de comunicação. Esta política, segundo Sánchez, faz com que “*el panorama mediático se configura como un ámbito oligopolístico, basado en enormes concentraciones empresariales*¹⁶⁹”, fechando o espaço para dissidências, uma vez com que este ciclo oligopolístico faz com que “*el incrementado e imparable proceso de concentración mediática en los años 90, donde apenas diez macroempresas*

¹⁶⁸ SANCHEZ, Pablo Viejo. *op. cit.*, p.20.

¹⁶⁹ Idem. p. 21.

de comunicación controlan el panorama de los medios globales.”¹⁷⁰ Em suma, tratamos aqui da política de filtragem de interesses que nortearão a concessão dos veículos midiáticos, política esta que fomentou a oligopolização a nível mundial destes mesmos meios. O que nos faz atentar para o baixo volume de diversidade de interesses no controle destes meios.

Solucionado o problema de como estão distribuídas as concessões dos grandes meios de comunicação, passamos para o *segundo filtro*, que Sánchez denomina “*beneplácito de la publicidad*”. Este filtro trata da propaganda dos próprios meios de comunicação, salientando-se sempre os benefícios trazidos por estes meios, porém também se trata da viabilidade econômica de tais meios, pois “*Para permanecer siendo económicamente viables, la mayoría de los medios deben vender mercados (audiencias) a compradores (anunciantes). Esta dependencia puede influenciar directamente el comportamiento de los medios.*”¹⁷¹ Desta maneira cria-se uma nova camada de blindagem dos conteúdos midiáticos, pois pressupõe-se que os clientes, os quais veicularão seus produtos nestes meios de comunicação, não se interessariam em fazê-lo caso o seguinte meio de comunicação não compartilhasse de seus ideais.

Este viés mercadológico do segundo filtro constrói, segundo Sánchez, “*un modo indirecto de censura, ha provocado la obsesión por las audiencias, que tan nefastos resultados culturales genera en la televisión actual.*”¹⁷², Para Sánchez, através das palavras de Chomsky, isto significa que “*La idea de que la consecución de grandes audiencias hace que los medios de comunicación sean 'democráticos' sufre así una debilidad inicial, ¡cuyo equivalente político sería un sistema de voto ponderado por la renta!*”¹⁷³. Deste modo, a programação é voltada aos níveis de audiência, sua função mercadológica se torna prioritária, esvaziando a programação de função social, cultural e crítica, dando vasão a seu aspecto de entretenimento.

170 Idem. Ibidem.

171 Idem. p. 23.

172 Idem. Ibidem.

173 Idem. Ibidem.

Sánchez não nega que haja produções com bom nível cultural nos grandes meios de comunicação, porém, segundo ele, este tipo de produção é secundarizada,

además de, podríamos decir, el reino del entretenimiento fácil y de todo aquello que sea comercial, vendible, alejado de profundidades abstrusas y visiones críticas molestas. Los anunciantes, em consecuencia, suelen apoyar programas que concuerden ideológicamente con ellos (a saber, contenidos que no osen poner en tela de juicio la ideología corporativa dominante)¹⁷⁴

Estes filtros, a *Publicidade* e a *Propriedade*, são talvez os mais importantes para a construção de um modelo de interpretação da propaganda, pois são elementos generalizadas na indústria de produção das relações-públicas, determinando inclusive a amplitude dos próximos filtros.

O terceiro filtro é denominado por Sánchez como “*fuentes de información de los medios*”¹⁷⁵, ou seja, trata-se de filtragem das fontes de informação, tanto se trata dos *documentos* quanto de seus *provedores*, isto é, tanto se trata do produto final da propaganda, quanto de quem a produz. Este filtro, nas palavras de Sánchez,

se basa en el suministro de noticias a los medios de comunicación. Básicamente, el modelo de propaganda funciona mediante la información generada por el gobierno, las administraciones públicas, las instituciones burocráticas y las corporaciones (de hecho, la clase empresarial es la única que puede producir información y propaganda al mismo nivel que el estado, y se plasma en sus enormes inversiones en publicidad política y relaciones públicas).¹⁷⁶

Segundo Sánchez, há uma naturalização destas fontes de informação, que não serão questionadas e, logo, serão validadas à primeira vista. Podemos compreender que a partir de um consentimento prévio entre a *fonte* e o *meio* de informação este filtro “muestra que las élites dominantes facilitan de forma rutinaria el proceso de acumulación de noticias, proveyendo

174 Idem. p. 24.

175 Idem. p. 25.

176 Idem. Ibidem.

comunicados de prensa, copias avanzadas de discursos, periódicos, oportunidades fotográficas y análisis prefabricados”¹⁷⁷

Há, como aponta Sánchez a partir da leitura de Herman e Chomsky, uma *simbiose* entre grandes meios de comunicação da indústria de relações sociais com seus clientes comerciais, isto é, uma relação de dependência mútua, em que os clientes comerciais abastecem financeiramente estes meios de comunicação, ao passo que estes últimos trazem benefícios comerciais aos primeiros através da divulgação de seus produtos e interesses.

Esta relação simbiótica, quase interdependente, entre os meios de comunicação e seus clientes comerciais, sugere um fenômeno de proteção mútua, principalmente por parte dos meios de comunicação, que são quem detém poder maior para divulgação de ideias e debates, para com seus clientes comerciais. Este é, segundo Sánchez, o quarto filtro da propaganda.

Sánchez denomina o quarto filtro da propaganda como “*críticas a los contenidos de los medios de comunicación*”¹⁷⁸. Este filtro se trata, em suma, de filtrar qualquer elemento negativo durante o processo de produção de informação, com intuito de proteção dos clientes comerciais dos meios de comunicação. Nas palavras de Sánchez,

El cuarto filtro bascula sobre un número heterogéneo de respuestas negativas que son orquestadas por las elites gubernamentales y económicas para acallar cualquier información o emisión que suponga un atentado contra sus intereses. Los autores citan em “Manufacturing consent” determinadas instituciones norteamericanas dedicadas a velar porque los medios ofrezcan una imagen correcta del mundo empresarial. no por casualidad, tales instituciones están organizadas por la gran empresa.¹⁷⁹

A filtragem das informações que destoam dos interesses dos grupos ligados aos grandes meios de comunicação também passa, segundo Sánchez, pela descredibilização de informações produzidas por interesses de outros grupos políticos ou mesmo opiniões científicas emitidas por

177 Idem. p. 25.

178 Idem. p. 28.

179 Idem. Ibidem.

intelectuais. Isto é, podemos perceber portanto que há um mecanismo de acriticidade para com as informações produzidas pelos clientes comerciais dos grandes meios de comunicação, ao passo que, para os que dissidem de seus interesses, há outro mecanismo de filtragem, crítica e descredibilização de opiniões contrárias. Não se trata, portanto, a partir do momento que temos toda uma leva de filtros morais e políticos e também filtros econômicos para que se difunda informação por estes meios, de liberdade de opinião ou de mercado de livre concorrência nos meios de comunicação, mas de operar sistematicamente sob interesses pré-definidos dos grupos que participam, e financiam esta relação de produção.

Sánchez define o quinto filtro como “*anticomunismo como mecanismo de control ideológico*”¹⁸⁰. Este filtro, mesmo após o colapso da URSS ainda estaria ativo, “*pero su retórica ha sido sustituida por la dicotomía de “yo” y “el otro”*”¹⁸¹. Isto é, de maneira geral, uma posição construída a partir de um movimento de oposição àquilo que se julga, segundo o interesse de um determinado grupo, como inválido.

É interessante notar que, neste tipo de situação, a posição que se constrói a partir de um movimento de oposição, não é objetivamente delineada, pois ela se baseia naquilo que não deve ser, inculcando, por outro lado, uma ideia genérica daquilo que deveria ser. Baseado nisso, entendemos que este filtro só pode operar como reação à dinâmica do embate social.

Como pudemos compreender, o *Anticomunismo* não se trata de combater o comunismo, mas é uma ferramenta que pode ser instrumentalizada contra os mais diversos alvos em potencial. Sánchez explica que,

Su operativa puede extrapolarse fácilmente a casos como el de la guerra del Golfo, aunque los resabios ideológicos del anticomunismo prosiguen en los medios, promocionando el individualismo pro empresarial y el ataque sin cuartel al estado del bienestar.¹⁸²

180 Idem. p. 29.

181 Idem. Ibidem.

182 Id. Ibid.

Então, se o *Anticomunismo* não se trata de combater o comunismo, qual sua função? O que realmente ele combate? Já que o *Anticomunismo* não se trata, como já dissemos, de criticar o comunismo, ou apenas este, sua linguagem é dialógica, seu interesse é, em certa medida, “propositivo”. Ele não se baseia apenas em negar um certo valor sobre determinada ideologia política senão, com isso, na negação destes valores, sua intenção é a de propor, mesmo que muitas vezes indiretamente, a partir de uma linguagem opositiva, seu próprio leque de valores morais, políticos e econômicos. Contanto, quando dissemos “interesse propositivo”, não afirmamos aqui que seu objetivo é positivo ou construtivo, pois sua efetividade se constrói a partir de um movimento de reação e oposição, ou seja, um alvo deve o preceder. Em outras palavras, a afirmação do “Eu” passa a depender objetivamente da anulação do “outro”.

Quais são os valores morais, políticos e econômicos que o *Anticomunismo* combate, se este trata de combater apenas o comunismo? Cabe perguntar: qual a função social, dentro do campo de manutenção da hegemonia, do discurso *Anticomunista*? Vale lembrar do texto, ainda na década de 80, do José Paulo Netto,

A resposta é mesma esta: O anticomunismo é sempre um verniz, uma cobertura para disfarçar interesses antidemocráticos e antipopulares. A democracia não pode conviver com o anticomunismo, que é a arma dos reacionários e dos fascistas. Naturalmente, isto não quer dizer que os democratas sejam adeptos do comunismo ou simpáticos a ele. conservadores, democratas-cristãos, liberais, trabalhistas, social-democratas e socialistas não são comunistas, mas compreendem que a defesa das suas ideias devem ser feitas através de argumentos políticos e não do uso da força de repressão. É preciso diferenciar os não-comunistas dos anticomunistas. Há muitos democratas não-comunistas. os anticomunistas, porém, jamais serão democratas.¹⁸³

Ainda que não sintetize completamente o significado do *Anticomunismo*, a conclusão de José Paulo Netto apresenta elementos para a compreensão que se tem sobre as raízes históricas da construção do *Anticomunismo*. Netto, porém, está a pensar, segundo compreendemos, no *Anticomunismo* relacionado ao pensamento fascista, das décadas de 1930-1940, e na sua evolução a

183 NETTO, José Paulo. *op. cit.*, p. 11.

partir deste ponto. Nesta interpretação, assim como o fascismo deste período, o *Anticomunismo* é fundamentalmente uma corrente anti-iluminista, que nega os avanços políticos da corrente iluminista, combatendo qualquer tendência relacionada a esta. Netto também compreende que o *Anticomunismo* não está relacionado apenas ao combate aos comunistas, é uma ferramenta, e que este *verniz*, assim como aponta Carla Silva, é apenas um disfarce, um engodo proposital, que obscurece os verdadeiros “*interesses antidemocráticos e antipopulares*” por trás desta construção.

Porém, devemos lembrar, o *Anticomunismo* não é um fenômeno que está relacionado apenas à ascensão do nazifascismo, tampouco deve ser diretamente relacionado a este, pois o nazifascismo é antiliberal, o *Anticomunismo*, ao que percebemos, não necessariamente o é, servindo inclusive de ferramenta para liberais reacionários, até mesmo contra outros liberais. O *Anticomunismo* é um fenômeno mais antigo, o qual apresentaremos sinteticamente o histórico.

Segundo Carla Silva, “*a origem da expressão ‘comunismo’ é associada à República de Platão, onde ficava restrito às classes superiores da sociedade.*”¹⁸⁴ Sua ampliação só correria a partir da influência do cristianismo primitivo que o popularizou, “*o que se configuraria em alguns movimentos durante a Idade Média.*”¹⁸⁵ As primeiras “*Utopias comunistas*” são decorrentes da transição e consolidação dos modos de vida burgueses, entre os séculos XVI e XVII. Ainda que alguns grandes intelectuais tenham pretendido sintetizar os princípios do comunismo, como Thomas Morus em “*A Utopia*”, de 1516. Porém, a partir da construção de Morus, a ideia de comunismo ainda está relacionada à existência de dinheiro na sociedade, desprovida de caráter científico, a interpretação de que as mazelas sociais derivavam da propriedade privada só vai tomar espaço a partir da Revolução Francesa, isto é, “*através de Babeuf, inspirado em Rousseau e Morelly*”¹⁸⁶.

Os ideais comunistas se transformam e ampliam-se ainda mais na idade moderna, neste período “*os ideais comunistas não eram mais apenas nascidos dos “grandes pensadores”, mas*

184 SILVA, Carla. *op. cit.*, p. 196.

185 Idem. *Ibidem*.

186 Id. *Ibid*.

emergiam junto aos movimentos revolucionários populares”¹⁸⁷. Os ideais comunistas que surgem da Revolução Francesa até 1848, porém, eram movimentos que propunham soluções adequadas apenas a seus períodos e espaços específicos, apontando para soluções pacíficas de transformação da sociedade, descartando por vezes os antagonismos irremediáveis entre os interesses de classes, fenômeno este que se universaliza com o avanço da globalização capitalista.

Somente então poderíamos chegar à definição do comunismo marxista. Ele é tomado como principal referente nos textos anticomunistas, e isso se deve às suas mais amplas implicações políticas. Igualmente relevante é o fato de que Marx e Engels estudaram o mundo moderno em processo de revolução industrial, cujo sistema se manteve e mantém até hoje: o capitalista. O problema central da sua análise está configurado nos interesses de uma classe, a burguesia, conflitantes com os do proletariado.¹⁸⁸

A interpretação marxista da sociedade, portanto, se baseia nos elementos universalizados das relações sociais. O marxismo propôs uma interpretação científica destas relações, canalizando sua crítica não para a existência de dinheiro ou de hierarquia social, mas sim na contradição entre capital e trabalho resultante das relações da propriedade privada dos meios de produção. Essa contradição essencial entre capital e trabalho, entre quem possui os meios de produção e os que só tem sua força de trabalho para comercializar, se globalizou e universalizou ao mesmo passo que se globalizaram as relações de produção e troca baseados no sistema capitalista.

O ideário marxista de comunismo se consolidou com a construção de movimentos, sindicatos e partidos por toda Europa, e muitos outros países por todos os continentes, e se tornou uma potência política reconhecida por seus antagonistas políticos. A partir deste ponto, com a ascensão do ideário comunista, a reação passa a se dar com intensidade parecida.

É a partir de 1848, que se pode observar a aparição de textos *Anticomunistas* com divulgação relativamente ampla, porém é a partir de 1917, com a Revolução Russa, que o ideário se amplia. A Revolução Russa, além de consolidar uma referência prática para a construção de uma

187 Idem. p. 197.

188 Idem. Ibidem.

sociedade alternativa ao capitalismo, também consolida um novo momento da organização dos partidos, sindicatos e movimentos populares. Carla Silva aponta que “*as primeiras décadas do século XX seriam entendidas como um período de amplos reflexos da Revolução Soviética, especialmente a partir da expansão da III Internacional e da “descoberta da América Latina pela Internacional”*”¹⁸⁹, Aprofundando-se ainda mais após a Revolução Cubana. A tática *Anticomunista* assume, segundo Bonet,

“uma função importante na integração sócio política e na legitimação do sistema (...) Revela-se por isso, extraordinariamente eficaz na prevenção ou isolamento dos possíveis movimentos de oposição que se refiram, mesmo que genericamente, ao marxismo e as tradições comunistas.”¹⁹⁰

É certo que o ideário *Anticomunista*, encabeçado pela ideologia fascista, ajudou a isolar os efeitos da Revolução Soviética em sua expansão para a Europa nas primeiras décadas do século XX, outro fato importante é que esta mudança de eixo apontada por Bonet e Silva, modifica ou amplia a função do *Anticomunismo*. A partir da década de 1930 o *Anticomunismo* passa a assumir uma função *preventiva*, sob a alcunha de “Política de Segurança Nacional”.

Para ilustrar alguns dos elementos da prática *Anticomunista*, inauguradas pelo Governo de Getúlio Vargas, durante a transição para o *Estado Novo*, apontamos para análise feita por Carlos Zacarias F. de Sena Júnior. Sena Júnior demonstra que a repressão estatal após o levante tenentista de 1935 não ficou restrito somente aos setores que o protagonizaram, tampouco somente ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), arbitrariamente se estendendo para vários outros grupos, principalmente os ligados a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Segundo Sena Júnior,

Nos termos em que se deu a repressão estatal nos anos que se seguiram o movimento de 1935, poucos foram os envolvidos com a ANL, especialmente os

189 Idem. p. 198.

190 BONET, Luciano. “*Anticomunismo*”. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. p. 34.

comunistas, que tiveram algum sossego. Isto porque não eram raros os casos de arbitrariedades que se praticavam contra toda espécie de suspeitos, principalmente aqueles vinculados aos setores que efetivamente se levantaram em 1935, como o segmento dos militares, representados pela baixa oficialidade e, sobretudo, os praças (sargentos, cabos e soldados) dos quartéis do Rio de Janeiro e Natal. Mas não foram somente os militares os atingidos pela repressão, porquanto a ANL tinha ramificações em vários setores da sociedade, desde o funcionalismo público até o estudantado, e a intelectualidade, passando por diversos setores da classe operária. A repressão atingiu indistintamente, todos os segmentos que tinham indivíduos com alguma ligação com a ANL. Sob a rubrica genérica de “comunistas”, máxima expressão acusatória de uma ideologia que apenas começava a se desenvolver no Brasil, o anticomunismo, milhares de pessoas foram encarceradas e acusadas de atentarem contra a segurança nacional, entre elas os mais visados, os próprios militantes do PCB, a principal corrente que formava a Aliança Nacional Libertadora, e mais: anarquistas, socialistas, sindicalistas, trotskistas, tenentistas, constitucionalistas (identificados com o movimento de 1932), perrepistas, enfim, todos aqueles que em algum momento faziam oposição ao governo, tornaram-se alvos da sanha repressiva do Estado.¹⁹¹

A repressão estatal arbitrária aos grupos de oposição, não apenas militantes do PCB como vimos, durante o período do *Estado Novo* (1937-1945), deu o tom à prática *Anticomunista* que era exercitada no Brasil. A anistia e o fim do *Estado Novo* não garantiram o fim dos ataques e práticas *Anticomunistas*. Na década de 1940, já com o Governo Dutra, as políticas estatais *Anticomunistas* voltaram ao cenário nacional. Segundo Sena Júnior, no contexto da proibição do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), em 1946, imposta pelo Estado para neutralizar o avanço da organização dos trabalhadores estreia a prática *Anticomunista* institucionalizada do Governo Dutra.

Naquele momento de reorganização da classe trabalhadores, após o período de perseguição e repressão pelo *Estado Novo*, estas políticas estatais significaram uma volta à prática de asfixiamento de qualquer possibilidade da ampliação da organização operária através de sua unificação. Os argumentos do governo eram de preservação da Ordem. A proibição do MUT, em 1946, o não reconhecimento e posteriormente a extinção da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), em 1947, ilustram bem as práticas de repressão estatal de cunho *Anticomunista* contra a organização da classe trabalhadora no Brasil deste período.

191 SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 30.

Neste sentido, é necessário lembrar que o contexto dos últimos anos do *Estado Novo* está ligado diretamente à conjuntura internacional da Segunda Guerra Mundial, no qual os liberais, socialistas, antifascistas, comunistas, anarquistas, entre outros espectros ideológicos progressistas, eram aliados no intuito de combater o fascismo a nível global.

Sena Júnior aponta para o fato de que nesta conjuntura, os grupos Democrático-Liberais, que durante o período do *Estado Novo* se encontravam ao lado dos Comunistas, agora se encontravam fazendo coro à campanha *Anticomunista* promovida pelo Governo Dutra. Com isso atentamos para o fato de que a conjuntura internacional do pós-guerra, na década de 1945, redefine as formas de disputa social, redefinindo também o “inimigo” a ser combatido nos anos de Guerra Fria. A radicalização da dicotomia Capitalismo X Socialismo, encabeçada respectivamente por Estados Unidos e URSS é muito importante para entendermos o caráter do *Anticomunismo* a partir deste processo.

Ainda no contexto do Governo Dutra, Sena Júnior demonstra como o pacto entre grupos liberais e o governo do General Dutra se pôs em prática no intuito de neutralizar os esforços de organização dos setores operários. Segundo Sena Júnior, o Decreto-Lei nº 9.070, de Março de 1946 “*restabeleceu a antiga legislação laboral, proibiu o funcionamento do MUT, intervindo nos sindicatos e suspendendo as eleições para representantes das organizações sindicais*”¹⁹². Naquele momento isto significava um sério ataque à organização dos trabalhadores.

2.1 OS ANTECEDENTES DO ANTIPETISMO

Este capítulo pretende discutir os antecedentes do *Antipetismo*, assim como do *Anticomunismo*, anterior a produção de R.A. Apresentaremos alguns Intelectuais orgânicos representativos deste espectro discursivo dessas práticas. Com a intenção de elucidar que o *Antipetismo* necessariamente é um fenômeno *Anticomunista*, mas o *Anticomunismo* não é um fenômeno dirigido apenas ao PT. Ou seja, é necessário que exista o *Anticomunismo* para existir o

¹⁹² Idem, p. 304.

Antipetismo, mas não é preceito haver, especificamente, o *Antipetismo* para que haja o *Anticomunismo*. Nos faz necessário buscarmos, à medida que apresentamos estes fenômenos, suas raízes históricas e alguns de seus porta-vozes.

Tratando-se da questão do *Antipetismo*, é necessário esclarecer, R.A. não é o único representante pertencente a este grupo de intelectuais orgânicos. R.A., em alguma medida, constrói seu discurso de uma forma diferente de outros intelectuais orgânicos, também focados na questão do *Antipetismo*. Tentaremos explicitar estas diferenças ao passo que apresentamos o discurso e as ideias de outros intelectuais orgânicos *Antipetistas*.

As diferenças nos discursos, devemos lembrar, são consequências de diferentes interesses de grupos da Sociedade Civil, e também do fator espaço e tempo. Neste sentido, moldado pela experiência de determinados grupos da *Sociedade Civil* tradicionalmente opositora ao PT e seu projeto, e também pela conjuntura política em que foram produzidos.

Temos no estado do Rio Grande do Sul (RS), por exemplo, uma produção ativa no que diz respeito à produção material crítico ao PT por intelectuais orgânicos ligados aos grupos conservadores tradicionais daquele estado. Apresentaremos dois destes intelectuais orgânicos, cuja produção está localizada durante o período da eleição e governo de Olívio Dutra do PT, ao governo do RS (1999/2003). Neste sentido, analisaremos o livro “*Neocomunismo no Brasil*” de Dagoberto Lima Godoy e duas obras de José Hildebrando Dacanal, “*A Nova Classe no Poder*” e “*O PT, Marx e o Cristianismo*”. Antes de analisarmos as obras, gostaríamos de apresentar os dois autores, motivados a compararmos estes dois autores, tanto suas semelhanças como diferenças.

Dagoberto Lima Godoy é atualmente “*Advogado e consultor empresarial. Mestre pela Universidade de Caxias do Sul (RS)*”, além de “*Membro titular do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (Suíça)*” também “*Vice-presidente da Organização internacional de Empregadores (OIE), em Genebra (Suíça)*” e ainda “*Consultor*

*sênior da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Professor da UCS (licenciado)*¹⁹³. Além disso, Godoy já foi presidente da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) e, segundo Godoy, nunca se filiou a partido nenhum¹⁹⁴. A produção de Godoy é extensa, contando com livros de literatura, economia, política e filosofia.

José Hildebrando Dacanal “*nasceu em Catuípe, Rio Grande do Sul, em 1943. Formado em Letras Clássicas e Vernáculas e Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul*” também “*é jornalista, professor e ensaísta há 40 anos*”, assim como Godoy sua produção é extensa, Dacanal “*Publicou mais de vinte obras sobre linguagem, literatura, história, política e economia*”.¹⁹⁵ Dacanal, é descrito por César Busatto, várias vezes em uma entrevista, como “*Intelectual das forças Orgânicas democráticas*”¹⁹⁶ do RS. Isso é, de seu grupo político, e também da crítica ao PT. O mesmo não desmente este pensamento e em alguns momentos o corrobora. Assim como Godoy, Dacanal manifesta que “*Não é filiado a nenhum partido*”¹⁹⁷.

Godoy se apresenta como um intelectual de “*visão universalista do mundo das coisas e das pessoas*”¹⁹⁸, e que foi “*levado a tomar partido, em questões de interesse público*”¹⁹⁹ ao produzir sua obra de crítica ao programa do PT que, segundo Godoy, é um “*exercício de cidadania*”²⁰⁰. A obra de Godoy é caracterizada por uma pragmática análise das bases produtivas e a posição do RS com relação à economia nacional. Ao passo que constrói sua interpretação do quadro econômico do estado do RS, ele apresenta e critica o programa adotado pelo PT durante o governo de Olívio Dutra no estado.

193 Disponível em <https://jus.com.br/953480-dagoberto-lima-godoy/publicacoes> . Acessado dia 20/05/2016.

194 GODOY, Dagoberto Lima. *Neocomunismo no Brasil – Os artifícios de um governo democrático e popular*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. p. 13.

195 Disponível em http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/rio_grade_sul/jose_hildebrando_dacanal.html . Acessado dia 21/05/2016.

196 DACANAL, J. H. *O PT, Marx e o cristianismo*. Porto Alegre: Soles, 2000. p. 44.

197 DACANAL, J. H. *A nova classe no poder* – Separata da obra “A nova Classe – O governo PT no Rio Grande do Sul” de J. H. Dacanal e J. H. Weber. Edição Novo Século. Porto Alegre, 1999. p. 3.

198 GODOY, Dagoberto Lima. *op. cit.*, p. 13.

199 Idem. *Ibidem*.

200 Id. *Ibid*.

Em sua análise, a avaliação sobre a localização produtiva e econômica do RS, e suas características socioculturais são mal interpretadas pelo PT e, conseqüentemente, seu programa “Democrático e Popular” apresenta, segundo Godoy, vários problemas teóricos e práticos e acredita que *“Com tantas e tão graves falhas de informações e abordagem, a estratégia proposta pelo Governo tem pouca probabilidade de conduzir ao desenvolvimento almejado”*²⁰¹. Godoy, pragmático como já dissemos, tece críticas aos radicais do PT e, naturalizando a econômica do mercado como único caminho a seguir, debatendo vários pontos do programa petista sobre a luz do pensamento liberal, isto é sob o princípio de não intervenção estatal na economia, desde a economia familiar até a Reforma Agrária.

Seu local de fala, ao que podemos notar, procura reunir os interesses dos grupos já críticos ao PT e tradicionalmente ligados à economia de mercado, bem como propõe um debate com grupos de pequenos agricultores, pequenos industriais e grupos ligados à área de serviços que naquele momento apoiaram a candidatura de Olívio Dutra ao governo do RS. Godoy debate com vários autores em sua produção, estes autores cita desde intelectuais liberais, incluindo J. H. Dacanal, até ultradireitistas ligados ao pensamento Fascista, como Olavo de Carvalho, entre outros intelectuais ligados à academia como Norberto Bobbio, além de marxistas renomados internacionalmente como Antônio Gramsci.

A maior parte da obra de Godoy trata-se de uma profunda e pragmática crítica ao programa econômico do PT, não nos interessando saber aqui se está certa ou não, enquanto a última parte de sua obra que também é a menor parte, trata-se de uma tentativa de análise política da atuação e construção ideológica do PT. A caracterização, por parte de Godoy, dos indivíduos ligados às ideologias de “esquerda”²⁰² é pejorativa em muitos pontos, Godoy abre espaço na discussão para explicar sua construção. O termo *Neocomunismo* usado como título do livro é, segundo Godoy, uma

201 Id. p. 31.

202 Colocamos entre aspas pois acreditamos que não estejam necessariamente ligados a uma ideologia de Esquerda

provocação. É um contraponto ao termo “Neoliberal” e também sintetiza a maneira com que Godoy caracteriza programaticamente o PT como “*Neo-Socialista*”.²⁰³

Se, em um primeiro momento, Godoy soube fazer uma análise pragmática, a partir dos interesses que representa, da política econômica relativa ao fator “governo PT”, mostrando-se muito sensível aos conflitos políticos entre os grupos que compõem a sociedade gaúcha, num segundo momento, quando analisa politicamente o PT, peca em homogenizar a(s) atuação(ões) e a ideologia(s) que compõem este partido. Isto é, não nos concentraremos aqui em desconstruir a visão ideológica de Godoy, mas trata-se de, preservada a honestidade intelectual, não tratar de forma homogênea um organismo que não o é na prática. Sobre o PT à luz do conceito de “*Neocomunismo*”, Godoy explica que,

A análise da estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo gaúcho levou-me a caracterizá-lo como “neo-socialista”, aumentando a apreensão quanto ao destino que nos estaria a impor com uma “visão de mundo”. Pois ultimamente tem sido grande a repercussão das análises do filósofo OLAVO DE CARVALHO a respeito da nossa conjuntura política, nas quais identifica ANTONIO GRAMSCI como o guru da esquerda brasileira e, especialmente, do Partido dos Trabalhadores. Sua tese carrega acusações muito pesadas, inclusive a da desonestidade, pois os petistas estariam empenhados numa “operação revolucionária clandestina”, que “é infinitamente mais desonesta do que qualquer desvio de dinheiro público.”²⁰⁴

Em alguma medida, Godoy abandona sua abordagem pragmática e cuidadosa e adota, em sua análise política, elementos baseados na mais duvidosa qualidade de teorias conspirativas, encabeçadas por Olavo de Carvalho²⁰⁵. Recorrendo também a Norberto Bobbio, para de alguma forma legitimar sua interpretação do PT nas palavras de um socialista e um especialista na crítica ao modelo autoritário e antidemocrático do socialismo baseado no socialismo de bases marxistas, Godoy explica que os a “*afinidade do partido (PT) com o Socialismo*”, Segundo Godoy, “*cujos*

203 GODOY, Dagoberto Lima. *op. cit.*, p. 131.

204 Idem. *Ibidem*.

205 Para mais informações sobre Olavo de Carvalho e sua produção recomendamos PATSCHIKI, Lucas, “Os litorais da burguesia – O Mídia sem Máscara em atuação partidária (2002-2011)” disponível em <http://brasil.indymedia.org/media/2013/02/516394.pdf> Acessado dia 22/05/2016.

ideiais de igualitarismo e solidariedade humana, que fascinaram minha juventude, até hoje encantam tantos homens de bem”²⁰⁶.

Godoy diz que partilhou em sua juventude da ideologia de “esquerda”, assim como R.A. o fez e assim como Dacanal, como analisaremos, parece ter tentado fazer. Este elemento comum, da suposta militância de “esquerda” na juventude, além da atual condição apartidária dos indivíduos parece ser uma constante entre intelectuais ligados ao *Antipetismo*, investigaremos com mais paciência futuramente. Godoy, no entanto conclui, utilizando Bobbio, sobre o socialismo, caracterizando-o como algo irrealizável, afirma de maneira categórica, que “*a história demonstrou que o socialismo é impossível, através das sociais democracias, e indesejável, através dos partidos leninistas*”²⁰⁷.

Neste sentido, a crítica de Godoy, em sua última parte do livro mistura críticas de elementos muito discutidos pela esquerda ao PT ao mesmo tempo que busca mote explicativo nas produções de pensadores da extrema direita. Ou seja, muitos dos elementos criticados por Godoy, como a participação popular, as discussões de pluralismo político e estratégia socialista, são elementos de frequente análise e crítica por parte de intelectuais da esquerda. Godoy toca na maior parte destas discussões, mas buscando explicação em autores representativos dos campos da extrema direita. Godoy reforça um receito constante, ao menos até este momento, por boa parte da burguesia nacional, de uma possível radicalização dos indivíduos e da política adotada pelo PT no “pós-eleição”, isto é, uma mudança, conspiratória, de rumos políticos a serem adotados num segundo momento, ou seja, com o PT já no governo.

Este receio é recorrente na produção desta época e aparece das mais variadas formas. É necessário que se diga, o Brasil ainda não tinha vivido a experiência com o PT dirigindo o Governo Federal, e até este momento Lula não tinha publicado sua “Carta ao Povo Brasileiro”. Até então, as experiências com governos encabeçados pelo PT tinham alcance regional, e estes grupos possuíam

206 GODOY, Dagoberto Lima. *op. cit.*, p. 132.

207 Idem, *Ibdem*. GRIFOS DO AUTOR.

mais conhecimento especulativo do que experiência empírica com relação ao PT. No que diz respeito a estes receios e especulações, podemos encontrar elementos que favorecem nossa análise na investigação da obra de J. H. Dacanal.

Dacanal, além das obras analisadas aqui, possui mais produções destinadas à análise e crítica ao PT, podemos citar “*O Pedagogo do PT*” de 1995, o qual não tivemos contato direto até o momento, como exemplo desta produção. Das obras que tivemos acesso, cronologicamente “*A Nova Classe no Poder*”, trecho de uma obra maior de título “*A Nova Classe*”, seguida do livro “*O PT, Marx e o Cristianismo*” que trata-se de uma coleção de entrevistas de Dacanal concedidas a César Busatto acerca da obra “*A Nova Classe no Poder*”. Nos parece, em algum grau, que Dacanal atualiza, em “*O PT, Marx e o Cristianismo*”, a sua leitura e caracterização do PT, revisando alguns posicionamentos de sua produção anterior os quais, ele diz, ficaram obscuros e tenta-os esclarecer.

Dacanal, segundo o que pudemos notar, prioriza a análise política da atuação do PT, apesar de que o debate de questões relacionadas à economia e produção não deixa de estar presente em sua obra. Novamente, como em Godoy, há uma naturalização da economia baseada no mercado. Dacanal apresenta, a grosso modo, vasto conhecimento dos debates filosóficos e ideológicos, os processos históricos de revoluções, bem como intelectuais revolucionários. Ao que Dacanal apresenta em seu segundo livro que, segundo ele, por três vezes quase ingressou na militância do PT, duas vezes foi recusado pelos membros do partido e na terceira vez recusou o convite feito pelo partido. Dacanal faz críticas ao setor radical do PT que ele qualifica as ideias como sendo “jurássicas”.

Dacanal apresenta mais tato em lidar com questão do PT, ele consegue observar as distensões entre os grupos que compõem a organização. Ele distingue os grupos internos e não homogeniza o bloco partidário, por horas fazendo até elogios a certos setores deste partido. Neste sentido, Dacanal responde ao que acredita que será a forma do PT governar o estado no RS após a eleição de Dutra,

Projetando no limite – e já que não arrisco mais minha credibilidade profissional, por que meu texto hoje é moderado em relação aos acontecimentos que se sucederam nas últimas semanas e nos últimos dias – e, portanto, não arriscando minha credibilidade profissional, diria que o atual governo marcha para um **golpe branco interno**, em que os grupos mais pragmáticos e mais civilizados, mais ilustrados da Nova Classe resolverão eliminar ou, pelo menos, congelar os mais radicais – o que seria a alternativa que julguei que aconteceria logo no início, num certo sentido aconteceu na Prefeitura de Porto Alegre em 1988/89/90.²⁰⁸

É interessante notar o termo “*Golpe Branco Interno*”, isto torna a construção de Dacanal ambígua, pois em outro momento Dacanal acaba homogenizando o PT, como fazia Godoy, utilizando Lênin como referência e apregoando a caracterização de bolchevique à forma orgânica com que se constitui o PT. Devemos nos perguntar, em que medida isto é um receio real e em que medida é uma forma de propaganda política?

Sobre essa ambiguidade, podemos notar em outro parágrafo, que parece existir um receio constante no discurso de Dacanal que, desta vez, não homogeniza o PT e faz uma leitura de seus grupos e conflitos internos. Novamente aparecem termos pejorativos associados aos grupos tidos por Dacanal como “radicais” do PT.

O PT do Rio Grande do Sul, em que pese a operação terra arrasada comandada pelo grupo jurássico-estalinista e por seus êmulos da nova classe dos primeiros seis meses de governo, não corre o mínimo risco de cisão. O grupo Jacobino-ilustrado dos lights não apenas não possui nem mesmo a sombra de uma alternativa política fora de seu partido atual como também, em seu hamletiano conflito entre terror e civilidade, seus integrantes não podem dispensar a fúria visceral e o ingênuo cinismo dos parvenus da nova classe. Estes, por sua parte, já aprenderam a lançar aqueles na linha de fogo sempre que, diante de trapalhadas descomunais, a mídia e a opinião pública ameaçam partir para ações desestabilizadoras. Assim, o casamento de interesses parece indissolúvel, ainda que a relação continue tempestuosa no futuro. Como a esquerda menchevique a partir de 1912, os jacobino-ilustrados do grupo light estão irremediavelmente condenados a sobreviver ou naufragar solidários com a indestrutível aliança tática entre os jurássico-estalinistas e a nova classe.²⁰⁹

208 DACANAL, J. H. *op. cit.*, 2000. p. 35. GRIFOS NOSSOS.

209 DACANAL, J. H. *op. cit.*, 1999. p. 121.

Ou isto é uma contradição de sua construção acerca do PT, ou então um conteúdo, em alguma medida, propagandístico que visa uma dupla ação. Portanto, muito parecido com o que vemos em R.A., faz uma crítica à sociedade política, ao mesmo tempo uma forma de pressão sobre determinados grupos do PT, e visa um aspecto de formação política e ideológica entre seus leitores.

Este período é caracterizado, até mesmo pelos autores, como um período de ampliação do alcance deste tipo de produção. Uma das possibilidades se deve ao fato de o PT, enquanto Governo, ser um fenômeno novo e obscurecido naquele momento àqueles que não tem familiaridade com a política. Certo é que isso abre espaço para a formação dos indivíduos e a construção do *Antipetismo*, sempre conformado a partir de características gerais *Anticomunismo*.

No entanto, a produção que podemos observar neste período é muito diferente do que encontramos em R.A., tanto em seu conteúdo quanto em seu formato. R.A. nos parece um tanto mais agressivo em sua produção, sua formação e seus vínculos não estão ligados às categorias produtivas dos autores que apresentamos aqui. Sendo, portanto, um sujeito “liberado” para discutir apenas questões ligadas ao PT e a construção do discurso e conformação de grupos *antipetistas*.

O que, enfim, nos remete à discussão anterior sobre R.A. e *VEJA.COM*, isto é, o lugar que R.A. ocupa em *VEJA.COM*. Algumas especificidades que podemos notar, se dão entre o conteúdo e o formato com que R.A. e *VEJA.COM* se relacionam, em nossa opinião, apesar de certa consonância entre R.A. e *VEJA.COM*, relativa ao conteúdo geral da produção de R.A., acreditamos que a R.A., devido à sua posição “privilegiada”, referente à localização dos interesses políticos em jogo neste período, adquiriu certas especificidades. Apontamos para a forma radical de seu discurso, a maneira com que utiliza de sarcasmo e ironia, uma liberdade de chegar a se relacionar diretamente com discursos que beiram, ou mesmo se encaixam, o conceito de Fascismo.

CAPÍTULO 3

REINALDO AZEVEDO E A COMUNIDADE “ANTIPETISTA” NA INTERNET: Elementos de Auto-ajuda para Personalidades Autoritárias

Neste capítulo pretendemos apresentar alguns elementos da discussão relativa à “Personalidade Autoritária” e “Literatura de Auto-ajuda”, tendo como objeto de análise a comunidade *online* formatada pelas opiniões do *blog* de R.A. inserido no *site* de “VEJA.COM”. Acreditamos que há indícios que nos permitam conceber uma parcela de leitores que formatam a comunidade de R.A. e encaram sua produção como uma espécie de auto-ajuda. E neste sentido compreendemos que a função de R.A., enquanto Intelectual Orgânico se amplia qualitativamente, no sentido de que este cumpre um papel político, organizando o discurso do seu grupo para os outros grupos.

Neste intuito, analisaremos artigos e comunicações em vídeo de R.A. que nos possibilitam responder algumas perguntas acerca de sua atuação neste espaço. Bem como, os comentários dos leitores que foram aprovados pela moderação de R.A. no editorial, nestes mesmos artigos e vídeos. Como pode ser percebido no artigo vinculado dia 06/11 de 2006, cujo título é “Comentários” há uma moderação aplicada aos comentários do *blog* de Reinaldo hospedado em VEJA.COM,

Estou publicando os comentários estocados na maior pauleira. Se escapar petralha — não confundir com opiniões contrárias —, vocês me avisem. (AZEVEDO, Reinaldo)²¹⁰

Ainda em outra citação, que pode ser encontrada em seu livro “O País dos Petralhas, Volume 2”, R.A. comenta sobre a moderação dos comentários. De acordo com R.A.,

E a Al Qaeda eletrônica prossegue com a sua Pirâmide da Impostura contra a Veja, o Diogo, o Reinaldo, a “mídia golpista” [...] Hoje, até o momento em que escrevo este texto, recebi 1.365 comentários. Uns, sei lá, 40% vêm da terra dos mortos. Uns 10%, talvez, não puderam ser publicados porque, mesmo dizendo as coisas certas, os leitores

210 Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/comentarios-2362/> Acessado dia 21/03/2016.

exageram na impaciência²¹¹

Devemos dizer, não nos dedicaremos aqui em verificar a veracidade das afirmações de R.A., mas tentar compreender o significado de seu discurso. Para tanto, optamos por focar em artigos que apresentem elementos de estabelecimento de grupos, pelo do autorreconhecimento e agregamento dos indivíduos, através de pautas políticas.

Acreditamos que o principal elemento de contribuição para essa convergência entre estes indivíduos seja o *Antipetismo*, ou seja, a forma como o *Anticomunismo* se apresentou no Brasil nas últimas décadas.

Assim, procuraremos verificar a possibilidade de análise do discurso, construído por R.A., no campo da “Literatura e Marxismo”, focando-nos nos conceitos de “Auto-ajuda” e “Individualismo”, proposto por Francisco Rüdiger, e “Personalidade Autoritária” proposto por Theodor Adorno.

No entanto, não nos prenderemos no foco de uma discussão teórica sobre este objeto mas sim, a partir de nossas leituras teóricas, verificaremos as possibilidades práticas de utilização deste instrumental qual apreendemos.

Para tanto, procuraremos responder a algumas perguntas que orientaram o eixo geral da nossa análise: *Qual é o projeto de Azevedo? (Há incoerências entre o discurso moral e econômico deste projeto político? Qual o significado disto?) Qual é o interdiscurso promovido por Azevedo? Como ele entende sua tarefa para tanto?*

Reinaldo Azevedo é uma figura complexa e, propositalmente, polêmica, seu papel enquanto intelectual articulado ao editorial de *VEJA.COM* faz parte dos aspectos de complexidade deste sujeito. O significado de seu discurso, principalmente relativo ao Governo Federal e ao PT, dentro deste emaranhado de relações no exercício da *Hegemonia*, se transformou muito nos últimos tempos. Para nós que trabalhamos com a HI, estas transformações impactam diretamente sobre as

211 AZEVEDO, Reinaldo. *op. cit.*, p. 30.

hipóteses de nossos trabalhos.

O trabalho com HI, por um lado nos possibilita um “sem números” de possibilidades, quais podemos catalisar probabilidades e sintetizar hipóteses a serem pesquisadas. Este é um elemento de riqueza desta ferramenta. Por outro lado, a maior dificuldade está no fato de que a HI nos possibilita este “sem números” de possibilidades e todas elas estão em movimento ainda no contexto da pesquisa. Estas possibilidades estão se redesenhando o tempo todo, dando a luz a novos campos de possibilidade ao mesmo tempo em que aborta outros tantos.

Nossa pesquisa, como não poderia deixar de ser, sofre em alguma medida deste mal. No entanto, podemos afirmar, à medida que possibilidades são abortadas no processo histórico, o horizonte de possibilidades diminui, tornando mais claros seus desdobramentos (O que nos levou a este subtítulo).

No intuito de respondermos a primeira pergunta, “*Qual é o projeto de Azevedo?*”, pensamos que a melhor forma de se chegar a um denominador comum sobre este projeto, já que o mesmo está “diluído” por toda a produção do discurso de R.A., é procurá-lo em sua antítese. Catalisamos o discurso de R.A. sobre seu alvo, o PT, e a partir de suas negativas tentamos compreender quais seriam e qual o significado de suas indicativas, sem deixar de relacionar ao significado que atribuímos ao discurso que o próprio R.A. faz de si, para que não incorramos em uma forma de Anti-método.

Como apontamos, anteriormente, acreditamos que o elemento de maior agregamento presente no discurso de R.A. é a forma como o *Anticomunismo* foi “travestido” e utilizado na última década e meia no Brasil: o *Antipetismo*. Portanto, buscamos compreender a construção do *Antipetismo* através das associações pejorativas implementadas no discurso de R.A..

Optamos por fazer uma seleção de alguns artigos do ano de 2008, ano em que R.A. também está lançando a primeira parte de sua obra dupla “*O País dos Petralhas*”, pois percebemos que, relativo a outros anos, quantitativamente a utilização deste termo em artigos de R.A. é mais

intensa dentro de nosso recorte temporal. Coincidentemente, neste mesmo ano encontramos uma série de artigos os quais, acreditamos, sintetizam de maneira clara a construção que R.A. faz sobre o “Sujeito Petralha”. De acordo com R.A., no artigo “*O ‘petralhotário’ e o ‘petralhantra’ – 1*”,

O que é um “petralha”? É o cruzamento de um “petista” com os “Irmãos Metralhas”, aqueles que viviam de olho na caixa-forte do Tio Patinhas. É uma categoria de gente que tem uma teoria para justificar o “roubo social”. Para eles, bater a carteira do próximo, especialmente o erário, é permitido se for para construir o partido. (AZEVEDO, Reinaldo)²¹²

Azevedo, a partir deste neologismo, cria um ponto de referência, ilustrado por um esteriótipo pejorativo da figura do sujeito “Petista”, mesmo que nas palavras de R.A.,

Todo petista é “petralha”? Em tese, não — embora eu não compreenda o que faz um não-petralha ser petista, confesso. Mas vá lá: admito a hipótese em teoria ao menos. Mas todo petralha é petista — seja pela natureza do vocábulo, seja pela moral que ele designa. (AZEVEDO, Reinaldo)²¹³

Isto propõe uma cisão entre os “Sujeitos Petistas”, que por estas máximas divididos, no discurso de R.A. entre dois polos de tensão: o “Petalhotário” e o “Petalhanta”, novamente neologismos que nas palavras de R.A. significam,

Precisamos distinguir os petralhas, não é? Há os petralhas que são pilantras dentro da pilantragem ideológica. Explico-me: dizem que estão pegando a bufunfa para construir o partido, mas estão é cuidando do próprio futuro. Assemelham-se a esses gurus e líderes de seitas que arrancam o coro de fiéis idiotas para comprar limusines, mansões, emissoras de TV, jornais... É, em suma, um “**petralhantra**”. E existe o “**petralhotário**”.

Mas o que é o “petralhotário”? Como o nome evidencia, é a mistura de petista, metralha e otário. À diferença dos chefes, os petralhantras, o cretino não ganha nada. Ao contrário: ele só dá. Dá a sua boa-fé desinformada, a sua esperança obscurantista e, claro, o seu dinheirinho. Direta e indiretamente, ele acaba contribuindo para financiar a máquina partidária que faz a fama e a fortuna dos petralhantras.²¹⁴

A maneira como a realidade é disposta por R.A., ainda que seja questionável, é muito acurada no que condiz a facilidade de compreensão, a partir de elementos do senso comum, ao

212 Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/petralhotario-petralhantra-1/> acessado em 21/03/2016.

213 Idem.

214 Id.

público receptor e consumidor deste discurso.

Desta maneira, R.A. vai constituindo seu grupo político ideológico a partir do reconhecimento do “inimigo comum”, sem deixar de pressionar os sujeitos que compõem o grupo antagônico no “meio de campo” desta relação. Isto é, entende-se deste indicativo de R.A. que para os “petralhotários”, que “ainda é tempo de deixar de acreditar nos ‘petralhantras’.”, estes últimos são, segundo R.A., os verdadeiros problemáticos nesta relação.

Acreditamos que o significado disto seja realmente o de tensionar a disputa de consciência, a partir de uma referência de “mal”, que não necessariamente é real mas, que faz sentido a determinados grupos distintos que, a partir deste reconhecimento, podem fazer unidade de ação sob esta bandeira comum.

O elemento da ambiguidade permeia boa parte do discurso de R.A.. Não acreditamos aqui que ele seja “ignorante” ou “desprovido de conhecimento” quando seus argumentos são permeados por elementos de ambiguidade, pelo contrário, acreditamos na hipótese da *Intencionalidade* sobre os elementos de ambiguidade dispostos no discurso construído por R.A.

Em alguma medida, podemos comparar estes elementos de ambiguidade, presente no discurso de R.A., com os elementos de “misticismo” presentes em livros de auto-ajuda: As duas formas de discurso não se preocupam com a objetividade, veracidade, factual, metodológica, social ou histórica de seu objeto. As torções na “percepção” sobre um determinado objeto tem como objetivo a legitimação de uma determinada ideia (ideologia) que conforma o pensamento de um determinado grupo social que procura um ponto de referência e reconhecimento para a forma com que encara a realidade.

Segundo Mário Maestri, em “*Por Que Paulo Coelho Teve Sucesso*”, podemos notar que em contextos de crise social, em que “ídolos” e “referências” estão sendo derrubados e que, portanto, os antigos motes explicativos são postos abaixo, cria-se um ambiente social mais propenso a visões e explicações místicas ou irracionais da realidade. As antigas “instituições” nas quais se apoiavam

determinada forma de pensamento são destruídas, gerando lacunas sociais e deixando “órfãos” os que antes se apoiavam nesta determinada instituição.

Maestri destaca, por exemplo, o contexto de dissolução da União Soviética com um destes períodos de crise que possibilitaram o crescimento de explicações místicas da realidade e, portanto, a ascensão de Paulo Coelho como o escritor de língua portuguesa mais lido do mundo. No nosso caso, podemos destacar que, para determinadas classes sociais, o governo do PT é representativo, em alguma medida, deste fenômeno de crise social. Isto é, segunda esta maneira de pensar, que permeia boa parte da produção de R.A., escondido em conceitos (ou neologismo?) como “Meritocracia” por exemplo.

Segundo R.A., a imagem que se atribui ao PT, por estes setores da classe média, é a de um governo que invade seu espaço, um governo interventor que avança sobre as pautas morais que são antagônicas aos setores mais conservadores, como questões de gênero, raça e credo. Segundo R.A., ao mesmo tempo, esta intervenção do governo na economia, segunda nossa síntese da versão de R.A., não permite o desenvolvimento do capitalismo como gostariam estes setores. Desta maneira o sistema, supostamente meritocrático, da classe média, não funciona e emerge nesta questão um ponto de inflexão entre estes setores da Sociedade Civil e o governo do PT.

Esta lógica, defendida por R.A., pode ser ilustrada aqui da seguinte maneira: A classe média acredita pagar demasiados impostos ao Governo, a classe média não utiliza os serviços disponibilizados pelo Estado, ela se sente prejudicada por “pagar pelos mais pobres” e não poder ascender além dos limites “impostos” por este Estado controlado por um governo que hora é chamado “Populista”, ou “Esquerdista”, ou então “Assistencialista”, enquanto a classe trabalhadora consegue, segundo a construção de R.A., a sua parte com os projetos do governo e o Grande Capital também quebra recordes de lucros.

Como dissemos, são elementos de ambiguidade, não importa se façam sentido com a realidade objetiva, importa o reconhecimento das pessoas sobre este discurso. Em outras palavras, é

uma ambiguidade instrumentalizada, e vinda “de cima”. Podemos dizer que R.A. é ao mesmo tempo o escritor e personagem de sua produção.

Rüdiger, em sua obra, nos ajuda a aprofundar um pouco mais nossa visão sobre o alcance e os propósitos da auto-ajuda para a reprodução do modelo produtivo capitalista e a adaptação dos sujeitos às novas relações e modos de vida a serem encarados no processo de reestruturação produtiva capitalista. Neste sentido ele concentra esforços para demonstrar como em cada período e espaço são apresentados formas de intelectuais, ou “*Mind-Masters*” com intuito de preparação psíquica dos indivíduos das sociedades modernas em seu processo de acelerada mudança.

Segundo o autor, estes “*Mind-Masters*” e a produção de literatura de “Auto-Ajuda” não se circunscrevem a apenas uma modalidade de mídia, segundo ele estes “*movimentos de auto-ajuda, surgidos em nosso século, representam uma vanguarda desse projeto e constituem fenômeno vinculado a verdadeiras empresas de engenharia de alma*²¹⁵”, num processo em que “*terminam transformando o desenvolvimento da personalidade e a procura por auto-realização em motivo de prática popular, dependente do moderno mercado da cultura*”²¹⁶.

Neste sentido, nos apoiamos na afirmação que Rüdiger faz ao relacionar o fenômeno da “Auto-ajuda” (inerentemente individualistas) com os “*Princípios de Sociabilidade*”²¹⁷, de que,

O descobrimento da comunicação como mecanismo de governo e sua articulação pela prática de auto-ajuda não se baseiam apenas na sublimação ética da vontade de poder endógena à categoria do indivíduo, mas constituiu, ainda, uma resposta ao problema do reconhecimento, da subjetividade cindida, revelada à sociedade com o advento dos tempos modernos e com o progresso do individualismo.²¹⁸

No que condiz a conformação de grupos de reconhecimento, “autônomos” ou representados por um “*Mind-Master*”, ou seja, um intelectual que condensa os elementos de convergência entre os indivíduos que conformam o grupo. O *Mind-Master*, em outras palavras, é

215 RÜDIGER, Francisco, *Literatura de auto-ajuda e individualismo*. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 1996. p. 16.

216 Idem. Ibidem.

217 Idem. p. 182.

218 Id.

um quase equivalente ao “Intellectual Orgânico” de Gramsci para a literatura de “Auto-ajuda”. R.A. é representante do *Antipetismo* e, conseqüentemente, do *Anticomunismo*, mas também um representante de um grupo de intelectuais contemporâneos, ala autoproclamada “Nova Direita”.

Isto nos leva, ainda sem responder completamente a primeira pergunta sobre “qual o seu projeto?”, à nossa segunda pergunta, “Qual é o lugar de fala de Azevedo?”. Como dissemos, ele é ao mesmo tempo um intelectual formulador de opiniões e um personagem de sua produção. Ao mesmo tempo que formula opiniões e encaminha “palavras de ordem” ele também conforma, num processo de exercício constante de referências e repetições, um grupo de reconhecimento político. Também é papel de R.A. construir as referências *Antipetistas* assim como exercitar e estimular seu uso a partir dos espaços que “VEJA.COM” lhe cede.

Azevedo utiliza-se de um referencial político comum que congrega a opinião de vários setores da “direita tradicional”, o *Antipetismo*. Este é ao mesmo tempo objeto de crítica quanto elo de conexão dos setores que compõem esta “Nova Direita”. Não podemos cair, portanto, em um erro grosseiro ao pensar R.A. enquanto um “escritor de auto-ajuda”, porém, como dissemos, este tipo de atitude, de “*Mind Master*”, permeia sua produção em VEJA.COM.

Azevedo utiliza-se desta referência, o esteriótipo do “Sujeito Petralha” para conformar, no sentido moral, o reconhecimento de grupo. Há, nesta produção, uma insistência enorme em caracterizar o “Sujeito Petralha”, das mais diversas maneiras, porém a forma geral desta caracterização é em seu princípio basicamente o mesmo, o de que o “Petralha” é um “Corpo Estranho” que habita o meio social, ele é, na construção de R.A., a antítese da “Normalidade”.

Esta “Normalidade” podemos compreender aqui, no sentido do “Convencionalismo”, indicado pelos estudiosos de Frankfurt sobre a “Personalidade Autoritária”, indicando a “*aderência rígida aos valores da classe média e inflexibilidade nas atitudes*”²¹⁹. Desta forma, todo sujeito que transgride as normas e convenções dos grupos *classe média*, é visto como “Corpo Estranho”.

219 COSTA, Claudio, “Adorno, personalidade autoritária e fascismo” Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=R4OP0nU9Fdg> . Acessado dia 22/03/2016.

Analisemos outro Artigo do dia 13/06 de 2008 intitulado “*O sexo dos petralhas*”, comentando uma “campanha nacional pelo sexo seguro” e respondendo a um comentário de um leitor, (des)qualificado como “Delinquentezinho” e “Petalha” por R.A., o colunista diz,

Azevedo:

Aí me escreve um delinquentezinho naquele post sobre o Romão Chicabon:

Leitor:

Engraçado, o Reizinho acha que o Estado não deve entrar em nossas casas para dizer como devemos usar nossa TV. Mas acredita que ele deve dizer como devemos usar nossos órgãos sexuais, com campanhas promovendo a fidelidade conjugal.

É um libertário, esse tal de Reinaldo!

Publicar Recusar (Anônimo) 17:39

Azevedo:

Comento

O quê? Dizer como você deve usar seus órgãos sexuais? Deus me livre dessa hora! Rapaz, se você deposita as suas sementes no “vaso feminino”, no “vaso masculino”, no vaso sanitário ou na tomada, isso absolutamente não é problema meu. Não é da minha conta. Aliás, não deveria ser da nossa conta, do conjunto da sociedade, as consequências decorrentes desse livre arbítrio. Mas elas são, não é? Muita gente, de fato, exerce a sua liberdade radical na hora de viver o seu desejo — olhem que linguagem mansa a minha —, mas, depois, cobram as providências do SUS, não é mesmo? E o coquetel também. E, se falta coquetel, há mais notícias no jornal do que se faltasse arroz para crianças pobres... Sim, meu caro: sou pela liberdade radical — inclusive a de cada um arcar com as consequências de suas escolhas.²²⁰

Como dissemos, elementos de ambiguidade permeiam toda a produção de R.A., comparações desproporcionais e até mesmo intelectualmente desonestas como “*E, se falta coquetel, há mais notícias no jornal do que se faltasse arroz para crianças pobres*” não são um fato isolado deste artigo.

Também é interessante nesta mesma frase ao passo que R.A. contradiz pontos fundamentais do seu discurso, pois este se coloca contra os programas sociais a todo momento em sua produção mas, aparentemente, se “esquece” disso quando apela para elementos que o mesmo combate em seu discurso. Não é racional, mas o senso comum às vezes não se mostra capaz de expor contradições fundamentais à primeira vista, de alguma maneira R.A. se aproveita disso em vários momentos.

220 Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/sexo-dos-petralhas/>. Acessado dia 22/03/2016.

Aqui nos remetemos aos estudos da “Escola de Frankfurt” sobre a “Personalidade Autoritária”, com base nos estudos de Adorno, entre outros importantes intelectuais que se dispuseram a compreender, num trabalho de psicologia e sociologia, a personalidade autoritária com base no Nazifascismo de Hitler e Mussolini. São pontos importantes de serem discutidos e que se pode encontrar por toda a produção de R.A., como nos comentários dos Leitores. Podemos destacar aqui a “Anti-intelectualidade”, por exemplo, que vai permear toda a produção de R.A.

As respostas para esta falta de senso proposital, como podemos ver no próximo comentário, referente à matéria anterior que destacamos aqui, são ambíguas. Acreditamos que estes comentários, como passam por moderação, servem como uma forma de apêndice do texto de R.A., mas não nos enganemos, estas práticas discursivas configuram uma das formas que a ideologia burguesa toma, “romantizando”, com qualidade duvidosa, a atividade docente. Analisemos o comentário de um “Anônimo”,

Caro anônimo, às 10:51 PM, por isso que costumo chamar a maioria dos professores de fracassados, pois são fracassados mesmos, pois nem estimular os seus alunos para a vida, esta inferioridade consegue!!! Mas também, não é, como exigir dessa gentinha(professores) o que eles não conseguem oferecer???

MAS ENTÃO, QUE VÃO FAZER OUTRA COISA, PORRA!!! Além disso fazem greve por aumento de salário!!! Pode??? (Aqui, no RS, teve uma época que amarguei uma greve de três meses dessa putada, sendo que a maioria dos meus colegas foram reprovados-mas os professores ganharam até pelos dias de greve!!!)

SER PROFESSOR, DE VERDADE, NÃO É PARA QUEM QUER, É PARA QUEM PODE, PÔ!!!

ESTUDEI EM ESCOLA PÚBLICA!!!

É DE CHORAR!!!

COMO EU TINHA O HÁBITO DA LEITURA, ERA O PRIMEIRO DA CLASSE, E UM INCÔMODO PARA ALGUNS PROFESSORES (parece que quando um aluno vai além das matérias e disciplinas ministradas pelos professores, estes, ou ficam desconcertados, ou se sentem inseguros diante de alunos mais interessados e com múltiplos interesses nas áreas tanto da Literatura como das ciências...)!!!

Há, todavia, professores verdadeiramente interessados, mas sem tempo para progredirem mais! Sabe como é: são casado(a)s, tempo dedicado à família, aos filhos, às atividades sociais, ao lazer, às amenidades, etc., etc. Não sobra muito tempo para leituras e aperfeiçoamento pessoal e profissional! Mas quem paga o preço por tudo isso é o jovem aluno!!!

SER PROFESSOR, DE FATO, É COMO SE FOSSE UM SACERDÓCIO: a entrega DEVE ser TOTAL!!! Assim, ganha o aluno, ganha a sociedade, ganha o mundo civilizado... SE FOSSE assim, a Esquerda não teria, jamais, essa hegemonia, só possível

num ambiente e num país onde viceja a inferioridade, ou, quando muito, a mediocridade!!!

Por essas e outras, procurei sempre ser um autodidata...

Os professores, há muito, ficaram para trás...

Dominando os fundamentos da Língua Portuguesa e da matemática, o aluno já sabe caminhar e correr fica por sua própria conta!!! He! He! He!

Jamais matricularia um filho meu num estabelecimento de ensino cujos professores são fracassados na vida!!!

Perdão pela extensão do texto, caro Reinaldo!!!

KIRK²²¹

Resolvemos aqui, manter todos os erros de linguagem escrita, e a forma integral de que todo o comentário foi escrito. Trata-se de uma resposta de um dos leitores ao comentário do rapaz chamado de “Petalha” e “Delinquentezinho” por R.A. anteriormente.

Este comentário parece estar desconexo com o tema do artigo de R.A., que procurava construir uma imagem de “inconsequência” e “irresponsabilidade” por parte dos “Petalhas” e seus modos de vida, neste caso a vida sexual. Novamente a construção da figura do “Corpo Estranho” é utilizada aqui. Desta vez o “Corpo Estranho” é manifestado com a alcunha de “sexualmente degenerado” ou “promiscuo”. Então, qual o sentido deste comentário do leitor, que parte para o ataque a professores, discute hegemonia?! Pelo que entendemos, o leitor está tentando culpar o sistema de educação pelo comentário do rapaz chamado por R.A. de “Petalha” e “Delinquentezinho”.

Nos deparamos aqui com um tema decorrente nas afirmações deste grupo, a crítica ao sistema educacional, principalmente público, no Brasil. Segundo esta concepção, o sistema educacional está sob uma “*Hegemonia da Esquerda*”. Ao mesmo tempo, isso revela nuances do projeto defendido por este grupo, no qual R.A. é um dos principais Intelectuais Orgânicos. Pelos comentários deste leitor, aprovados por R.A., vemos um claro interesse em desmonte e desregulamentação do ensino. Não só das relações de trabalho mas da relação de aprendizado do

221 Idem. Disponível nos comentários dos leitores, postado dia 14 de Junho de 2008 por um anônimo identificado como “Kirk”, aceito pela moderação.

aluno.

O leitor diz que “*Além disso fazem greve por aumento de salário!!!Pode???*”, referindo-se aos professores do ensino público no estado do Rio Grande do Sul, e mais à frente diz que “*SER PROFESSOR, DE VERDADE, NÃO É PARA QUEM QUER,É PARA QUEM PODE,PÔ!!!*” o que acreditamos ser uma fala ambígua se destacada do conjunto do texto, porém logo à frente ele diz que “*SER PROFESSOR, DE FATO,É COMO SE FOSSE UM SACERDÓCIO: a entrega DEVE ser TOTAL!!!*” o que nos parece uma concepção um tanto idealista sobre o que é a vida de um profissional da educação. Pode ser forçoso dizer isso, mas nos remeteu por um momento à concepção de sistema educacional da idade média, controlado pela igreja católica.

Voltando a nossa análise nos perguntamos sobre a íntegra do comentário: O que seria o projeto, deste setor, destinado aos professores? Acreditamos que isto signifique a total desregulamentação das relações de trabalho na educação, uma precarização das condições de ensino tal qual só se daria aula “por amor à profissão”. Também está claro que apontam para uma suposta “educação neutra” e “para a vida no mercado”, e uma crítica incisiva à sindicalização de professores, espaço este em que a “Esquerda” é, segundo esta concepção, “Hegemônica”.

E para os alunos? Segundo o comentário do leitor anônimo: “*Dominando os fundamentos da Língua Portuguesa e da matemática, o aluno já sabe caminhar e correr fica por sua própria conta!!!He! He! He!*”. Aqui nos deparamos novamente com um comentário ambíguo, pois o comentário parece-nos soar absurdo a qualquer um que o leia, até mesmo do leitor que o escreveu, qual dá uma risada no final do comentário. Porém, anteriormente ele se diz “*autodidata*” e que “*Os professores, há muito, ficaram para trás*” o que nos leva a crer que essa realmente seja sua opinião.

Não nos ateremos aqui em responder ou dizer se esta opinião é certa ou errada, mas a pergunta é: Qual seu significado político? Acreditamos que de fundo, isso aponta para a desregulamentação, inclusive, das relações de aprendizado, uma forma de flexibilização dos conteúdos de ensino com uma educação tecnicista voltada às demandas do mercado.

Sobre a suposta “*Hegemonia da Esquerda*” no sistema educacional, Há ainda outros artigos desta mesma época debatendo o tema. No artigo intitulado “*POR QUE A DIREITA NÃO DISPUTA O PODER NA UNIVERSIDADE?*”, *DESAFIA O PETRALHA*”²²² R.A. toca novamente neste assunto, a suposta “*hegemonia de esquerda*” na universidade. R.A. introduz a questão,

Um leitor que se identifica como “Pra ser feliz”, **certamente esquerdista**, manda um comentário, publicado, que mal disfarça a **intenção venenosa**, mas que contribui para gerar uma reflexão interessante. E só por isso não cortei. Vamos lá:²²³

Azevedo novamente trata o leitor como um corpo estranho, e seleciona, novamente, parte do texto do leitor para que possa posteriormente fazer seus comentários, analisemos a afirmação do leitor,

Uma breve pergunta: Se as universidades estão cheias de esquerdopatas, idiotas, ideólogos do comunismo decadente e se, para entrar na universidade como docente, é preciso concursos, então por que os gênios da direita, os defensores da democracia e os verdadeiros intelectuais não passam nestes concursos?
12:18 PM²²⁴

Logo em seguida a resposta de R.A.,

Há aí um importante erro de premissa. Para afirmar que os “gênios da direita” (como ele diz de forma jocosa) não passam nesses concursos, forçoso seria que eles disputassem as vagas. E não disputam. Com as exceções de praxe, os cursos das chamadas “humanas” (de fato, filosofia, letras e ciências humanas) são monopólio da esquerda. Então, não há essa disputa. E, se houvesse, a “direita” perderia — ou seja: seria rejeitada nos concursos de acesso. Por quê? Porque essas áreas do conhecimento quase nunca têm um núcleo objetivo que possa ser cientificamente testado, de modo a se endossar ou refutar uma tese. Ao contrário: lidam, antes de tudo, com valores, que, na origem, já são escolhas também ideológicas.

Por que o establishment da área de humanas das universidades é esquerdista? Há nisso o que já poderíamos chamar de “uma tradição”, que remonta aos anos 60. E que se note: não apenas no Brasil. É assim em praticamente todos os países democráticos. Esses cursos abrigam os descendentes daquele pensamento “de resistência” que anteviu, há quatro décadas, o “fim do capitalismo”. Como o capitalismo, é claro, não acabou, o pensamento “resistente”, de matriz socialista, migrou para a proteção e exaltação do que chamo de “vários parcialismos”: passou a defender a mobilização de parcelas da sociedade que não mais falam em nome da sociedade universal — velha ambição da

²²² Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/por-que-direita-nao-disputa-poder-na-universidade-desafia-petralha/> Acessado dia 22/03/2016.

²²³ Idem.

²²⁴ Id.

esquerda —, mas de verdades particulares: mulheres, negros, homossexuais, africanismos, orientalismos... Sigamos.²²⁵

Novamente aqui reaparece a discussão sobre a *Hegemonia* que supostamente é de “esquerda” nas Universidades. Novamente aparece construção dos sujeitos de “esquerda” como sendo um “Corpo Estranho” ao todo social, que se comporta diferente do todo, que tem um modo de vida, digamos, “duvidoso”, que monopoliza espaços com sua ideologia, quase como numa teoria da conspiração, mas em retrospectiva. Isto é, as relações políticas de R.A. no presente, e portanto sua posição social, proporciona uma reinterpretação específica do passado, num enquadramento induzido, para que se legitime sua teoria sobre o presente.

É necessário dizer novamente, não estamos interessados na veracidade factual destas informações, mas sim em interpretar os seus significados, o que nos leva a perguntar: Qual o sentido de insistir nesta tese, de que há uma “hegemonia de esquerda” na Universidade? Acreditamos que isto seja um elemento de desqualificação dos corpos acadêmicos, os quais resistiram fortemente contra o processo de (contra)Reforma Universitária. R.A. não está travando aqui um debate com o corpo acadêmico em si, mas sim com seu grupo, incluso neste último alguns membros de corpos acadêmicos em Universidades. Não importa se isto é real ou falso, importa se faz sentido à conformação do grupo. Como podemos notar nos comentários que corroboram a visão de R.A.,

Caro Reinaldo,

Não irei me identificar para não ser mais perseguido ainda!

Não sou da área de humanas, mas a minha área, é tão contaminada quanto, pela alienação esquerdopata.

Existem sim, dificuldades quanto ao ingresso, posterior ao término do doutorado, em Universidades privadas e públicas, já que o concurso é feito através de duas provas, uma subjetiva e outra didática (avaliadas por uma banca selecionada pela instituição, geralmente do mesmo departamento da vaga) e análise de títulos (neste ponto a seleção/eliminação já tem acontecido). Com isso, a “seleção/escolha” pode favorecer uns e/ou perseguir outros que não estejam alinhados ao grupo seletor.

225 Id.

Então, isso pode explicar o montante de esquerdopatas per aluno, mas universidades, eu acho exceção para humanas, que são bitoladamente treinados para serem esquerdopatas, já que os cursos são tendenciosos esquerdo-comunista, implantando na cabeça dos alunos um monte de mentiras e teorias esquerdistas, então neste caso só sai esquerdopata, que seguem uma pós-graduação que no futuro fecha o ciclo sempre selecionando esquerdopatas.

Eu mesmo, não irei participar da seleção para professor na unidade que estou fazendo minha pós-graduação, todos da direção/"panela", são da esquerda lulista, sabem que sou de direita e que não vejo nada de bom nisso de redução dos meus direitos e liberdade, em troca de um futuro hipotético! Também, até mesmo as bolsas de pós-graduação, neste momento, só saíram para aqueles alunos de professores da panela, e claro estou fora, se não tivesse emprego para custear meus estudos, e até comprar materiais para meus experimentos não tinha feito nem o mestrado!

Espero que seja o bastante para calar a boca destes esquerdopatas canalhas, que vivem do leite da viúva, tentando desqualificar os poucos jornalistas independente que restam em nosso país!²²⁶

Este comentário do leitor é ilustrativo de toda esta discussão. Não há sequer uma menção sobre o que seria este *"monte de mentiras e teorias esquerdistas"*, mas o interessante aqui é a maneira com que o sujeito se constrói como "Oprimido", invertendo a pirâmide de dominação social. Ele começa dizendo que não irá se identificar "para não ser mais perseguido ainda!", segundo suas palavras. É interessante notar também que, tanto R.A. quanto o leitor, apontam para supostos elementos de irracionalidade nos cursos Universitários, principalmente de "Humanas".

Segundo R.A. *"Por quê? Porque essas áreas do conhecimento quase nunca têm um núcleo objetivo que possa ser cientificamente testado, de modo a se endossar ou refutar uma tese"*²²⁷. Sendo assim, para R.A. o conhecimento da área de Humanas seria "Subjetivista" o que abrisse espaço para "mentiras" e "teorias esquerdistas" que não teriam fundamento, pois ao contrário de outras áreas *"lidam, antes de tudo, com valores, que, na origem, já são escolhas também ideológicas."*²²⁸ Como se fossem neutros os cursos de administração, contabilidade ou economia, por exemplo.

Novamente, elementos de "Anti-Intelectualidade" são encontrados em vasta quantidade. Este elemento é conhecido da historiografia por estar ligado diretamente ao fenômeno do fascismo,

226 Id. Disponível nos comentários dos leitores. Postado dia 25 de Julho de 2008.

227 Id. AZEVEDO, Reinaldo.

228 Id.

isto é, a rejeição dos motes explicatórios da realidade a partir do ponto de vista de outros grupos de pensadores externos ao grupo autoritário. O próprio R.A. endossa esta “Anti-Intelectualidade” ao dizer orgulhosamente, no final do artigo,

Nota: o escrevinhador não tentou fazer carreira acadêmica. Ainda que eu tivesse tal vocação, suponho que teria declinado por razões econômicas. Fui professor de escola privada dos 19 aos 26 anos. Mudei de ramo, entre outros motivos, porque não tenho vocação para reclamar de salário.²²⁹

Para o receptor deste discurso, cria-se a sensação de que uma pessoa com formação universitária é, necessariamente, uma pessoa privilegiada, pois não precisou declinar “por razões econômicas”, e finaliza estereotipando o corpo os professores por terem “vocação para reclamar de salário”. Ele reconhece, mesmo “sem querer”, que são baixos os salários dos profissionais de Educação, o que demarca mais uma vez a ambiguidade no seu discurso.

Ainda aqui, apontamos, notamos alguns elementos que Rüdiger compreende como transitórios da personalidade do “*Self-made man*” para o “*Self-Help man*”²³⁰.

O leitor corrobora novamente a opinião de R.A. neste ponto específico, sobre a suposta “hegemonia de esquerda” nas áreas de Ciências Humanas. Ele afirma que os critérios de “Subjetividade” para o ingresso na universidade são uma espécie de filtro ideológico, implementados pelos “esquerdistas na universidade” e que estes critérios podem “*explicar o montante de esquerdopatas por aluno, mas universidades, eu acho exceção para humanas, que são bitoladamente treinados para serem esquerdopatas*” já que os cursos, segundo ele “*são tendenciosos esquerdo-comunista*”.

Termina seu texto defendendo R.A. e creditando-o como “Jornalista independente”, afirma: “*Espero que seja o bastante para calar a boca destes esquerdopatas canalhas, que vivem do leite da viúva, tentando desqualificar os poucos jornalistas independente que restam em nosso país!*”. Um tanto tendencioso. Mas qual o sentido disto? Nos parece uma inversão de papéis, não só da

229 Id.

230 RÜDIGER, Francisco, *op. cit.*, p. 71.

pirâmide de dominação social, mas dos lugares sociais em si.

Seria R.A., que trabalha para “VEJA.COM” e “Folha de São Paulo”, independente? Acreditamos que a resposta objetiva para isto é uma negativa. Os estudiosos de Frankfurt, em um estudo de psicologia, apontam para um dos aspectos da Personalidade Autoritária referente a “Projeção do que não gosta em si nos outros”, é uma referência da área de psicologia um tanto pantanosa para explorarmos, portanto, não arriscaremos ensaios teóricos neste sentido mas deixaremos em aberto para futuras reflexões.

Por último, selecionamos um artigo um tanto quanto inusitado. As reações à postagem são ainda mais interessantes e inusitadas, lembrando que estes comentários foram moderados por R.A. O título do “artigo”, se é que podemos chamar assim pois só tem uma frase, é “Petalhas”²³¹, R.A. apenas fez que “*Acabou passando um lote grande de petralhas. Vamos caçá-los.*”²³² procuramos entender, mas pela falta de referências, mesmo nos comentários, pela pouca informação presente não sabemos exatamente sobre do que se trata. Porém, o que se nota é que isto abre espaço para legitimar a repressão incondicional.

As reações a esta postagem foram diversas, mas nos chamaram atenção para algumas respostas ambíguas, que misturam posição política e tons inquisitórios como “*Pisa, pisa, pisa. Esmaga*”²³³ ou então “*Calma, pessoal! Não gastem munição boa com caça ruim. Só atirem nos graúdos.*”²³⁴. O tom de violência fica mais explícito em alguns comentários como: “*OBA...TO SENTINDO CHEIRO DE PETRALHA..CHEIRO RUIM DE RATAZANA MOLHADA E ENXOFRE....VAMOS ANIQUILA-LOS...AHHHH PETRALHADA FDPFFFFFF!!! MTS*”²³⁵ postado dia 13 de março por um usuário anônimo.

Há comentários representativos do conceito de “*Toughness*”, proposto pelos intelectuais de Frankfurt, comentários estereotipados como “*Adoro caçar petralhas, é o meu esporte preferido.*” ou

231 Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/petalhas/> Acessado dia 23/03/2016.

232 Idem.

233 Id. Postado dia 14/03 de 2008 pelo usuário “ByeByeBrasil”.

234 Id. Postado dia 13/03 de 2008 pelo usuário “rocket”.

235 Id. Postado dia 13/03 de 2008 pelo usuário “anônimo”.

“Pera aí, Reinaldo caçar petralha é comigo mesmo...” e “Vamos lá pessoal ao nosso esporte predileto. Buuummmmm!!!”. Em uma tradução literal “*Toughness*” seria algo como “dureza”, no sentido de “cara durão”, ou popularmente conhecido com “machão”.

Mas o importante aqui é pensar até onde R.A. permite que seus leitores cheguem como apêndice de seu discurso público. É marcante e explícito que boa parte dos elementos que compõem a Personalidade Autoritária sejam publicizados em seu *blog*.

Além disso, nos onze artigos de R.A. analisados aqui, encontramos apenas dois comentários de leitores que questionam as opiniões de R.A.. Nestes onze artigos estão postados mais de 250 comentários, o que nos dá uma porcentagem de menos de 0,5% (meio por cento). Há outros comentários que fazem contrapontos porém, em sua maioria, se aprofundam e radicalizam as opiniões dos leitores ainda mais a partir das opiniões de R.A., ou seja, são corroborações a partir de outros pontos de vista de R.A., que não questionam a ideia central do artigo.

Então, gostaríamos de destacar aqui os comentários destonantes, o primeiro é de um usuário Anônimo, postado no dia 14/11 de 2008 no artigo “*Pô, Petralhas, não me entendam mal. Foi sem querer.*”²³⁶. O usuário alerta para o teor ofensivo das postagens,

Olha Reinaldo, não sou petralha e nem petista, mas acho que tem vários comentaristas no seu blog com uma virulência desmedida, exatamente ao estilo dos petralhas.²³⁷

O leitor se explica que não é petista, talvez para dar mais chance a que seu comentário passe pela moderação, e ainda comunga com a produção de Reinaldo ao chamar os petistas de Petralhas, porém faz críticas ao teor pesado dos comentários de leitores que a moderação aprova.

Outro comentário de leitor que destona da opinião de R.A., encontrado no artigo “*Por que a direita não disputa poder na universidade? Desafia o Petralha*”, outro usuário anônimo questiona R.A. Este comentário, postado dia 24 de julho de 2008, é bem marcante porque, até então, foi o

²³⁶ Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/po-petralhas-nao-me-entendam-mal-foi-sem-querer/comment-page-2/#comments> Acessado dia 14/11/2008.

²³⁷ Idem. Acessado dia 24/03/2016.

mais destonante que conseguimos encontrar, entre os aprovados pela moderação.

Ele questiona a ideia geral do artigo dizendo “*Uai, por que os gênios droitistas não fundam, então, sua própria universidade?*”²³⁸. O que chama atenção neste comentário é que ele nos faz atentar para possíveis motivos pelo qual passaram pela moderação. Entre as algumas hipóteses, como a possível desatenção ou descuido do moderador, ou um “*insight*” “democrático” do mesmo, há ainda a possibilidade de comentários como este “escaparem” pelo moderador, propositadamente, para alimentar a “virulência” dos leitores que apoiam as opiniões de R.A.

Que força tem um comentário, um tanto quanto simplista como podemos ver, diante da cólera de outras dezenas ou centenas de comentários? Neste sentido, apontamos para o fato de que isto conforma um espaço de sociabilidade entre os leitores. Neste mesmo artigo, achamos interessante para apontar aqui, os comentários dos leitores são ao mesmo tempo corroborações com as bandeiras políticas levantadas na atuação de R.A. em sua produção, como são desabafos, com claras características psicanalíticas de “auto-ajuda”.

Os leitores respondem ao comentário um do outro, corroboram, trocam experiências de, em suas palavras, perseguições em seus espaços de trabalho, em forma de relato e apoiam uns aos outros, parecido com o que vemos em grupos de terapia coletiva.

Mas o clima entre os comentários não se resume só a este aspecto de terapia, ele também é um espaço para piadas, para poesias (acredito que podemos chamar assim), para a exposição de outros artigos e falas de outros intelectuais da direita. Os comentários, sob estes aspectos, portanto, possuem uma certa riqueza, no sentido da exposição viva do pensamento destes grupos.

Há leitores que sempre marcam presença entre os comentários de R.A., alguns pela peculiaridade com que comentam, como por exemplo o leitor identificado como “*faith*” (Fé, em português), que encontramos em mais de um artigo, faz comentários com uma certa estética artística, ou ainda outro usuário identificado como Chico Pereira, que acreditamos ser o mesmo

238 Id. Acessado dia 23/03/2014.

sujeito que escreve o *blog Antipetista* chamado “Blog do Chico Pereira”²³⁹, posta uma poesia intitulada “A Minha Busca”, postada no dia 13 de Março de 2008 nos comentários dos leitores²⁴⁰. Essa participação e articulação a outros intelectuais orgânicos, nos mostra a riqueza de elementos passíveis de análise, presentes em toda o espaço de atuação de R.A.

Neste ponto já podemos tentar responder objetivamente algumas perguntas que nos propomos inicialmente. Porém, é preciso dizer antes de tudo, acreditamos que estas respostas ainda não representam a totalidade de nosso objeto, mas consequências objetivas das ferramentas que utilizamos para tentar compreender alguns aspectos da personalidade de R.A., seu “Ser Social” e seu “Personagem” em “*VEJA.COM*”. Não são a integralidade das respostas que procuramos, ainda são necessários analisar outros aspectos de sua produção, a partir de ferramentas específicas. Mas acreditamos que reunimos informação o suficiente para arriscar as primeiras linhas.

Sobre o projeto defendido por R.A., acreditamos que podemos dividi-lo objetivamente em dois aspectos distintos. Um destes aspectos condiz a um projeto econômico, e o outro condiz a um projeto político-moral de sociedade. Estes projetos não estão separados um do outro dentro do discurso de R.A., mas os estamos separando assim por questões metodológicas de demonstração.

A partir da leitura dos artigos que selecionamos, entre outros os quais já apresentamos em outros capítulos, e a experiência empírica que tivemos no aprofundamento de investigação do material produzido por nosso objeto de pesquisa, podemos cindir o projeto econômico de R.A. de seu projeto político-moral, devido ao fato de que R.A. possui uma personalidade autoritária, com vários elementos que se assemelham às características apontadas por Frankfurt sobre o nazifascismo, ao mesmo tempo em que defende um projeto radicalmente liberal para a econômica, como a desregulamentação das leis trabalhistas, o “individualismo” e a “livre iniciativa” e a menor intervenção do Estado na economia.

239 Disponível em <http://blogdochicopereira.com/web/> Acessado dia 24/03/2016.

240 Resolvemos não publicar a poesia aqui por falta de espaço, mas ela está disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/por-que-direita-nao-disputa-poder-na-universidade-desafia-petralha/comment-page-4/#comments> no espaço dos comentários dos leitores, assim como comentários do usuário leitor identificado por “faith”.

Azevedo possui uma racionalidade econômica ligada ao projeto de Liberalismo Radical²⁴¹. Mas, ao mesmo tempo, no exercício da hegemonia se permite moralmente e dar voz aos leitores mais radicais, com ideologias *Autoritárias* muito próximas ao fascismo. R.A. é mais aberto à irracionalidade neste aspecto moral. Isto pode ser compreendido à luz do fato de que R.A. é a figura de atuação neste cenário, ele é o formador de opinião, em que os pilares são o *Antipetismo* e o *Anticomunismo*. Tendo por base a afirmação de José Paulo Neto sobre o *Anticomunismo*, como um verniz para cobrir interesses impopulares. A partir desta leitura, podemos apontar para o fato de, mesmo se no discurso R.A. se autoproclama um “Liberal Libertário” e “Antiautoritário”, na prática ele brinda com o fascismo, dando-o voz e corpo.

O papel de R.A. é o de um Intelectual Orgânico, que tem a função de formar, organizar e dirigir politicamente, não apenas com base em sua classe social, que se empenha em tornar homogênea, mas de construir a hegemonia sobre as classes subalternas. Neste caso, R.A. se empenha para dar mais coesão e unidade entre os vários grupos que compõem seu público através do *Antipetismo*.

Mas R.A. também, a partir da utilização de nossas ferramentas teórico-metodológicas, podemos dizer, é também um “*Mind-Master*”, pois além da coesão política, R.A. também é uma espécie de “Engenheiro de Almas” (Rüdiger), qual interfere no sentido dos sujeitos, acalmando-os ou radicalizando-os conforme demanda o momento.

Azevedo apresenta-se como um “*Self-made man*”, o “homem que se faz sozinho”. Isto é, como um sujeito independente e que não precisou “mamar nas tetas do governo” para chegar aonde chegou. E, segundo o que percebemos em seu discurso, que pagou as consequências de sua escolha pela dureza de sua vida. Também, não podemos deixar de notar, R.A. utiliza seu passado na esquerda como objeto de legitimação de seu discurso no presente, aos moldes de “*eu sei o que estou falando por que estive lá*”, R.A. instrumentaliza este fato dentro de sua produção.

241 Aqui não nos cabe ainda conceituar se este é “Ultra-Liberal” ou “Neoliberal”, por falta de espaço e por falta de efetividade sobre os aspectos evidenciados neste trabalho.

Ainda que R.A. brinde com muitos elementos do fascismo, ele se apresenta como um antiautoritário que não suporta os desmandos do Estado na vida dos sujeitos, radicalmente liberal e moralmente libertário. Não significa que estamos aceitando seu discurso de si mesmo assim como o faz, porém, isto nos apresenta mais elementos para entender quais as perspectivas políticas de R.A. na sua produção *Anticomunista*, articulada a elementos do fascismo.

CAPÍTULO 4

TRATAMENTO DE FONTES DA INTERNET, LIMPEZA DE METADADOS, QUANTIFICAÇÃO DE TERMOS RELATIVOS AO ANTICOMUNISMO, E ANÁLISE DO DISCURSO

Nesta etapa da pesquisa, procuramos trabalhar com a quantificação de todos os dados que tivemos acesso relativos à produção de nosso objeto de pesquisa, R.A., selecionando os termos que à primeira vista estão relacionados ao interdiscurso *Anticomunista*, relativo a sujeitos, ideologias, organizações ou grupos sociais aferidos por este imaginário na produção de R.A.

Desta maneira, nossa pesquisa começa pela coleta de dados *online*, isto é, o acesso e arquivamento de toda a produção relacionada ao *blog* de R.A. hospedado em *VEJA.COM*, que é o *site* público de livre acesso mesmo para não assinantes, porém que ainda disponibiliza arquivos e funcionalidades restritos aos seus assinantes. Esta coleta, no entanto, não aconteceu de forma simples e direta. isto se deu por 1) coincidentemente, durante o nosso processo final de coleta de dados, R.A. e *VEJA.COM* tiveram conflitos de interesses – que pontuaremos a seguir – o que levou R.A. a pedir demissão de *VEJA.COM*. 2) A formatação de hospedagem do *blog* de R.A. em *VEJA.COM* sofreu alterações com o tempo, essas alterações foram relativas, à permissividade do acesso para usuários comuns, não assinantes de *VEJA.COM* - não possibilitando acesso a comentários dos leitores, a produção de comentários, aos mecanismos de busca por palavras ou datas, assim não possibilitando quase nenhum acesso a artigos antigos com exceção àqueles repostados pelo editorial -, os mecanismos internos de busca do *blog* de R.A. dentro do *site* de *VEJA.COM* simplesmente expiraram, o que nos levou a buscar alternativas mais complexas em relação ao acesso e arquivamento da produção de R.A. 3) com a saída de R.A. de *VEJA.COM* houve um processo de apagamento de vários arquivos relativos à produção de R.A. da página convencional de *VEJA.COM*, o que somado ao ponto 2 nos levou a buscar formas alternativas e

mais complexas para recuperar essa produção, para tanto utilizamos a ferramenta conhecida como “Internet Way Back Machine” (IWBWM), onde a partir dos rastros deixado pelo acesso da produção de R.A. em servidores acessados pelo IWBWM pudemos ter acesso à produção de R.A. que já não podia ser acessado em *VEJA.COM*. Porém, é preciso dizer, não ao conteúdo integral de sua produção, principalmente os artigos mais antigos de R.A.. Mesmo assim, é uma quantidade expressiva de materiais, que podem ser acessados desta forma não convencional, pelos indicativos dos dados coletados este montante chega a mais de sete mil arquivos de texto, que vão dos anos de 2006 a 2017.

A partir do acesso que obtivemos com a utilização do IWBWM, utilizando *prompt* de comandos ‘*Terminal*’ do Sistema Operacional *Linux Ubuntu* – equivalente ao *MsDOS* do *Windows* – utilizamos o ‘*wget*’, que é um gerenciador de pacotes de atualização para a versão de *Linux* utilizada pelo usuário, como uma espécie gerenciador de *downloads*, isto é, a partir do parâmetro ‘*-r*’. Porém, a partir da leitura de alguns artigos relacionados à funcionalidade deste mecanismo, obtivemos a informação de que o *wget*, de maneira padrão, ignora os arquivos que o gerenciador do *site* escolheu ignorar, isto é

por meio de um arquivo especial, o “robots.txt”. Esse arquivo serve para os motores de busca de sites de pesquisa. eles leem o arquivo e ficam sabendo para quais arquivos não devem seguir os links. Isso impede que o *wget* baixe determinados arquivos, arquivos esses que muitas vezes são justamente os que você precisa.²⁴²

Sendo assim, para ignorar o arquivo *robots.txt* adicionamos ao parâmetro *-r*, o parâmetro *-erobots=off* que ignora as opções do gerenciador do *site* e busca por todo o conteúdo relativo ao endereço de nossa busca. Como iniciamos nossa busca via IWBWM, que nos permitiu acesso a artigos mais antigos já não encontrados no atual formato do *site* de *VEJA.COM*, nossa base geral de dados está relacionada a este mecanismo de busca. Desta maneira o endereço de *site* que utilizamos para a busca, seleção, e posterior arquivamento de todos os dados foi o

242 Disponível em <http://www.hardware.com.br/dicas/baixando-sites-wget.html> – Acessado dia 29/06/2017.

<https://web.archive.org/web/20130110225001/http://veja.abril.com.br:80/blog/reinaldo/>. Isto é, o final do nosso comando utilizado para baixar todos os arquivos presentes nos servidores buscados pelo IWBm foi

```
wget -r -erobots=off https://web.archive.org/web/20130110225001/http://veja.abril.com.br:80/blog/reinaldo/
```

A princípio, não utilizamos o parâmetro *-A*, que prioriza a exclusividade de arquivos com de origem “.html”, em nossa busca e arquivamento por compreendermos que talvez houvessem outras formas de produção relacionadas a elementos ligados a *hyperlinks* de vídeos, *gifs*, imagens e textos, na base geral de metadados. Porém, para propósitos de pesquisa, isso se mostrou inútil, já que, quase na integralidade, estes dados eram apenas relativos ao conteúdo da estrutura de manutenção do *site* de *VEJA.COM* e dos *blogs* relacionados a este. Sendo assim, nosso próximo passo foi justamente o de limpar todos os dados que eram apenas ligados a este aspecto técnico de manutenção do *site* para que pudéssemos diminuir nosso banco de dados e, consequentemente, acelerar o ritmo de nosso processamento de dados de pesquisa. Neste sentido, desenvolvemos dois *scripts* diferentes, em dois sistemas operacionais diferentes, com funções que nos permitissem acesso integral ao protocolo “*Content Col*” que lista apenas o conteúdo visível produzido pelo blogueiro R.A. no *site* de *VEJA.COM*, sem que nesta seleção aparecessem contaminados por outros dados relativos, por exemplo, a comentários de leitores, *hyperlinks*, ou aos metadados da arquitetura do *site* e do *blog*.

Como estes *scripts* foram produzidos por nós mesmos durante o processo de pesquisa, eles não possuem nomes para que possamos identificá-los, porém para fins de abstração, utilizaremos os termos “*Linux Script*” e “*Windows Script*”. Portanto, utilizamos o *Linux Script* para baixar e limpar toda a base de dados do conteúdo geral que arquivamos. Suas respectivas funções são: 1) # muda para o diretório com base de dados. 2) # cria uma lista chamada Arquivo contendo lista de arquivos da pasta. 3) # cria saída com nome do arquivo buscando por qualquer coisa que contenha *.html. 4)

se a saída do comando anterior for positiva lança saída para *dev/null* e informa que vai apagar arquivo. 5) # Apaga arquivo (que não for **.html*). 6) # Usuário inserindo termo a ser buscado, a busca é feita de forma recursiva e é apresentado o total de vezes que o termo aparece. 7) # Função para buscar e contar repetição de termo em títulos. 8) # Cria uma lista de artigos por termo, e faz contagem total de repetição dos termos.

Para fins de verificação do *script* desenvolvido para esta limpeza de dados, entre outras funções, o *Script* em linguagem “*Open Source*”, ou “recurso aberto”, que permite que outras pessoas tenham acesso à sua programação, incluindo não só a leitura de suas linhas de programação, como a incrementação de funções, e ou conserto de possíveis *bugs* da versão preliminar, disponibilizamos o código na presente pesquisa,

Linux Script – código de programação.

```
#!/bin/bash

# Autor: G.S. de Lima <gustavo@logicus.com.br>
# Descrição: Organizador de publicações feitas por Reinaldo Azevedo na
# Revista Veja online para pesquisa de mestrado de Julius Daltoé

while true
do
Versao="0.1"
Titulo="Busca Termos $Versao"
AplicacaoLeitura="firefox"

limpa_base() {
# muda para o diretório com base de dados
cd web.archive.org/
# cria uma lista chamada arquivo contendo lista de arquivos da pasta
for Arquivo in $(find -type f)
do
# cria saída com nome do arquivo buscando por qualquer coisa
# que contenham html
echo "$Arquivo" | grep *.html
# se a saída do comando anterior for positiva
if [[ $? == 0 ]] . then
# lança saída para dev/null
echo "" > /dev/null
```

```

else
# Informa que vai apagar arquivo
echo "Apagando $Arquivo"
# Apaga arquivo
rm $Arquivo
Fi
done
cd ..
}

lista_arquivos_banco_de_dados() {
find -type f -name "*.html" | \
grep reinaldo | \
yad --center --maximized \
--title "$Titulo" \
--list \
--column "Arquivo" \
--select-action=$AplicacaoLeitura
}

busca_termos_quantidade() {
# Usuário inserindo termo a ser buscado
TermoBusca=$(yad --title "$Titulo" \
--center \
--text="Entre com o termo a ser buscado:" \
--entry)
# A busca é feita de forma recursiva e é apresentado o total
# de vezes que o termo aparece
Resultado=$(grep -r -i $TermoBusca * | wc -l)
yad --title "$Titulo" --center --text="O termo $TermoBusca foi encontrado $Resultado vezes"
}

# Função para buscar termo em títulos
busca_termos_titulo() {
TermoBusca=$(yad --title "$Titulo" \
--center \
--text="Entre com o termo a ser buscado em títulos:" \
--entry)
Resultado=$(find -type f -name "*.html" | grep reinaldo | grep -i $TermoBusca | wc -l)
yad --title "$Titulo" --center --text="O termo $TermoBusca foi encontrado $Resultado vezes em títulos"
}

lista_artigos_termo() {
TermoBusca=$(yad --title "$Titulo" \
--center \
--text="Insira o termo que deseja listar os arquivos que o possuem:" \
--entry)

```

```

grep --color -i $TermoBusca -R | sed 's/:.*//' | sort | \
uniq | yad --list --column "Arquivo encontrado com o termo" \
--select-action=firefox --maximized
}

creditos() {
yad --title "Créditos" \
--center \
--text="Criado por Gustavo Soares de Lima sob Licença GPLv2"
}

menu_geral() {
Menu=$(yad --title "$Titulo" \
--center \
--entry \
"Limpar base de dados" \
"Lista arquivos do banco de dados (nome da página)" \
"Pesquisar total repetição de termo" \
"Pesquisar total repetição de termo em título" \
"Gerar lista com artigos a partir de termo" \
"Créditos" \
"Sair")
case $Menu in
"Limpar base de dados") limpa_base..
"Lista arquivos do banco de dados (nome da página)") lista_arquivos_banco_de_dados..
"Pesquisar total repetição de termo") busca_termos_quantidade..
"Pesquisar total repetição de termo em título") busca_termos_titulo..
"Gerar lista com artigos a partir de termo") lista_artigos_termo..
"Créditos") creditos..
"Sair") exit 0..
esac
}

menu_geral
done

```

O *Linux Script*, portanto faz um trabalho inicial de limpeza para a quantificação dos dados, porém, encontramos alguns problemas nas suas funcionalidades, que em suma não nos permitiram driblar de forma segura o protocolo “*content col*”, porém, por outro lado, ainda nos permite o acesso rápido, através da listagem dos arquivos em que os termos se faz presente, aos artigos de R.A.. Para fins de alternativas de busca, todo o conteúdo presente no formato “**.html*”, em sua maioria o arquivo *Index.html* presente em pastas datadas e organizadas segundo o

programador/gerenciador do *site*, também foi copiado e transformado em “.pdf”, para que desta forma obtivéssemos acesso à busca massiva do aplicativo Adobe Reader (utilizado para leitura de arquivos .pdf), que nos permite acessar os artigos em que o termo foi relacionado de forma mais precisa e com ambiente gráfico que simplifica um pouco este processo, porém isso só se tornou possível através da filtragem e limpeza de praticamente todos os metadados de arquitetura do *site*.

Por outro lado, antes que fizéssemos a transformação dos arquivos de .html para .pdf nós utilizamos outro *script*, o qual chamamos aqui de *Windows script* para fins de abstração pois, como já dissemos, estes *scripts* foram construídos por nós durante o processo de confecção da pesquisa. O *Windows Script* fez, inicialmente, o trabalho de quantificação total dos dados textuais, a partir da limpeza dos metadados de arquitetura do *site* e do ambiente gráfico do *blog*. A forma final com que estes dados são apresentados, porém, limita a apreensão de várias qualificações de termos e palavras compostos sobre o “comunismo” e o “comunista”²⁴³, presentes no interdiscurso *Anticomunista* de R.A.. Isto se deve, em primeiro lugar, à nossa limitação com linguagem de programação, e também a recursos de análises de dados que demandam, na realidade, grandes servidores e aparato técnico que infelizmente não pudemos dispor e, portanto, procuramos buscar formas alternativas de empreender esta tarefa. Neste sentido, o resultado do *Windows Script*, até o momento, foi a produção de uma lista contendo todas as palavras utilizadas na produção de R.A. de todo o conteúdo que tivemos acesso a partir do arquivamento com o *wget*. Num total de mais de trinta mil palavras diferentes, que produziram uma lista com cerca de dois milhões de caracteres.

Esta lista, como apontamos, possui uma relação de “palavra por palavra”, deixando de lado os termos compostos o que, por outro lado, procuraremos apreender a partir da análise qualitativa da produção de R.A. qual apresentaremos no próximo tópico. Neste tópico, portanto, apresentaremos duas relações de quantificação de dados, uma relativa à repetição de termos relacionados ao Interdiscurso *Anticomunista* nos títulos de artigos, e outra relativa à repetição de

²⁴³ Decidimos por usar aspas, pois quando o anticomunismo trata sobre o “comunismo” ou os “comunistas” ele não faz uma referência direta a organizações nominalmente comunistas, mas sim a um amplo espectro político que ele atribui a alcunha de “esquerda” ou “comunista”.

termos relacionados ao Interdiscurso *Anticomunista* no conteúdo dos artigos, isto é, no artigo escrito.

**Termos relacionados ao conteúdo discursivo *Anticomunista* na produção de R.A.
presentes em títulos de artigos**

Sobre sujeitos políticos do PT.

Dilma/DILMA/Dilma!"	214
Lula/LULA/Lula:/LULA:/Lula./LULÃO?	234
LULINHA	2
Dirceu/DIRCEU/Dirceu:/DIRCEU?	13
Mercadante?MERCADANTE	5
Palocci	59
Haddad	2
apedeuta/Apedeuta/APEDEUTA/apedeuta:	68
Babalorixá da Banânia	2

Sobre “comunistas” e “comunismo”.

bobalhão	2
BOÇAIS	3
BOCÓS	1
COMUNO-FASCISTÓIDES	5
ESQUERDA/Esquerda*/	2
esquerdistas	2
FASCISTAS	5
FASCISTÓIDE/FASCISTÓIDES/fascistóides	7
GRAMSCI	1

ideológico/ideológico:	53
IDIOTA!/IDIOTAS/idiotas	4
GOLPE/golpe/golpismo/golpistas	28
guerrilha/GUERRILHA	5
petista/PETISTA/Petista/petistas/PETISTAS	117
PETRALHAS	1
pterodáctilos	5
PTrobras	3
terrorismo/TERRORISMO/Terrorismo/terrorista	14
/TERRORISTA!/TERRORISTAS	
Tontons-maCUTs	52
TONTOS	1
vagabundo	1
vigarista:/VIGARISTAS	53

Sobre “regimes de esquerda”.

Coréia	97
Jong-Il	2
Jong-un	2
Pyangyong/Pyongyang	7
Chavez/CHÁVEZ	145
Venezuela/VENEZUELA	166
Cuba/Cuba”	62

Sobre organizações políticas.

MST	9
PT/PT:/PT.	10278
USP/USP!/USP!!!	74

Sobre políticos de direita.

AÉCIO/Aécio/Aécio:	98
FHC	8
Tucana/Tucanos	28
PSDB	12
Serra/SERRA/Serra!	82

Sobre opositores ao “comunismo” (Pessoas que R.A. visa mobilizar).

Manifestantes/manifesto	14
mobilização	4
Protesto/protestos/Protestos	28

A partir da quantificação dos termos relacionados ao Interdiscurso *Anticomunista* nos títulos dos artigos de R.A. que foram arquivados, podemos arrolar uma série de questões para serem feitas ao material que compilamos. Neste sentido, começamos por categorizar os termos por objetos que são aferidos pelo *Anticomunismo*, como o próprio “comunismo” e os “comunistas”, porém, no nosso caso quase que estão, em sua maioria, ligados ao PT e aos sujeitos e organizações sociais ligadas, segundo o imaginário *Anticomunista*, ao ideário da “esquerda”, explicando os critérios que nos levaram a tanto. A partir disso, explicaremos o que nos fez recolher uma série de termos que, à primeira vista, parecem não ter relação alguma com a totalidade dos outros termos ou, como no caso do termo “Babalorixá da Banânia”, sequer existem na língua portuguesa.

Para finalizar, procuraremos apontar para a quantificação dos dados, e questionar as possibilidades que levaram R.A. a fazer tantas, ou tão poucas, repetições de termos sobre um determinado objeto. A partir desta análise, pretendemos contextualizar esse padrão de repetições dentro do quadro Interdiscursivo *Anticomunista*, qualificando seus sentidos e procurando revelar o

intradiscurso que produz, de forma “invisível” ao consumidor final, o discurso *Anticomunista* defendido por R.A.

A partir deste apontamento metodológico, categorizamos as tabelas pelas seguintes categorias: Sobre sujeitos políticos do PT, sobre “comunistas” e “comunismo”, sobre “regimes de esquerda”, sobre organizações políticas, sobre políticos de direita e sobre opositores ao “comunismo”. Os critérios utilizados para esta seleção são 1) termo relacionado historicamente ao Interdiscurso *Anticomunista* (mesmo que não estivesse ligado na integralidade de suas repetições ao objeto de crítica deste Interdiscurso) sobre os “comunistas” e o “comunismo”. 2) indivíduos (sobretudo do PT), organizações, instituições, partidos e ou figuras ligadas com a história do movimento de “esquerda” ou “comunista”. 3) Termos de tratamento pessoal que fizessem alguma referência aos sentidos empregados pelo Interdiscurso *Anticomunista* (mesmo que as repetições não estejam ligadas na sua integralidade ao Interdiscurso *Anticomunista*) 4) Organizações, instituições, partidos e indivíduos ligados à oposição da “direita tradicional” em relação aos governos do PT. 5) indivíduos que compõem alguma relação com a “direita autoritária” – porém que aparecem na construção do discurso de R.A. muitas vezes ligados ao espectro político de esquerda, como Hitler ou Mussolini. 6) Pronomes de tratamento, relativos aos sujeitos que participam de lutas *Anticomunistas* ou notadamente de direita.

Os critérios utilizados para a seleção dos termos em títulos foram os mesmos utilizados para a seleção dos termos encontrados nos artigos publicados por R.A. Porém, em relação aos termos encontrados nos artigos publicados, houve ainda a inserção de um critério condizente a termos que podem ter relações com o Interdiscurso *Anticomunista* de R.A., porém que são, de maneira geral, minoritariamente relacionados a objetos relativos à “esquerda” ou ao “Comunismo”. Ainda que, como apresentaremos adiante, de maneira geral, o conteúdo total da produção de R.A. está ligado diretamente à crítica ao PT e aos petistas, através de um Interdiscurso notadamente *Anticomunista*, que faz com que sua produção que, direta ou indiretamente tratando de objetos

relativos ao espectro da “esquerda” ou “Comunista”, afira esta categoria pois está preconcebida através do Intradiscurso *Anticomunista*.

Em outras palavras, apontamos para o fato de que, em sua especificação de “crítico ao PT e ao governo Dilma”, este objetivo perpassa transversalmente toda a sua produção, e mesmo que se discutam pontos relativos a questões internacionais, como terrorismo, Al-Qaeda ou fanatismo (religioso ou político), R.A. está permanentemente aferindo seu objeto de crítica: o PT e os petistas, e o espectro político da “esquerda”. Portanto, resolvemos preservar estes termos, que não estão exclusivamente ligados, à primeira vista, às categorias *Anticomunistas* mas que, por este ser o elemento axial das críticas de R.A., são transversalmente cortados por este tema.

Neste sentido, preservamos, por exemplo, o termo “apedeuta”, muito utilizado por R.A. para tratar de Lula. O termo “apedeuta” é recorrente em quase uma centena e meia de artigos, uma curiosidade sobre este termo que podemos indicar qualitativamente a influência de R.A. sobre os leitores é que no *site* do Dicionário Informal²⁴⁴ utilizando o termo “Apedeuta” para pesquisa – cujo significado é de uma pessoa sem conhecimento, um ignorante – a indicação de uso da palavra em uma frase, feita por Bruna Roxanne (MA) (15-11-2007), é: “Lula é um apedeuta”²⁴⁵. A assimilação entre Lula e o termo “Apedeuta” ultrapassou os limites virtuais do *blog* de R.A., utilizado e repetido por uma série de lugares por toda a internet. Isto pode nos dar um indicativo da influência de R.A. na construção do discurso *Anticomunista*, assim como da influência que tomou o *Anticomunismo*, na forma do *Antipetismo*, durante os Governos Federais do PT.

Outros termos que categorizamos nesta pesquisa, são termos ‘inventados’, ou seja, não estão presentes no dicionário formal, mas que fazem alusão a aspectos pejorativos e são relacionados na produção de R.A. com aspectos que, ao menos em seu discurso, caracterizariam aquilo que R.A. acredita representar o espectro político da “esquerda”, incluindo indivíduos, grupos, partidos, organizações e instituições. Podemos destacar como exemplo disso os termos

244 Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/> Acessado dia 29/06/2017.

245 Disponível em <http://www.dicionarioinformal.com.br/apedeuta/> Acessado dia 29/06/2017.

“Babalorixá da Banânia” que faz, novamente, alusão a Lula. Babalorixá “*é nos candomblés, xangôs e em alguns centros de umbanda, chefe espiritual e administrador da casa, responsável pelo culto aos orixás. candomblezeiro*”²⁴⁶, e Banânia é o termo pejorativo utilizado por R.A. para descrever o Brasil fazendo alusão como o termo “República das Bananas”²⁴⁷, muito utilizado para inferiorizar os países latino-americanos. Neste caso é utilizado para significar atraso, submissão, inferioridade, desorganização, rusticidade, opressão. Somado ao termo Babalorixá, entidade da religião Candomblé, R.A. busca relacionar o sentido a algo como “chefe da zorra”, ou coisa parecida. Apesar de ser interessante questionarmos a utilização de categorias relacionadas à religião afro-brasileira, qual R.A muitas vezes faz críticas, não será nosso foco principal problematizar esta apropriação.

Para demonstrar esta construção, apresentamos a análise de um dos títulos relacionados ao termo “Babalorixá da Banânia”. O título do seguinte artigo é: “*Samba-enredo: O dia em que o Babalorixá da Banânia adentrou os portais dos Bandeirantes da elite branca e perversa, olerê, prugurundum*”²⁴⁸, datado de “*quinta-feira, 29 de junho de 2006*”. A utilização de referências da cultura africana no título do texto é contraposta ao termo “elite branca”, utilizada por R.A. com um certo sarcasmo. Este título, em especial, revelou um conteúdo de subestimação das categorias relativas à cultura africana, uma forma de racismo velado, baseado nos aspectos indicados anteriormente da paráfrase do sujeito ocidental. Os termos relativos à cultura africana são utilizados para endossar as características do sentido de “baderna” e “inferioridade” no discurso produzido sobre Lula, ou seja, revelando que para o interdiscurso que produz estes sentidos, a cultura africana é relacionada a estas características. De maneira contraditória, o termo Banânia diz respeito ao próprio Brasil.

246 Segundo o Google.com.

247 Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Rep%C3%ABlica_das_Bananas Acessado dia 30/06/2017.

248 Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/samba-enredo-o-dia-em-que-o-babalorixa-da-banania-adentrou-os-portais-dos-bandeirantes-da-elite-branca-e-perversa-oler-prugurundum/> Acessado dia 08/07/2017.

Assim, devemos observar que no discurso produzido por R.A., estas categorias relacionadas a minorias sociais são contrapostas à ‘paráfrase’, o “sujeito ocidental”. Isto é, a mesma paráfrase que serve de parâmetro para a construção do discurso *Anticomunista*. Nesta acepção, há o enquadramento de toda a sociedade a partir de um único parâmetro, a do “sujeito ocidental” segundo o imaginário cristão. Portanto, tudo o que não se enquadra nos parâmetros impostos pela cultura ‘judaico-cristã ocidental’ e eurocêntrica, segundo este discurso, não serve como referência social. Logo, há a marginalização de todas as culturas que não se enquadram nesta construção, prioritariamente as culturas de minorias políticas. A utilização pejorativa destas categorias está, portanto, diretamente ligada à construção do discurso *Anticomunista* de R.A. como um todo pois, em primeira instância, neste discurso, é contraposto, justamente, às “normas ocidentais” de sociedade e, logo, ao parâmetro de “sujeito ocidental”.

Podemos citar outros exemplos desta metódica. Por exemplo, nas críticas de R.A. à corrente da Igreja Católica conhecida como “teologia da libertação”, que ele chama de “escatologia da libertação” pois, segundo R.A., inverteria os valores éticos e morais no interior do cristianismo católico. Outro exemplo que podemos indicar é quando faz a comparação dos “*Black Blocs*” a “*Terroristas*” e “criminosos”, tendo em vista que todo o discurso antiterrorista, como apreendido por Chomsky, pode ser interpretada pela dicotomia “eu e o outro”, o “eu” sendo a paráfrase do sujeito ocidental e o “outro” sua contraparte, porém o discurso antiterrorista neste caso é totalmente parafrástico e abertamente *Anticomunista*. No caso dos *Black Blocs*, selecionamos alguns títulos para exemplificar nosso apontamento.

O primeiro título selecionado discute sobre a “Lei Antiterrorismo”, a PLS 499 de 2013, que havia sido proposta no senado para “combater o vandalismo” durante a acensão dos protestos sociais contra os Governos estaduais e Federal e contra as ações do governo, como a dissolução compulsória de ocupações, o higienismo e a repressão das manifestações, escândalos de corrupção nos governos citados, além suspeitas de superfaturamento dos gastos para a execução da Copa do

Mundo de 2014 no Brasil e também das Olimpíadas de 2016. O título é “*Se Dilma aplaude o terrorismo “red bloc” do MST, por que acha que pode combater o dos black blocs?*”²⁴⁹ (publicado em 13 de fevereiro de 2014 e republicado em 23 de fevereiro de 2017).

Este artigo, à primeira vista, pode parecer uma forma de defesa contra a repressão pela qual passavam os “*Black Blocs*” durante as manifestações de 2013 e 2014 já que, supostamente, está questionando os critérios de caracterização sobre o fenômeno do “terrorismo”. Isto tendo em vista apenas o anunciado pois, na verdade, trata-se de uma tentativa de questionar os motivos pelos quais essa caracterização não está sendo ampliada para outros setores sociais que, segundo R.A., estavam praticando “terrorismo”. neste caso específico o MST. Em outras palavras, segundo o discurso promovido por R.A., não apenas os *Black Blocs* deveriam ser reprimidos como “terroristas”, mas também as pessoas que participam do MST.

Ainda em outro artigo, R.A. qualifica os *Black Blocs* como “Criminosos”, o título em questão é “*Não existem “adeptos da tática black bloc”. Existe uma organização criminosa e criminosos*”. Desta maneira R.A. desqualifica a forma “*Black Bloc*” de organização e ação, apregoando sentidos pejorativos a suas concepções e criminalizando suas ações, apregoando a este grupo o espectro de terrorismo. Em outro artigo, seu alvo se torna a suposta²⁵⁰ “líder” do movimento “*Black Bloc*” Elisa Quadros Pinto Sanzi, a “Sininho”, com 28 anos à época, o título do artigo sobre Sininho é “*A fadinha dos black blocs – “Sininho”, 28, não trabalha, tem dois endereços no Rio — um em Copacabana —, dois RGs, já chamou policial de “macaco” e foi presa duas vezes, acusada de formação de quadrilha.*”. No caso de Sininho, os a (des)qualificação feita por R.A. apresenta forte apelo, novamente, à paráfrase construída sobre o “sujeito ocidental”. As informações que R.A. resolve selecionar para intitular seu artigo apresentam estes elementos, como

249 Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/se-dilma-aplaude-o-terrorismo-red-bloc-do-mst-por-que-acha-que-pode-combater-o-dos-black-blocs/> Acessado dia 08/07/2017.

250 Usamos o advetivo “suposta”, pois para além de o movimento “*Black Bloc*” reivindicar o horizontalismo hierárquico, a afirmação propagada por vários meios de comunicação sobre sua liderança não obteve comprovação. O julgamento de Elisa Quadros, a Sininho, aconteceu junto com o julgamento de mais 23 ativistas em 2014. Ela teve sua prisão preventiva decretada, mas até o momento não há um parecer final sobre o processo.

o trabalho, neste caso a falta dele e a partir disso se apresenta um sujeito que mesmo não tendo trabalho se apresenta com “dois endereços no Rio”, e ainda mais, “um em Copacabana” - Bairro caro do Rio de Janeiro – sugerindo ao leitor algumas interpretações pré-determinadas sobre o objeto do discurso. R.A. segue dizendo que Sininho tem dois RGs, o que soa muito suspeito da maneira com que R.A. constrói o enunciado, também há a afirmação de que Sininho que chamou policial de “macaco”.

Devemos reforçar aqui o fato de que não estamos discutindo os *Black Blocs*, tão pouco afirmando se sua atuação política é certa ou errada, o que buscamos é analisar elementos qualitativos para apreensão do Interdiscurso *Anticomunista* produzido por R.A. Da mesma maneira, quando discutimos o discurso de R.A. sobre o PT, não intencionamos de maneira alguma uma contraposição entre PT e R.A. procurando explicar os “acertos e erros de cada um”, pelo contrário, acreditamos que se posicionar a partir desta dicotomia enfraqueceria os resultados apreendidos durante o processo de pesquisa.

Dando prosseguimento aos títulos, apresentamos também o título do artigo “*Cadeia para a canalha black bloc e suas fadinhas e duendes de fachada!*”, ainda tratando de Sininho e os outros ativistas indiciados por manifestações durante 2013. O adjetivo “fadinhas” está diretamente ligado ao apelido de Elisa Quadros, Sininho, que é um personagem das “Aventuras de Peter Pan”. Sininho é uma fada que cuida do grupo intitulado “Meninos Perdidos”, do qual Pan é o líder nas histórias escritas por James Matthew Barrie. O termo “duendes” foi adicionado, neste contexto, para endossar o caráter “fabuloso” e “ficcional” que R.A. apregoa à política dos grupos *Black Bloc*, aqui chamados também de “canalhas”. Para concluir, o termo “de fachada”, indica que R.A. apregoa um caráter “ficcional”, ou “falso” à atuação dos *Black Blocs*, subestimando seus membros, as “fadas” e “duendes”. O interessante sobre este artigo é a conclusão de R.A., ao questionar comparações sobre perseguição política durante a Ditadura Militar e durante o governo Dilma, que acaba contradizendo outras várias avaliações de R.A. sobre o mesmo objeto. R.A. diz,

Nessa hora, um apressadinho já se ajeita na cadeira: “Ah, então os perseguidos políticos nas ditaduras não deveriam nem mesmo ter um advogado, porque estariam fazendo justamente o que você diz: apelando a uma instância cuja legitimidade questionam...”. Pois é: chegamos ao busílis da coisa, ao cerne da questão: vivemos num regime democrático, não numa tirania.²⁵¹

Esta oscilação da caracterização do regime sob o Governo do PT feita por R.A. é recorrente em alguns artigos da produção de R.A., e são utilizados, como no caso que apresentamos aqui, por outros grupos políticos opositores ao PT. Em boa parte das vezes está relacionada às políticas de governo acerca da “liberdade de imprensa”, porém em outras é possível que se encontre deslocamentos de objetivos e comparações com outros regimes, nas palavras de R.A., “esquerdistas”. Para tanto, apresentamos o artigo intitulado “*Coisa de Ditadura*”²⁵², presente no site do PSDB, que fala sobre uma suposta guinada antidemocrática das políticas do PT, e R.A. faz comparações diretas com os regimes. Segundo R.A.,

O entendimento mais profundo do petismo sobre o que é uma democracia mostra a face, esta que vinha sendo mitigada pelos óbvios desastres de Lula. É triste dizer, mas é fato: fosse este governo um sucesso de público e de crítica, trilharia um caminho autoritário qualquer. De fato, nas franjas, o partido ensaia a sua vocação – desastrada, diga-se – para ser o Moderno Príncipe, como aqui muitas vezes se alertou. Felizmente, é incompetente demais para isso. Expulsão de estrangeiro do país porque o punido desagrada ao governo remete imediatamente ao padre italiano Vito Miracapillo, deportado do país em outubro de 1980, durante a moribunda ditadura do general Figueiredo.²⁵³

Mesmo que não esteja enfatizando categoricamente que o regime político sob o Governo do PT seja uma Ditadura, R.A. busca margens para que se subentenda desta maneira, conforme demanda a “situação”, os interesses em jogo no contexto da escrita. Por outro lado, não estamos buscando ressaltar as incoerências retóricas no discurso produzido por R.A. apenas para demonstrar que ele é incoerente. Acreditamos que estas “incoerências” são “propositais”, nossa intenção é

251 AZEVEDO, Reinaldo. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/cadeia-para-a-canalha-black-bloc-e-suas-fadinhas-e-duendes-de-fachada/> Acessado dia 11/07/2017.

252 AZEVEDO, Reinaldo. Disponível em <http://psdb.org.br/acompanhe/noticias/coisa-de-ditadura-reinaldo-azevedo/> Acessado dia 11/07/2017.

253 Idem.

demonstrar qual a motivação destas incoerências, isto é, qual as possibilidades qualitativas estão ligadas à produção deste discurso que, aparentemente incoerente, como um todo produz resultados que estão intimamente ligados ao intradiscurso *Anticomunista* cultivado no último século.

Quanto aos argumentos utilizados na produção de seu discurso *Anticomunista*, R.A. alterna argumentos, estes argumentos sempre carregam aspectos pejorativos, que visam inferiorizar os objetos aferidos por R.A., ora subestimando-os com adjetivos que vão desde a “loucura”, “idealismo”, ou então superestimando-os e apregoando-lhes a característica de “ameaça”, esta alternância de argumentos, na verdade, chaga ao ponto de contradizerem-se uns aos outros. Pois, vez os grupos atingidos pelo discurso *Anticomunista* de R.A. são tidos como “aventureiros”, em outro momento como perigosos, vez são vistos como “grupos inexpressivos”, e em outro momento como uma perigosa ameaça, ou então são vistos como “garotos de classe média”, e em outro momento como “criminosos” e “terroristas”.

Para exemplificar isso, comparando com os títulos relativos aos *Black Blocs* apresentados anteriormente, apresentamos o artigo intitulado “*Black bloc: da saia cute-cute ao fuzil e aos tanques na Ucrânia*”. Este artigo trata do ativista Rafael Lusvarghi que foi detido pela polícia por supostamente ser um integrante *Black Bloc* em junho de 2014. Alguns meses após ser inocentado, Lusvarghi viajou para a Ucrânia e passou a integrar as forças separatistas na “Guerra Civil no Leste da Ucrânia” e, a partir deste momento, passa a ser caracterizado por R.A., de forma generalizante como se isso ocorresse com todos os ativistas da “esquerda”, como um sujeito perigoso e violento. Desta forma podemos, de maneira ilustrativa, comparar esta oscilação da argumentação de R.A.. Podemos dizer também, que este tipo de alternância não é exclusiva do R.A., estando presente na produção do discurso de vários intelectuais *Anticomunistas*.

Neste caso, específico do título deste artigo temos uma ponte direta entre um lado e o outro da oscilação dos sentidos no discurso produzido por R.A., relacionando diretamente os dois lados da aplicação de sentidos sobre o “outro” produzidos no *Anticomunismo*. Neste contexto, o título

citado sugere, de maneira generalizante, um sentido de inevitabilidade na formação do comportamento dos indivíduos que são, segundo de R.A., “esquerdistas”. Para R.A., este seria “natural”, inato aos indivíduos ligados aos *Black Blocs*, ou ao espectro político da esquerda de forma geral, uma passagem direta que vai desde a caracterização de “idealista”, ou “louco”, “desvairado” ou “sonhador” até o indivíduo o sentido de “ameaça”, “terrorismo”. Desta forma, R.A. não está escrevendo para os ucranianos, tão pouco para Rafael Lusvarghi, os *Black Blocs* ou a “esquerda”. em retrospectiva, R.A. direciona seu artigo a mobilizar o seu público, portanto, como uma forma de caracterizar, de maneira mais categórica, a ameaça representada, segundo ele, pelos *Black Blocs* no aqui e no agora.

O sentido de “terrorismo” na produção de R.A., na verdade, se demonstrou muito mais amplo do que se pôde verificar em um primeiro momento. Tão ou mais amplo do que o sentido já ampliado sobre o “terrorismo” no artigo “*Se Dilma aplaude o terrorismo “red bloc” do MST, por que acha que pode combater o dos black blocs?*” é o sentido de “terrorismo” apregoado aos opositores de suas ideias no meio virtual, que R.A. caracteriza como a “Al Qaeda eletrônica” no artigo “*A Mídia do Contragolpe*”²⁵⁴. No artigo em questão, R.A. intenciona, segundo ele, “defender a liberdade de expressão da mídia”. O termo “contragolpe” refere-se, portanto, a um suposto golpe que sofrera a liberdade de imprensa sob o Governo do PT, sendo que a “mídia a contragolpe” seriam, segundo R.A., justamente os setores que estavam combatendo este suposto processo de “censura”. Segundo o primeiro paragrafo do artigo,

E a Al Qaeda eletrônica prossegue com a sua Pirâmide da Impostura contra a VEJA, o Diogo, o Reinaldo, a “mídia golpista”... Hoje, até o momento em que escrevo este texto, recebi 1.365 comentários. Uns, sei lá, 40% vêm da terra dos mortos. Uns 10%, talvez, não puderam ser publicados porque, mesmo dizendo as coisas certas, os leitores exageram na impaciência. Compreendo, mas volto a recomendar moderação. “Mídia golpista”? Não: somos é a frente avançada — e avançada mesmo, porque estamos na liderança (e notem que não escrevi “vanguarda”, já explico por quê) — da “mídia do contragolpe”. É isto: de hoje em diante, leitores, nós somos a liderança do contragolpe.²⁵⁵

254 Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-midia-do-contragolpe/> Acessado em 10/07/2017.

255 Idem.

O artigo segue com uma espécie de poema, na retórica de R.A., pró-liberdade de imprensa, e um pequeno texto exaltando a luta, segundo R.A., “contragolpista” da Imprensa, supostamente liderado por Veja. Há algumas figuras de linguagem no texto que apresentaram alguma necessidade de pesquisa como, por exemplo, do que R.A. entende como “terra dos mortos” ou então “exagerar na impaciência”? Para compreender estes sentidos, partimos para a análise de outros artigos que nos permitissem compreender as figuras de linguagem utilizadas por R.A.. No artigo “*Vereda para a Terra dos Mortos ou democracia? A escolha!*”²⁵⁶, R.A. qualifica o termo “Terra dos mortos” a partir da contagem de homicídios no Brasil, finaliza o texto com uma espécie de parada dramática com licenças poéticas dizendo “*Por esse caminho, chegamos aonde estamos. Por esse caminho, chegamos aos 50 mil homicídios. Foi essa a escolha que nos abriu a vereda para a Terra dos Mortos.*”²⁵⁷.

Esta definição, no entanto, não nos ajuda a compreender totalmente o sentido que R.A. quer apregoar ao termo “terra dos mortos” no artigo citado anteriormente. Porém, em outro artigo, intitulado “*O Estupro como Estandarte*”²⁵⁸ pudemos compreender o sentido que se dá ao termo “terra dos mortos”. Mas, este artigo foi publicado em FOLHA.COM e pode ser acessado apenas por vínculo de assinatura do usuário com o site da “Folha”²⁵⁹, porém como forma de compreender nosso objeto, acreditamos que essas ampliações de foco são válidas. Este mesmo artigo nos aponta alguns elementos qualitativos sobre a produção e reprodução do discurso de R.A, isto é, a extensão que sua produção discursiva alcança, e como isso demonstra seu papel na centralidade da produção do discurso *Anticomunista* no contexto dos Governos do PT,

256 AZEVEDO, Reinaldo. Disponível em <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/vereda-para-a-terra-dos-mortos-ou-democracia-a-escolha/> Acessado em 10/07/2017.

257 Idem.

258 AZEVEDO, Reinaldo. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/06/1777766-o-estupro-como-estandarte.shtml> Acessado em 11/07/2017.

259 Outra maneira de ter acesso ao artigo “*O Estupro como Estandarte*” é em <http://www.gazetadopovo.com.br/rodrigo-constantino/artigos/esquerda-vive-de-seus-mascotes-e-nao-liga-para-pessoas-reais/>, onde Rodrigo Constantino reproduz praticamente na íntegra o texto de Reinaldo Azevedo, o que pode destacar, em certa medida, a dimensão de sua importância como produtor de consenso em torno do *Antipetismo*.

Não tardou para que os manifestantes lançassem palavras de ordem “contra o golpe”, contra Eduardo Cunha e, ora vejam, em defesa do aborto, cuja descriminação passou a ser considerada uma causa contígua à do fim da... cultura do estupro! E eu pude, então, como no poema, ver em alguns cartazes abrir-se “a vereda para a terra dos mortos”. Ali também se reivindicava a volta do governo que produziu, junto com o maior assalto aos cofres públicos de que se tem notícia, a maior recessão da história.

A partir disso, compreendemos que “terra dos mortos” se refere a um “futuro imaginário” que, no interdiscurso de R.A., se torna hipotético caso as pessoas que são a favor do aborto, e também opositores às políticas de segurança aplicadas pelo Estado e o desrespeito aos Direitos Humanos, saiam-se politicamente vitoriosas na conjectura imaginada por R.A.. Portanto, “terra dos mortos”, da maneira generalizante com que R.A. aplica os sentidos do seu discurso, refere-se aos grupos políticos que lutam por direitos das mulheres, direitos dos presidiários, e direitos humanos em geral. Sobre a questão dos Direitos Humanos produzido no discurso de R.A., trataremos adiante.

Agora trataremos da figura de linguagem “exagerar na impaciência” segundo o que pudemos apreender, pois só foi encontrado no artigo citado anteriormente, “*Mídia a Contragolpe*”. Isso se refere a pessoas cuja opinião R.A. considera válida – diferentemente dos que opinam a favor do aborto ou dos Direitos Humanos, as pessoas da “terra dos mortos” - porém que exageraram na forma de linguagem utilizada nos comentários. Estes comentários, como passam por esta forma de moderação, ou seja, uma moderação em que R.A. considera a permissão do que deve ou não deve fazer parte do seu *blog*, podem ser considerados como uma forma de Apêndice do conteúdo produzido por R.A..

Com isso, a figura de linguagem “Al Qaeda eletrônica”, faz referência às pessoas que R.A. considera estarem na “terra dos mortos”, mas também a qualquer pessoa que se oponha ao projeto defendido por ele referente ao tema do “Contragolpe”, ou também as que defendam o projeto questionado por R.A. em sua argumentação. “Al Qaeda eletrônica”, portanto seriam as pessoas que se opõem ativamente às opiniões de R.A., fazendo comentários em seu *blog*. Ainda, associados os sentidos de “terra dos mortos” e “Al Qaeda eletrônica”, podemos compreender que R.A. trata na

verdade de associar as lutas das minorias à categoria de “assassinos”, “homicidas”, mas ainda além, assassinos e homicidas, antidemocráticos, fanáticos e terroristas. isto é, os próprios arquitetos da “terra dos mortos”.

O caso do debate sobre Direitos Humanos no discurso de R.A. é um pouco mais complexo do que aparentemente se demonstra. Por um lado, como demonstramos, ele se opõe a grupos de minorias utilizando-se do discurso dos DH. Porém, não há uma posição categórica sobre os direitos humanos na produção de R.A., mas podemos afirmar que sua visão sobre o tema pode mudar dependendo do contexto em questão, ou do Governo em exercício. Na verdade, comparando os títulos a seguir, vemos que o que muda não é necessariamente sua posição sobre os Direitos Humanos, mas o processo com que aborda o tema e o relaciona ao seu real objeto de crítica, o “comunismo” e os “comunistas”, personificados no discurso de R.A. principalmente pelo PT e os petistas.

No primeiro caso, um título de artigo escrito durante 2010 no governo do PT encabeçado na presidência por Lula, e no segundo caso, o primeiro artigo que trata do mesmo tema já após o impeachment de Dilma Rousseff, já na gestão Temer em 2016. O primeiro artigo, de 2010, é intitulado *“O SUPOSTO DECRETO DOS DIREITOS HUMANOS PREGA UM GOLPE NA JUSTIÇA E EXTINGUE A PROPRIEDADE PRIVADA NO CAMPO E NAS CIDADES. ESTÁ NO TEXTO. BASTA LER!!!”*²⁶⁰. Segundo R.A., o Decreto nº 7.037 *“É UM CONVITE À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA ESPÉCIE DE “ESTADO NOVO LULISTA” – OU DE DITADURA DOS COMPANHEIROS. E NÃO É ASSIM PORQUE EU QUERO. É ASSIM PORQUE ASSIM ESTÁ NO TEXTO.”*²⁶¹. Neste ponto está clara a posição de R.A. contra os DH. Este artigo, em especial abre uma séria discussão sobre como R.A. encara este assunto, uma vez que contradiz o artigo “Mídia a Contragolpe”, em que R.A. usa os DH para atacar minorias. Na conclusão de Azevedo, no artigo de 2010, R.A. diz,

²⁶⁰ Caixa alta pelo Autor. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-suposto-decreto-dos-direitos-humanos-prega-um-golpe-na-justica-e-extingue-a-propriedade-privada-no-campo-e-nas-cidades-esta-no-texto-basta-ler/> Acessado em 12/07/2017.

²⁶¹ No corpo do Texto, também em caixa alta – Negritos nossos.

Um dos “eixos orientadores” do decreto é o “fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática”. Essa conversa de “instrumento transversal” não passa de linguagem pseudo-acadêmica destinada a seduzir incautos. A “transversalidade” é a desculpa costumeira da empulhação de intelectuais mequetrefes para juntar alhos com bugalhos. **O decreto que cria a tal Comissão da Verdade (?) mistura no mesmo texto medidas de proteção aos índios, aos gays, às mulheres, aos quilombolas e aos “profissionais do sexo”. pretende orientar a saúde, a educação, a cultura, a produção e a pesca artesanal (!) (...).**²⁶²

Neste trecho do artigo, há vários elementos possíveis de analisar através das ferramentas que nos permitem compreender a produção do discurso *Anticomunista*. Há também elementos que servem como uma espécie de ponte entre o discurso “puramente” *Anticomunista* e o discurso *Anticomunista* com base em elementos de discursividade fascista neste artigo. Sobre esta ponte entre *Anticomunismo* e elementos discursivos oriundos do ideário fascista, podemos notar a aversão de R.A. aos DH, além de várias críticas desmedidas²⁶³ aos intelectuais envolvidos no processo de discussões da “comissão da verdade”, qual chama de pseudo-acadêmicos e empulhadores mequetrefes. Ainda mais, na construção feita por R.A., aparentemente, ele constata uma contradição entre a integração de políticas para minorias associados à orientação de saúde, educação, cultura e produção artesanal. A integrabilidade da sociedade, na opinião de R.A., portanto, não passa por estes setores. Ainda, no que tange sobre elementos do interdiscurso fascista presentes em R.A. trataremos mais adiante para não perdermos o foco atual nos DH. O fato é que o Decreto nº 7.037 foi aprovado, porém as expectativas de R.A. não se confirmaram.

Apresentamos até aqui, como ele trata da questão dos DH sob o Governo do PT, e também como ele trata dos integrantes do partido e do PT a partir disso. Agora apresentaremos o título do

262 Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-suposto-decreto-dos-direitos-humanos-prega-um-golpe-na-justica-e-extingue-a-propriedade-privada-no-campo-e-nas-cidades-esta-no-texto-basta-ler/> Acessado em 12/07/2017 – Negritos Nossos.

263 Desmedidas pois R.A. generaliza os integrantes da “Comissão da Verdade” como “esquerdistas” promotores do “Estado Novo Lulista”, quando na verdade esta comissão é composta por integrantes dos mais diversos espectros políticos e intelectuais presentes na sociedade brasileira e não apenas “gente da esquerda”.

Artigo de 2016, já após o Impeachment, sob o Governo Michel Temer. O artigo intitula-se *“Comissão Interamericana de Direitos Humanos se mete de novo em assuntos internos do Brasil e fala mais bobagem”*²⁶⁴. Este título expõe algumas contradições que já mencionamos sobre R.A., como o caráter ‘utilitário’ com que R.A. manipula alguns elementos presentes na sua produção discursiva. Isto é, dependendo do momento e da utilidade social de seu discurso, R.A. abordará e concluirá de maneiras distintas sobre um mesmo objeto e, ou, abordará indivíduos de maneiras dispares apesar de tratar do mesmo tema de discussão.

Isso pode ser percebido também com o enunciado abaixo do presente título do artigo diz: *“Recomendo que o governo Temer imite o de Dilma em apenas uma coisa: que retalie o tal órgão, como fez a governanta afastada em 2011”*²⁶⁵. Neste caso, diferentemente do artigo mencionado de 2010 sobre o Decreto nº 7.037., R.A. faz uma “recomendação” a Michel Temer, sem criticá-lo ou qualificá-lo pejorativamente como fizera no artigo anteriormente.

Para que isso se torna mais claro e para que possamos qualificar a dimensão desta disparidade, e também trabalhar a noção de que toda a produção de R.A. é uma produção *Antipetista* e, como já avaliamos *Anticomunista*, apresentaremos em seguida os dois artigos na íntegra, analisando seu discurso e apresentando seus sentidos discursivos.

O primeiro artigo *“O SUPOSTO DECRETO DOS DIREITOS HUMANOS PREGA UM GOLPE NA JUSTIÇA E EXTINGUE A PROPRIEDADE PRIVADA NO CAMPO E NAS CIDADES. ESTÁ NO TEXTO. BASTA LER!!!”*, referindo-se ao Decreto nº 7.037 na íntegra,

Luiz Inácio Lula da Silva – sim, **“O Cara”** – resolveu fazer a sua própria Constituição. Ele assinou um **decreto que tem o fedor de um golpe de estado branco**. E não falta ao texto nem mesmo o **AI-5 do lulo-petismo**. Está anunciando uma espécie de programa de governo de Dilma Rousseff. Explico com um pouquinho de história.

O **Regime Militar** instituído em 1964 foi **mais explícito e mais modesto**. Por intermédio do Ato Institucional nº 4, concedeu ao Congresso – já expurgado dos “indesejáveis” – poderes constituintes e “cobrou” uma nova Constituição, que entrou

²⁶⁴ Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/comissao-interamericana-de-direitos-humanos-se-mete-de-novo-em-assuntos-internos-do-brasil-e-fala-mais-bobagem/> Acessado dia 12/07/2017.

²⁶⁵ Idem.

em vigor em março de 1967. **Seu objetivo era institucionalizar os marcos da “revolução”**. Em 13 de dezembro do ano seguinte, viria o famigerado AI-5. Juntado à Carta, ele suspendia, a depender da vontade do governo, algumas garantias que ela própria, embora autoritária, assegurava. **Lula preferiu fazer a sua “miniconstituinte” por meio de um decreto**. Refiro-me àquela **estrovenga** chamada Programa Nacional dos Direitos Humanos (**o nome é pura “novilíngua” orwelliana**), consubstanciado no decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. É aquela **peça tramada por Dilma Rousseff, Franklin Martins, Paulo Vannuchi e Tarso Genro, sob as bênçãos de Lula, que tenta revogar a Lei da Anistia** e que gerou uma crise militar.

Ocorre, meus caros, que esse dado do decreto, acreditem!, está longe de ser a sua pior parte. A íntegra do documento está aqui. Vazado numa **linguagem militante**, que manda o saber jurídico às favas **em benefício do mais escancarado, chulo e asqueroso proselitismo**, o texto busca cantar as glórias do **“novo regime” – o lulopetismo** -, tenta institucionalizar a **patrulha ideológica** no país como matéria de formação da cidadania, extingue o direito de propriedade e, **POR QUE NÃO?, NO MELHOR MODELO CHAVISTA, CRIA UM OUTRO PODER ACIMA DA JUSTIÇA**. Os direitos humanos, assim, são apenas a aparência civilizada de um claro, óbvio e insofismável esbulho constitucional.

É PRECISO QUE SE DIGA COM CLAREZA: O DECRETO 7.037 É UM CONVITE À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UMA ESPÉCIE DE “ESTADO NOVO LULISTA” – OU DE DITADURA DOS COMPANHEIROS. E NÃO É ASSIM PORQUE EU QUERO. É ASSIM PORQUE ASSIM ESTÁ NO TEXTO.

O decreto tem todas as características da ação solerte, traiçoeira. Foi redigido para enganar, para burlar as regras do estado democrático. Está cheio de cartas na manga, de malandragens, de vigarices intelectuais. Em modestos 6.465 caracteres, quase nada, ele “Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 – e dá outras providências”. Ocorre que tudo deve ser feito de acordo com o que está no “anexo”. E é lá que mora o perigo. Em extensíssimos 185.142 caracteres, a mistificação dá as mãos à ilegalidade para deixar registrado em papel o **“golpe lulista”**. Muito já se falou sobre a revisão da Lei da Anistia. Não que o documento toque no assunto. Trapaceiro, especifica na “Diretriz 25”:

“Modernização da legislação relacionada com promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia.
Objetivo Estratégico I:
Suprimir do ordenamento jurídico brasileiro eventuais normas remanescentes de períodos de exceção que afrontem os compromissos internacionais e os preceitos constitucionais sobre Direitos Humanos.
Ações Programáticas:
a) Criar grupo de trabalho para acompanhar, discutir e articular, com o Congresso Nacional, iniciativas de legislação propondo:
– revogação de leis remanescentes do período 1964-1985 que sejam contrárias à garantia dos Direitos Humanos ou tenham dado sustentação a graves violações.
– revisão de propostas legislativas envolvendo retrocessos na garantia dos Direitos Humanos em geral e no direito à memória e à verdade.
Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Ministério da Justiça. Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República”

Antes, na Diretriz 23, fica claro que os **terroristas de esquerda** estão fora do alcance do decreto, a saber:

“Reconhecimento da memória e da verdade como Direito Humano da cidadania e dever do Estado.

prerrogativa de determinar a reintegração de posse. É EVIDENTE QUE SE TRATA DE UM ATENTADO À JUSTIÇA E DE UMA VIOLAÇÃO À CONSTITUIÇÃO.

Num trecho chamado “Eixo Orientador II”, lê-se:

“No caso do Brasil, por muitos anos o crescimento econômico não levou à distribuição justa de renda e riqueza, mantendo-se elevados índices de desigualdade. As ações de Estado voltadas para a conquista da igualdade socioeconômica requerem ainda políticas permanentes, de longa duração, para que se verifique a plena proteção e promoção dos Direitos Humanos. É necessário que o modelo de desenvolvimento econômico tenha a preocupação de aperfeiçoar os mecanismos de distribuição de renda e de oportunidades para todos os brasileiros, bem como incorpore os valores de preservação ambiental. Os debates sobre as mudanças climáticas e o aquecimento global, gerados pela preocupação com a maneira com que os países vêm explorando os recursos naturais e direcionando o progresso civilizatório, está na agenda do dia. Esta discussão coloca em questão os investimentos em infraestrutura e modelos de desenvolvimento econômico na área rural, baseados, em grande parte, no agronegócio, sem a preocupação com a potencial violação dos direitos de pequenos e médios agricultores e das populações tradicionais. O desenvolvimento pode ser garantido se as pessoas forem protagonistas do processo, pressupondo a garantia de acesso de todos os indivíduos aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais, e incorporando a preocupação com a preservação e a sustentabilidade como eixos estruturantes de proposta renovada de progresso. Esses direitos têm como foco a distribuição da riqueza, dos bens e serviços”

Nunca antes na história destapa um “decreto” veio vazado nessa linguagem, com a clara **satanização de um setor da economia– o agronegócio** (justamente aquele que responde pela saúde econômica do Brasil) – e com essa sociologia de botequim, que repete a tática lulista dos marcos inaugurais. Qualquer pessoa medianamente informada sabe tratar-se de uma mentira cretina. Ao juntar no desfile de sandices a extinção da propriedade com os supostos problemas do aquecimento global, temos o verdadeiro **samba-do-esquerdista-doido**.

Pervertendo as crianças:
Nada escapa ao decreto. As crianças também correm riscos. Leiam outros trechos:

– Estabelecer critérios e indicadores de avaliação de publicações na temática de Direitos Humanos para o monitoramento da escolha de livros didáticos no sistema de ensino.

– Fomentar a realização de estudos, pesquisas e a implementação de projetos de extensão sobre o período do regime 1964-1985, bem como apoiar a produção de material didático, a organização de acervos históricos e a criação de centros de referências.

– Incentivar a inserção da temática dos Direitos Humanos nos programas das escolas de formação inicial e continuada dos membros das Forças Armadas.

– Inclusão da temática de Educação e Cultura em Direitos Humanos nas escolas de educação básica e em outras instituições formadoras.”

Parece-me que a proposta de **patrulha ideológica, inclusive nas escolas militares**, está feita. Reparem que o decreto estabelece até parte do conteúdo dos livros didáticos. Ainda não é o extremo da selvageria antidemocrática. No trecho seguinte, vemos os “soviets” tomando o lugar dos tribunais

“Estimular e ampliar experiências voltadas para a solução de conflitos por meio da mediação comunitária e dos Centros de Referência em Direitos Humanos, especialmente em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e com dificuldades de acesso a serviços públicos.”

Concluindo:

Um dos “eixos orientadores” do decreto é o “fortalecimento dos Direitos Humanos como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática”. Essa conversa de “instrumento transversal” não passa de linguagem pseudo-acadêmica destinada a seduzir incautos. A “transversalidade” é a desculpa costumeira da empulhação de intelectuais mequetrefes para juntar alhos com bugalhos. O decreto que cria a tal Comissão da Verdade (?) mistura no mesmo texto medidas de proteção aos índios, aos gays, às mulheres, aos quilombolas e aos “profissionais do sexo”. pretende orientar a saúde, a educação, a cultura, a produção e a pesca artesanal (!). ataca o agronegócio, critica governos anteriores e canta as próprias glórias. tenta interferir nos livros didáticos, busca desmoralizar a Justiça e acena até com um novo padrão produtivo...

Muito dirão que quase tudo o que há naquela estroenga depende de projeto de lei e que será o Congresso a dar a palavra final. E daí? O texto não se torna constitucional por isso. Ademais, dados os métodos de cooptação dessa gente, isso não significa uma garantia, mas um risco adicional.

E cumpre reiterar: o tal “decreto dos direitos humanos” (podem gargalhar), peça do mais rombudo revanchismo, passou pela Casa Civil. Dilma já está dizendo a que veio e o que pode vir.

Depois do “filho do Brasil”, eles querem nos oferecer a madrastra.²⁶⁶

Para fazer uma comparação numérica, antes de entrarmos na análise do discurso, neste artigo foram encontrados pelo menos 27 termos de qualificação *Anticomunista* referentes ao Governo PT, seus membros e sobre o Decreto criticado por R.A., 14 menções de nomes de integrantes do PT, sendo sete vezes sobre Lula e três de Dilma. O projeto de Decreto é qualificado de 18 maneiras diferentes durante o artigo, todas elas pejorativas. De maneira direta, R.A. culpa Lula e Dilma pelo projeto, porém, como ele mesmo ressalta, este projeto é discutido por uma base civil que, R.A. chama isso de “soviets”, como já dissemos, é composta por uma variedade de grupos e espectros políticos, e ainda que este projeto teria de tramitar por várias instâncias das esferas políticos representativos, o que lhe caberia emendas e alterações.²⁶⁷

Para efeito de comparação numérica, reproduzimos artigo dirigido ao Governo Michel Temer intitulado “*Comissão Interamericana de Direitos Humanos se mete de novo em assuntos internos do Brasil e fala mais bobagem*” na íntegra,

²⁶⁶ Grifos e Negritos nossos.

²⁶⁷ A íntegra do “*DECRETO Nº 7.037, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009*” está disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm Acessado em 12/07/2017.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos se mete de novo em assuntos internos do Brasil e fala mais bobagem

O diabo é diabo porque é velho, né?, não porque seja necessariamente sábio. A memória, em jornalismo, ajuda. Por que estou a dizer isso? Porque vou defender aqui que o governo Temer imite o governo Dilma e retalie a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão autônomo ligado a OEA (Organização dos Estados Americanos), lotado de esquerdistas até o talo. Vamos com calma.

A Comissão, para não variar, resolveu meter o bedelho em assuntos internos do Brasil e apontou supostos retrocessos praticados pelo governo Temer na “proteção e defesa dos direitos humanos”. Isso se traduziria na ausência de mulheres e negros no ministério e nos supostos cortes de verbas sociais.

Considerou “alarmante” que os Ministérios da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos (sempre foi uma secretaria) tenham sido fundidos ao da Justiça. É mesmo? Venham cá: todos os países que compõem a OEA são dotados dessas pastas, com status de ministério? Ora...É uma piada.

O estúpido comunicado da OEA lembra que Dilma foi eleita democraticamente — ora, Temer também — e cobra que os parlamentares brasileiros atuem “estritamente dentro do marco da lei e com apego aos princípios do direito internacional e dos direitos humanos”. Que bom! É o que eles vêm fazendo. Encerra afirmando: “A vontade do povo é a base da autoridade do poder público”. Perfeitamente. O povo quer Dilma fora da Presidência.

É claro que se trata de mais uma ingerência da Comissão em assuntos que não são de sua competência. E não é a primeira vez. Esse órgão já condenou o Brasil por não ter revisado a sua Lei de Anistia, como se o “Pacto de San José da Costa Rica” lhe conferisse competência para interferir nas decisões do corte suprema brasileira, como se o STF lhe devesse subordinação.

Quando isso aconteceu, os petistas aplaudiram. Mas calma lá: Dilma também já se desentendeu com a Comissão. Em abril de 2011, o órgão pediu a suspensão das obras da Usina de Belo Monte por suposto desrespeito aos direitos dos índios, o que o governo negava. Nota: o petrolão demonstrou que os direitos de todos os brasileiros foram aviltados porque a obra serviu para o pagamento de propina, né? A questão ambiental era só conversa mole.

Sabem o que Dilma, a nervosa, fez? Determinou a suspensão do repasse de US\$ 800 mil à entidade. Irritada pra valer, a petista quis mostrar um posicionamento ainda mais duro: convocou de volta ao país o então representante do Brasil na OEA, embaixador Ruy Casaes.

Para que saibam: eu critiquei a comissão naqueles dois casos. Ela nem tinha de se meter nas decisões do STF do Brasil nem tinha de cobrar suspensão de obra.

Bem, que o governo de Michel Temer saiba tratar mais essa **ingerência** com a devida dureza, não é mesmo? O país não pode ficar submetido a esse tipo de difamação.

Ao fazer considerações dessa ordem, a comissão ofende os Poderes Legislativo e Judiciário do Brasil, que operam com absoluta liberdade e dentro dos marcos constitucionais.

A análise da comissão nada tem de técnica. Trata-se apenas de ideologia.

Só para entender: Só para entender como essas coisas são feitas. Paulo Vannuchi, ex-ministro do governo Lula e diretor do instituto que leva o nome do petista, é um dos sete esquerdistas que compõem a comissão. O que vocês esperam que saia dali? Isenção?

Também a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ora vejam, tem as suas graças. O presidente é Roberto Caldas, um advogado trabalhista petista, que era sócio de Tarso Genro.

Entenderam?²⁶⁸

O nome de Dilma Rousseff aparece seis vezes no artigo, o nome de Temer aparece quatro vezes, e em apenas um parágrafo R.A. se refere apenas a Temer. Não aparece sequer uma qualificação direta ao Governo Michel Temer, apenas que R.A. qualifica sua “eleição” como “democrática” em contraposição ao caráter de ‘Golpe’ atribuído pelos setores da “esquerda” ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Outros nomes aparecem quatro vezes, e qualificações sobre os integrantes do PT aparecem três vezes. Nesta quantificação fica exposta a dimensão da produção de R.A. enquanto uma produção voltada de maneira axiforme ao *Antipetismo*. Podemos apontar para a comparação das citações dos indivíduos no mesmo artigo, dirigido às políticas que serão implementadas pelo Governo Temer, cita em comparações negativas mais vezes a ex Presidente deposta Dilma Rousseff do que o então presidente Michel Temer.

Em nossa opinião, portanto, estes elementos são indicativos da qualidade do *Antipetismo* na produção de R.A., mesmo em artigos que, em primeira vista, não estão relacionados ao PT e a seus membros. Pois, como já expomos em nossa leitura teórica sobre o PT, acreditamos que não há motivos para qualificá-lo como uma possível ameaça revolucionária ou anticapitalista. Este suposto perigo, em nossa opinião, ainda apresenta menor probabilidade após o *impeachment* de Dilma Rousseff e a saída do PT da direção do Governo, a exemplo deste artigo escrito em 2016, portanto após esta saída. Acreditamos, como apresentamos, que o PT não representou perigo estrutural para as relações capitalistas no Brasil e que, portanto, esta estranheza nos levou a questionar: quais são os motivos de R.A. continuar o enquadramento do PT dentro do quadro desta formação discursiva *Anticomunista* mesmo após a saída do PT?

Isto demonstra a transversalidade desta temática nesta produção, o exercício da referenciação pejorativa quanto ao PT e aos petistas que é, na verdade, um exercício de memória,

268 Grifos e Negritos nossos.

com eixo de referenciação no Intradiscurso *Anticomunista*. Há um interesse imediato em continuar exercitando o discurso *Anticomunista* que acreditamos ser o de “calar” de antemão quaisquer opiniões produzidas pelo espectro político da “esquerda” que possam ameaçar os interesses políticos defendidos pelos grupos representados no discurso de R.A.. Neste sentido, acreditamos que a utilização de termos generalizantes, como “esquerdistas”, fazem esta ponte entre o específico e o geral, entre o PT e a “esquerda”, o que nos indica que o fenômeno do *Antipetismo* está diretamente relacionado a uma formação discursiva mais ampla, a formação discursiva *Anticomunista*. Isto é, junto ao *Antipetismo* R.A. enquadra outros grupos e setores do espectro político da “esquerda” que não necessariamente pertencem ao PT, ou que muitas vezes fazem críticas a partir de suas respectivas posições às políticas defendidas pelo PT.

Em outras palavras, os efeitos práticos do exercício discursivo *Anticomunista* não se prostra apenas sob o PT e seus membros, mas trata de um espectro ainda maior de grupos políticos, oriundos de incontáveis tendências políticas que, muitas vezes, nem sequer aparecem inscritas, mas são proscritas pela construção de R.A. com a insígnia pejorativa de “esquerdistas” e tantas outras qualificações negativas, relativas ao “Comunismo” e aos “comunistas”, nesta produção. Apesar de R.A. não tratar apenas no PT e dos petistas, acreditamos que estas categorias se materializam como as referências utilizadas para a produção do discurso *Anticomunista*, o ponto de onde ele parte para produção do discurso *Anticomunista*. Neste sentido, não há porque separar o discurso de R.A. em categorias como “retórico”, “verdadeiro” ou “falso”.

O que acreditamos que deve ser feito é qualificar a utilização dos elementos do discurso *Anticomunista*, isto é, qual a qualidade das categorizações de R.A. com relação aos grupos da “esquerda”? Como trata destes grupos? O quanto trata destes grupos? Por que trata destes grupos desta forma e com tal frequência? Qual a extensão da sua produção discursiva, isto é, o quanto se produz de discursos ‘novos’ com referência no que já foi construído por R.A.? Os artigos sobre DH citados anteriormente nos dão pistas para responder algumas destas questões. Sendo assim,

apresentaremos uma breve análise qualitativa, destrinchando os parágrafos em que R.A. qualifica o “Comunismo” e os “comunistas” a partir do discurso *Anticomunista*. Começaremos pelo artigo “*O suposto decreto dos direitos humanos prega um golpe na justiça e extingue a propriedade privada no campo e nas cidades. Está no texto. Basta ler!!!*” Aqui pretendemos apresentar o processo de qualificação e produção de sentidos sobre os “comunistas” e o “Comunismo”, a partir do discurso *Antipetista* de R.A.

Neste artigo, R.A. começa qualificando, segundo sua visão política, o projeto de Decreto Nº 7.037. Porém, primeiramente faz uma qualificação sobre Lula que, segundo R.A., faria “*sua própria constituição*”, e que o citado decreto “*que tem fedor de um golpe de estado branco*” daria margem em suas proposições para a instauração de uma “ditadura petista” que ele chama de “*AI-5 do lulo-petismo*”. Neste sentido, R.A. faz uma relação direta de seu objeto, o petismo, através de seu discurso *Anticomunista*, comparando-o à Ditadura Civil Militar Brasileira, notadamente *Anticomunista*. Este processo, na nossa interpretação das palavras de R.A., não é exatamente comparativo pois, segundo ele, tem um caráter de “*revanchismo*”.

No entanto, seguindo a lógica construída de R.A., que contrapõe o Decreto Nº 7.037 aos atos institucionais promulgados pelos governos militares durante a Ditadura, R.A. apresenta vários conceitos que podem nos dar pistas de como ele trata sobre o assunto do caráter das ditaduras. Averiguemos o segundo parágrafo do artigo citado para compreendermos de forma mais didática a posição de R.A. sobre os determinados processos, a Ditadura de 1964 e o AI-5 contraposto ao projeto de Decreto Nº 7.037. R.A. inicia tratando da Ditadura Militar que ele chama de “Regime Militar”. Acreditamos que esta seja uma forma de conceituar os processos vividos entre 1964-1985 que apaga o caráter autoritário e repressivo do “Regime” que se tinha no Brasil. A “Ditadura” é a qualidade de um “Regime”, e referir-se a uma forma tão extremada de regime de forma genérica, apaga-lhe todo o sentido histórico que esta representa. Neste sentido, há ainda uma discussão sobre o caráter da Ditadura Militar no Brasil, sob o conceito de “Ditadura”, porém tendo como foco

principal o questionamento do caráter civil, devido a grande participação dos setores privados da economia e das redes de “*contrainteligência anticomunista*” que ultrapassavam os círculos militares e as barreiras institucionais.

A maneira com que R.A. escolhe defender a Ditadura militar em contraposição ao PT se torna mais clara na primeira frase do segundo parágrafo. Segundo R.A. “*O Regime Militar instituído em 1964 foi mais explícito e mais modesto.*”. Desta maneira, R.A. posiciona-se diretamente ao lado da Ditadura de 1964 em contraposição ao Decreto Nº 7.037. R.A. chama o processo de cassação dos mandatos dos políticos que foram expulsos do cargo pelo golpe militar de “expurgo dos ‘*indesejáveis*’”. Isto é, referindo-se a eles no presente, com argumentos *Anticomunistas* muito parecidos com os utilizados pela Ditadura Militar Brasileira, porém R.A. as usa com aspas, dando a entender, de alguma forma uma posição crítica a esse mesmo termo. A escolha dos conceitos feitas por R.A. para tratar do assunto Ditadura Militar se torna mais clara à maneira que prosseguimos a leitura. Sobre a Constituição de 1967 o AI-5, segundo R.A.,

Seu objetivo era institucionalizar os marcos da “**revolução**”. Em 13 de dezembro do ano seguinte, viria o **famigerado AI-5**. Juntado à Carta, ele suspendia, a depender da vontade do governo, algumas garantias que ela própria, **embora autoritária**, assegurava.²⁶⁹

O fato de “*revolução*” estar entre aspas nos deixou em dúvida, em um primeiro momento, sobre como R.A. se posiciona sobre o Golpe Militar, porém, a maneira com que constrói seu discurso, podemos ver um processo de ‘amenização’ do caráter ditatorial do Golpe de 1964 e dos Governos Militares. Ao comparar com outros artigos, compreendemos que R.A. não defende diretamente o Golpe Militar de forma categórica, o que nos leva a questionar a utilização desta referência e defesa velada no presente artigo.

²⁶⁹ Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-suposto-decreto-dos-direitos-humanos-prega-um-golpe-na-justica-e-extingue-a-propriedade-privada-no-campo-e-nas-cidades-esta-no-texto-basta-ler/> Acessado em 12/07/2017.

Podemos citar como exemplo o vídeo *“Reinaldo Azevedo Comenta sobre Intervenção Militar - Pingos nos Is - 30/10/2015”*²⁷⁰, nesta ocasião R.A. Debate a exoneração do militar Antonio Mourão, destituído após reivindicar publicamente uma intervenção militar e também por ter homenageado publicamente Carlos Brilhante Ulstra, general da Ditadura Militar acusado de ser o responsável mandante por diversos casos de tortura. No caso deste vídeo, R.A. chama aos que reivindicavam uma intervenção militar contra o Governo de Dilma Rousseff de *“bando de babacas”*, e diz que a pena atribuída a Antônio Mourão está *“corretíssima, eu teria feito a mesma coisa!”*. Porém, segue dizendo que *“tudo o que o General (Antônio Mourão) falou sobre o Governo Dilma tá certo e eu concordo com ele!”*. R.A esclarece seus apontamentos afirmando que *“as sociedades democráticas conferiram o uso da força e da arma para que fossem usados sob controle civil! Militar não tem que ficar dando opinião política.”*. Continuando ele questiona: *“um militar pode fazer isso nos Estados Unidos? Pode fazer na França? Na Alemanha? Logo não pode fazer isso no Brasil(...).”*²⁷¹

Isto é, aparentemente R.A. trata do Golpe, que ele chama de “revolução” (assim mesmo, entre aspas) de maneira ambígua. Aparentemente as duas caracterizações sobre o mesmo objeto estão parecendo um tanto ‘contraditórias’, porém, como afirmamos, acreditamos que este seja um processo de instrumentalização que R.A. faz de determinadas referências, e desta forma não necessariamente às defenda, mas faça uma “transferência” de sentidos a partir de determinadas referências. Isto é, não acreditamos que o Decreto Nº 7.037 contenha os perigos apontados por R.A., de ser um “AI-5 lulista”. Ainda assim, sem entrar no mérito da questão se R.A. está certo ou errado, ou mesmo buscar uma resposta categórica sobre a Ditadura Militar nas palavras de R.A., acreditamos que o que devemos evidenciar nesta situação seja exatamente a instrumentalização das referências de contraposição, que na verdade são utilizadas para cunhar justamente os sentidos sobre o “Comunismo” e os “comunistas”, representados no discurso de R.A. pelo “PT” e os

270 Programa “Pingos nos Is” produzido pela “Rádio Jovem Pan” - Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Qh7B9USLLk8> Acessado dia 13/07/2017.

271 Idem.

“petistas”. Em outras palavras, não acreditamos categoricamente que R.A. está defendendo o Golpe de 1964 ou os Atos Institucionais, mas sim, no processo em que “aparenta” defender este Golpe, acreditamos que ele constrói uma imagem ainda mais pejorativa sobre o PT do que a do Golpe de 1964, portanto, transfere o sentido atribuído a uma referência, para outra.

Podemos ilustrar este processo a partir a continuação do parágrafo do artigo citado sobre o Decreto Nº 7.037. logo após comparar o Decreto ao AI-5, R.A. continua o discurso tratando sobre Lula, PT e o Decreto. Segundo R.A. *“Lula preferiu fazer a sua **“miniconstituente”** por meio de um decreto. Refiro-me àquela **estrovenga** chamada Programa Nacional dos Direitos Humanos (o nome é pura “novilíngua” orwelliana), consubstanciado no decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.”*. Aqui se torna mais clara a transferência de sentidos promovida por R.A. Na lógica de construção deste discurso, o AI-5 e o Decreto de Lula, que R.A. chama de *“miniconstituente”*, são equivalentes exceto, segundo R.A., pelo fato de que o *“regime militar”* era *“mais explícito e mais modesto”*.

Na sequência R.A. aponta para a linguagem do Programa Nacional dos Direitos Humanos, fazendo referência à *“novilíngua”*²⁷². A *“novilíngua”* foi criada por George Orwell para evidenciar o processo de apagamentos dos sentidos e da memória, no romance de ficção distópica intitulado *“1984”*. Neste sentido, o que acreditamos que R.A. quer dizer com *“novilíngua”* é que o citado Decreto está escrito numa linguagem que subentenderia elementos que ele considera que deveria ficar mais *“explícitos”*. Em outro momento, R.A. recategoriza o que antes chamou de *“novilíngua”* como *“linguagem militante”*. Não estamos buscando isentar R.A. das caracterizações de seu discurso, porém, como demonstramos a partir das evidências do emprego utilitarista de elementos políticos para a construção do discurso *Anticomunista*, isto é, podemos atribuir ao discurso de R.A. oscilações um tanto quanto *“retóricas”* na utilização destas referências. Porém, correndo o risco de nos repetirmos demasiadas vezes sobre isso, não acreditamos que o ponto central de nossa análise

272 ORWELL. George, 1984. 4 ED. Madri: Metas, 2008.

deva passar pela confirmação de “quais elementos são retóricos” e “quais elementos não são retóricos”, ou mesmo uma distinção objetiva na produção de R.A. daquilo que é “verdadeiro” ou do que pode ser considerado “falso”, mas sim de compreender o sentido da possibilidade das incursões “retóricas” e das opiniões de R.A., mesmo que pareçam contraditórias ou ambíguas.

Prosseguindo, R.A. continua sua análise do Decreto Nº 7.037 em um discurso de caráter de acentuadamente alarmista sobre o que, em sua opinião, estaria subentendido no projeto de Decreto Nº 7.037. Segundo R.A., “*Vazado numa **linguagem militante**, que manda o saber jurídico às favas em benefício do mais escancarado, chulo e asqueroso proselitismo*”. Neste sentido, R.A. aponta que “o texto busca cantar as glórias do “novo regime” – o lulo-petismo -, tenta institucionalizar a **patrulha ideológica** no país como matéria de formação da cidadania”. Acreditamos que, para a melhor compreensão deste discurso, seja necessário a conceituação do que R.A. apresenta como “*patrulha ideológica*”. Para tanto, recorreremos a alguns artigos em que R.A. utiliza esta mesma figura de linguagem para que obtivéssemos elementos o suficiente para a compreensão da mesma.

A partir da Tag “patrulha ideológica”, entre os anos de 2011 e 2013, obtivemos doze resultados de artigos que tratam do tema de maneira direta e indireta. No artigo intitulado “*De volta aos atentados terroristas praticados pela **Al Qaeda eletrônica** contra cinco atrizes. Ou: As redes sociais como território da intolerância política*”²⁷³, além do retorno da utilização da figura de linguagem “*Al Qaeda eletrônica*”, pudemos analisar vários elementos que compõem o sentido que R.A. quer aplicar a “patrulha ideológica”. Segundo R.A.,

No que respeita à política, poucos lugares são hoje em dia tão **patrulhados** e avessos à liberdade como as redes sociais e os ambientes virtuais de maneira geral. Infelizmente, práticas persecutórias acabam, muitas vezes, estendendo suas franjas até mesmo aos sites dos grandes veículos de comunicação. Quem ameaça a liberdade de expressão na rede não é a NSA, a agência de segurança dos EUA, mas a **Al Qaeda eletrônica comandada pelo PT**. Não estou aqui a denunciar uma rede de conspiração ou coisa parecida. Estou tratando de algo muito concreto, palpável, com endereço certo.

²⁷³ Disponível em <https://web.archive.org/web/20131129173308/http://veja.abril.com.br:80/blog/reinaldo/tag/patrulha-ideologica/> Acessado em 11/06/2017.

Escrevi aqui em abril do ano passado um post sobre um troço chamado “MAV”: Mobilização em Ambientes Virtuais. Trata-se de um grupo criado pelo PT em 2010 para **policar** a Internet. O núcleo de São Paulo confessou com todas as letras: (...)

Assim, meu caro internauta, você pensa estar falando com um indivíduo e, na verdade, está sendo vítima do assédio de uma legião, como os demônios.²⁷⁴

A partir da leitura destes parágrafos, podemos apontar para a volta do tratamento “*Al Qaeda eletrônica*”, desta vez caracterizada como “*comandada pelo PT*”. Isto está referido com o suposto “*patrulhamento ideológico*” dos espaços virtuais que, segundo R.A., é uma forma de “*policamento*” da Internet, significado por R.A. como “*terrorismo eletrônico*” e que é gerenciada pelo PT. Para finalizar, R.A. compara esta atuação à atuação de “*uma legião, como os demônios*”. Este sentido, de demonização, baseado na iconografia cristã, em nossa opinião, está de acordo com a referência do “Comunismo” e “comunistas” em contraposição à “*paráfrase do sujeito ocidental*”, fenômeno praticamente universal da produção discursiva *Anticomunista*. Neste caso, a iconografia e simbologia cristãs servem como “referência universal” do “mesmo” para a construção do “outro”, ou do “oposto ao mesmo”. Mesmo assim, acreditamos que este artigo não apresenta elementos para elucidarmos o sentido que R.A. atribui ao termo “*patrulha ideológica*”.

Portanto, se levarmos em conta apenas este artigo, estaríamos circunscritos à utilização deste termo apenas em referência aos espaços virtuais e, ainda, de pessoas ligadas diretamente ao PT e ao petismo. Porém, a partir dos outros artigos relacionados pela Tag “*patrulha ideológica*”, os resultados apontam que o sentido deste termo é mais amplo do que se pode imaginar, sendo uma maneira genérica de se referir às pessoas que defendem as políticas dos DH, que defendem um ensino público crítico, que fazem críticas ao espectro político da direita, ou mesmo em situações inusitadas, como a aparição de determinadas questões presentes em provas, como concursos e vestibulares, onde as alternativas de respostas não corroboram com a defesa dos interesses dos grupos representados por R.A..

274 Idem.

Sobre esta questão, que consideramos interessante para elucidar a amplitude do sentido de “patrulhas ideológicas”, apresentamos os títulos dos artigos *“Chega de ideologia vagabunda e mentirosa em vestibular! Que o estado de SP comece a dar o exemplo anulando questão mentirosa da Fatec!”*²⁷⁵ que trata de uma questão de a uma prova de vestibular referente às consequências sociais do agronegócio. R.A. crítica o fato da resposta ser *“(C) promove a concentração de terras e o desemprego no campo.”*²⁷⁶ e se refere a atuação dos criadores da prova como *“Patrulha ideológica”*. Outro artigo com a mesma temática é intitulado *“Uma prova que exige que o candidato se alinhe ideologicamente com o examinador. Chega! É preciso começar a acionar a Justiça”*²⁷⁷. Neste artigo R.A. mostra indignação com a maneira com que o redator da questão trata sobre o Neoliberalismo. Segundo R.A. *“O examinador quer apenas a adesão do candidato a seu ponto de vista. Numa questão vigarista, em que todas as assertivas são falsas, é preciso dizer que todas são verdadeiras. É um troço orwelliano, é a novilíngua. o sentido está sempre pelo avesso: liberdade é escravidão.”*²⁷⁸

Assim, a partir da compilação dos sentidos empregados no termo “patrulha ideológica” presente em vários artigos de R.A. compreendemos que este termo não é restrito ao âmbito da disputa política, atingindo diretamente até mesmo a produção de conhecimento científico. Desta forma, podemos notar a dimensão do espectro atingido pelo *Anticomunismo*, representado pelo *Antipetismo* na produção de R.A..

275 Publicado dia 11/11/2011 – Acessado a partir dos arquivos coletados pelo W-get através do IWBm. Disponível em <https://web.archive.org/web/20131129173308/http://veja.abril.com.br:80/blog/reinaldo/tag/patrulha-ideologica/> Acessado dia 14/06/2017.

276 A pergunta da prova na íntegra está reproduzida a seguir:

O agronegócio envolve operações desde as pesquisas científicas relacionadas ao setor até a comercialização dos produtos, determinando uma cadeia produtiva entrelaçada e interdependente. (ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de et alii. Geografia: sociedade e cotidiano. São Paulo: Escala, 2010.)

Podem-se acrescentar outras características ao agronegócio, dentre as quais a seguinte:

(A) mantém centros de tecnologia avançados, voltados à agricultura orgânica.

(B) expande os cultivos de grãos da região Centro Oeste para a região Sudeste.

(C) promove a concentração de terras e o desemprego no campo.

(D) possibilita ao país a autossuficiência nas matérias-primas para a indústria.

(D) planeja a expansão das lavouras, barrando o desmatamento e os impactos ambientais.

277 Publicado dia 02/11/2011 – Acessado a partir dos arquivos coletados pelo W-get através do IWBm. Disponível em <https://web.archive.org/web/20131129173308/http://veja.abril.com.br:80/blog/reinaldo/tag/patrulha-ideologica/> Acessado dia 14/06/2017.

278 Idem.

Ainda, neste mesmo sentido, retornando a comparação entre os artigos sobre os DH “endereçados” a Temer e Lula, que R.A., no que se refere ao artigo “endereçado a Temer”, acaba citando mais vezes a ex-presidente Dilma do que o suposto destinatário do artigo. A utilização do elemento “petista” como referência de “exemplo a não se seguir”, como acontece no caso deste artigo é mais constante na produção de R.A. que se pode imaginar. Esta transversalidade temática, por sua vez, nos indica que produção de R.A. é especializada no Discurso *Anticomunista*, na forma do *Antipetismo*. A generalização da produção de sentidos *Anticomunistas*, através da forma do *Antipetismo*, por sua vez, amplia os sentidos do *Anticomunismo*. Desta forma, ao ampliar estes sentidos passa a atingir incontáveis grupos e espectros políticos, o que demonstra sua capacidade enquanto ferramenta de disputa política a partir da produção de seu Discurso.

Isto é, o *Anticomunismo* ao acometer-se sobre a construção daquilo que seria o “comunismo”, não o faz conforme um estudo de fato sobre o que o Comunismo é, ou foi, ou como está prescrito no ideário deste, mas o faz segundo sua própria interpretação daquilo que o *Anticomunismo* julga ser o “comunismo”. Desta maneira, o *Anticomunismo* esconde interesses maiores que aparenta, não estando ligados estritamente ao combate ao comunismo. O *Anticomunismo* é uma ferramenta que atua no campo político como forma de preparar o terreno de disputa, calando de antemão, projetos que possam ameaçar os interesses que patrocinam este discurso. E, ao mesmo tempo, o Discurso *Anticomunista* mobiliza várias FDs heterogêneas, homogenizando-as através do seu interdiscurso, criando coesão, desta forma, entre os vários interesses que o conformam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de produção deste trabalho nos apresentou vários desafios teóricos e metodológicos que tiveram de ser superados através da pesquisa extensa, trabalhando com os conceitos de *Anticomunismo*, Fascismo, demandando também uma imersão na discussão sobre AD e produção de *Sentidos* a partir do *Discurso* da Imprensa. Este processo se acelerou desde as pontuações da banca de qualificação, mesmo que já estivéssemos planejado trabalhar com esses elementos desde o início da pesquisa, a partir desses apontamentos, optamos pela reconstrução de parte de nosso texto. Neste sentido, acreditamos que as pontuações feitas durante o processo de pesquisa colaboraram para compreender melhor nosso objeto de análise e, de certa maneira, fazer um recorte que nos permitiu compreender os principais eixos da produção do *Discurso* promovido por R.A..

Outro desafio que teve de ser superado foi a coleta de dados sobre a produção de R.A. em seu trabalho com *VEJA.COM*, este desafio passa por uma série de fatores ligados aos conteúdos que apresentados na *internet*, como o fato de estes serem “voláteis” ao tempo, isso é, os portais *online*, como o de *VEJA.COM* estão sempre passando por manutenção de seus conteúdos e mudanças radicais de seus *layouts*, o que gera uma série de transtornos para o sujeito que pesquisa através destas mídias. Estes problemas se agravaram com a saída de R.A. de *VEJA.COM* pois, além das mudanças drásticas de *layouts*²⁷⁹ que por mudanças dos mecanismos de busca interna do *blog* acabaram por dificultar o processo de pesquisa, ainda passou por mudanças no sentido de cobrar adesão dos leitores à assinatura de *VEJA.COM* para terem acesso ao conteúdo integral dos artigos. Um exemplo dos conteúdos que são limitados aos assinantes são a função de “comentar” os artigos do *blog* e também a possibilidade de acesso aos comentários já inscritos no *blog*.

279 O layout do portal de *VEJA.COM* passou por, ao menos, 4 mudanças que pudemos identificar a partir dos arquivos que coletamos.

Isso demandou caminhos alternativos para a coleta de dados, o que por sua vez nos cobrou uma série de medidas complexas para executar esta tarefa, assim como a demanda de tempo para tanto. A utilização do *IWBM*, de fato, não é um dos caminhos mais ortodoxos para execução de tarefas desta magnitude, tão pouco a utilização do “*w-get*” como mecanismo de gerenciamento de coleta de sites “inteiros”, porém acreditamos que os resultados obtidos foram os melhores possíveis se compreendermos o fato de que não pudemos dispor de um servidor de análise de dados convencional, de tecnologia de ponta e servido de profissionais com ampla formação nesta área. Ainda assim, acreditamos que por fatores de limites humanos, mesmo com uma coleta ainda mais massiva de dados, não poderíamos no presente trabalho dar conta de trabalhar textualmente com a análise de toda a produção coletada de R.A..

O número de dados coletados, mesmo após as limpezas de dados que realizamos, continua a ser grande, mais de sete mil arquivos de artigos. O pacote original de dados que coletamos, contava em sua integralidade com mais de cento e sessenta mil arquivos, ocupando mais de quarenta *gigabytes* de espaço. O processo de limpeza, até chegarmos ao resultado que achamos mais próximo do que é adequado a facilitar a pesquisa, também demandou meios heterodoxos de execução. Assim, houve a necessidade de se criar replicas do pacote original de dados para que pudéssemos trabalhar ponto a ponto no processo de limpeza de *metadados* sem que extraviássemos ou comprometermos a integridade dos conteúdos de nosso interesse, os artigos de R.A..

Para além disso, ainda houve o processo de quantificação de termos na produção de R.A., tanto no conteúdo do texto do artigo, quanto no título do artigo, e procuramos executar esta tarefa de maneira que não houvesse confusão na quantificação daquilo que pertencia a cada um destes elementos. Isto é, na contagem final de dados, os termos estão distinguidos por “título do artigo” ou “texto do artigo”, este processo todo, desde a limpeza até a quantificação de dados demandou, como já dissemos, a construção de dois programas específicos de computador para executar esta tarefa. Além do tempo, portanto, para a construção destes programas, ainda houve o tempo necessário aos

computadores para o processamento destas tarefas, a limpeza de dados, a quantificação dos termos, a compilação dos documentos relativos aos termos e, finalmente, nossa busca nestes arquivos de texto pelos termos relativos ao Discurso *Antipetista* e *Anticomunista*. O maior destes arquivos brutos de texto, contendo termos encontrados nos “textos do artigo”, contem cerca de dois milhões e seiscentos mil caracteres escritos.

Para além desta tarefa massante de quantificação de dados, e os desafios técnicos que encontramos nesta produção e que tiveram que ser superados, o resto de nosso trabalho apresentou-se agradável aos nossos sentidos de pesquisador. Nosso objeto, embora não muito palatável ao nosso gosto, nos possibilitou a apreensão de vários elementos importantes e agradáveis de se trabalhar, tanto no sentido do trabalho de busca e pesquisa com referências teóricas e metodológicas, que ampliamos significativamente no processo de pesquisa, quanto das discussões que pudemos empreender a partir do momento em que embricamos estes referenciais ao nosso objeto de pesquisa. Acreditamos que com o tempo que disponibilizamos, à parte dos problemas pessoais que fazem parte da vida de cada sujeito, pudemos fazer um trabalho que nos contenta, por todo o processo de aprendizado e amadurecimento intelectual envolvido nesta produção.

Assim, finalizando as pontuações de cunho mais pessoal, e também brevemente relatando os problemas e desafios técnicos que tivemos de superar, podemos concluir sobre o trabalho relacionando-o a nosso objeto. Primeiramente, podemos apontar que um trabalho com HI apresenta várias adversidades para o sujeito que pesquisa, a inconclusividade de certos processos pode nos remeter a conclusões errôneas sobre os aspectos de nosso objeto no tempo em movimento. Por outro lado, este fator também nos apresentou uma série de possibilidades para trabalharmos em nossa pesquisa, como a disponibilidade de fontes e a relação de nosso objeto no desenvolvimento do próprio processo histórico que estávamos analisando. Estes fatores não falam por si só, por isso acreditamos que a compreensão da dimensão de nosso objeto está diretamente relacionada com a pesquisa teórica e metodológica que empenhamos, no sentido de nos proporcionar ferramentas de

análise para que aprofundássemos nossa apreensão e amplificássemos, assim, nossas possibilidades de elucidação dos problemas que nos propusemos a buscar solução.

Alguns dos problemas que podemos apontar, relativo a pesquisa com HI embricada ao nosso objeto, foram as mudanças ocorridas no processo de desenvolvimento do nosso objeto no tempo, isto é, relativo ao seu vínculo com *VEJA.COM*, suas relações pessoais com a irmã de Aécio Neves do PSDB, Senador investigado na operação “Lava-jato”²⁸⁰, e ainda sua suposta “guinada” em defesa de Lula durante o processo de julgamento do mesmo, também resultado da operação “Lava-jato”, o que fez com que muitos de seus leitores e colaboradores se afastassem de R.A.. Isto requer muito cuidado de nossa parte para concluirmos acerca das possibilidades que se abrem em relação à produção do Discurso *Antipetista*. Podemos pontuar aqui que, embora possamos tocar em alguns destes pontos, não houve o tempo hábil para assegurar uma análise, com qualidade, destes fatores.

O trabalho com os conceitos de Fascismo e *Anticomunismo* também auxiliaram nossa apreensão sobre nosso objeto. Sobre o conceito de Fascismo, acreditamos que nosso trabalho de pesquisa nos possibilitou boa parte dos elementos necessários à compreensão deste fenômeno da luta de classes. Apresentamos reflexões acerca do fascismo enquanto fenômeno histórico, assim como algumas discussões que possibilitam compreender este fenômeno em suas dimensões ideológicas. Deste modo, podemos afirmar que o fascismo possui uma múltipla possibilidade de análise. Isto é, há o fascismo histórico relativo aos regimes do Eixo, e neste sentido há a ideologia e o discurso fascista deste contexto. E há também a permanência de elementos fascistas após o contexto da IIGM, ou seja, que não estão comprometidos diretamente com o nazifascismo, porém sua práxis remete diretamente ao discurso desta matriz ideológica.

Neste sentido, acreditamos que seja impossível enquadrar categoricamente R.A. como um fascista, em sentido estrito, pois apesar de apresentar elementos relacionados ao fascismo, ou muito próximos ao discurso empreendido pelos fascistas, na produção do discurso *Antipetista*, R.A. não

280 Operação que investiga casos de corrupção envolvendo contratos de licitação de obras do Governo Federal, obteve este nome pois começou investigando postos de combustível e lava-jatos.

apresenta todas as características necessárias para este enquadramento. Ainda assim, acreditamos que os elementos presentes em sua produção que podem ser relacionados à discursividade fascista, nos possibilitam vislumbrar a possibilidade de mobilização deste ideário para a construção do *Antipetismo* como ferramenta de combate político aos projetos que não se alinham aos seus interesses. Isto é, acreditamos que na produção do discurso *Antipetista*, R.A. mobiliza FDs que, muitas vezes, ultrapassam as fronteiras do *Anticomunismo* que, por sua vez, acabam mobilizando elementos fascistas de Discursividade. Isto é, uma FD que acaba se relacionando diretamente ao interdiscurso fascista.

Enumerando os elementos onde estas Fds se embricam fundamentando a possibilidade apreensão de elementos fascistas no processo de produção do discurso *Antipetista* de R.A., apontamos, como apresentamos no texto, para fatores como 1) a “*aderência rígida aos valores da classe média e inflexibilidade nas atitudes*”. 2) a “*Anti-intelectualidade*”. 3) a “*projeção do que não gosta em si nos outros*”. 4) “*Toughness*” (dureza). 5) *Personalidade Autoritária* mobilizando outras personalidades autoritárias e reproduzindo o pensamento autoritário para a sociedade. Além disso, podemos pontuar aqui, a exacerbação do discurso *Anticomunista* também pode ser compreendida como a reprodução do discurso autoritário promovido pelo fascismo.

Na discussão sobre a “Auto-ajuda” e a Personalidade Autoritária, pudemos compreender como R.A. organiza seus pares ideológicos, apresentando a estes um espaço de comunhão ideológica com base no *Antipetismo*. Podemos associar esta relação com a ação do Intelectual Orgânico, ampliando as possibilidades de interpretação das atividades promovidas por R.A.. Isto é, sua função enquanto produtor do Discurso *Antipetista*, bem como formatador e gerenciador das atividades de seu *blog*, por sua vez, utilizado para ampliar o espectro político *Antipetista* possibilitando um espaço de “sociabilidade” dos que se reconhecem neste Discurso, o que auxilia no agrupamento destes sujeitos.

A partir do trabalho com o conceito de *Anticomunismo*, pudemos ampliar a compreensão sobre a função do *Antipetismo* na produção do Discurso de R.A.. O *Anticomunismo*, como apresentamos, é heterogêneo, mudando de função e significado conforme os contextos históricos e espaciais, assim como apresentou Chomsky. Seguindo estes apontamentos, pudemos compreender, a partir da leitura sobre o desenvolvimento histórico do discurso *Anticomunista*, que o Discurso *Antipetista* de R.A. é a forma em que o discurso *Anticomunista* é promovida no contexto Brasileiro. Isto é, o *Antipetismo* é a forma da qual o conteúdo é o *Anticomunismo*. Sendo assim, quando falamos de *Antipetismo* não estamos referindo a um discurso de ódio voltado estritamente ao PT e aos petistas, nesta acepção, quando se fala de *Anticomunismo* refere-se tampouco estamos falando sobre o Comunismo, ou os sujeitos e partidos comunistas. Entretanto, há que resguardar o fato de o petismo, o PT e seu significado histórico tem significações importantes na alimentação do anticomunismo. Alguns fatores colaboram para isto se dar desta maneira, podemos indicar que a formação do PT enquanto “partido de massas” após o fim da Ditadura Militar e a dimensão que este partido adquiriu nos mais diversos campos políticos, pode ter colaborado para isso.

O *Anticomunismo*, na verdade, é mais amplo que isto. A partir de nossa pesquisa, podemos concluir que o *Anticomunismo* tem suas especificidades ideológicas, que o configuram como uma forma autônoma de pensamento, isto é, ao mesmo tempo funciona como uma ferramenta, portanto, devendo estar associado a outro interesse que não apenas uma oposição estrita ao “Comunismo”. Esta ferramenta é utilizada como arma nas disputas políticas, criando consenso através de um imaginário historicamente construído sobre o sujeito ocidental. Também é utilizada como parâmetro para filtrar ou construir informações na de Imprensa, silenciando a possibilidade de projetos políticos oriundos dos espectros ideológicos que destoam dos interesses da Imprensa. No mundo contemporâneo podemos dizer que ele é uma oposição a tudo que se oponha ao capitalismo nas suas formas mais simples ou complexas.

A importância do *Anticomunismo* para a compreensão de nosso objeto, portanto, tornou o *Anticomunismo* axial na nossa pesquisa, percorrendo transversalmente todo o nosso trabalho. É esta a ferramenta utilizada por R.A. para empreender a produção do Discurso *Antipetista*, é este o elemento pelo qual o consenso em torno na inevitabilidade do capitalismo é manufaturado por sua produção. Embricar a discussão do *Anticomunismo*, do *Antipetismo*, e da AD nos proporcionou, portanto ampliar o entendimento sobre nosso objeto, assim como, acreditamos, ampliar o entendimento sobre o que é o *Anticomunismo* como Discurso, e as formas com que este interdiscurso é promovido por R.A., assim como indicar possibilidades de solucionar questões sobre: quais os sentidos R.A. constrói sobre o PT e os petistas? Como faz isto? qual a motivação da produção de Discurso *Anticomunista* por R.A. através do *Antipetismo*? Com qual frequência utiliza-se do interdiscurso *Anticomunista*? E qual amplitude alcança os sentidos produzidos por R.A. na produção deste discurso, isto é, com que frequência aquilo que ele produz serve de referência para outras produções com conteúdo semelhante?

O *Anticomunismo* é uma ferramenta cara, por assim dizer, para se utilizar, pois demanda muito tempo e investimentos no que consiste a exercitar seu discurso. Demanda espaço, para que se possa publicar seus conteúdos, demanda investimentos, para que se possa manter tamanha regularidade, como a de R.A., na produção de um conteúdo com tamanha especificidade, demanda tempo de exercício dos seus sentidos, para que sejam apreendidos pelos sujeitos que entram em contato com este Discurso. É um processo de construção que, na verdade, demandou gerações até que o discurso *Anticomunista* na Imprensa do Brasil tomasse a forma e a amplitude que possui atualmente. Bethânia Mariani atribui as primeiras publicações de cunho Anticomunista no Brasil ao ano de 1922, coincidindo com a data de formação do PCB. Segundo ela, “a partir de 1922 data de fundação do PCB, comunistas e não-comunistas lutaram por tornar visíveis os sentidos não apenas dos seus próprios discursos, mas aqueles que atribuíam a seus adversários.”²⁸¹. Carla Silva, por sua

281 MARIANI, Bethania. *op. cit.*, p. 18.

vez, apresenta discussões referentes a produção do discurso Anticomunista no Brasil já a partir de 1917, coincidindo com a Revolução Russa, e apresenta também a indícios de que esta produção tenha origens ainda mais antigas, datadas de 1871,

O historiador Maria Maestri, estudando o papel histórico de Castro Alves, cita um projeto abolicionista que determinava a emancipação dos filhos das cativas, em 1871. Segundo ele, “o projeto foi combatido pelos escravistas, que chegaram a apresentá-lo como inspiração da terrível Internacional Comunista”²⁸²

Reinaldo Azevedo, como apresentamos, não é o primeiro produtor de discurso *Anticomunista* no Brasil, tampouco do Discurso *Antipetista*, no entanto ele possui especificidades que devem ser levadas em conta. R.A.. Uma destas especificidades pode ser observada pelo fator de que os Antipetistas apresentados por nós possuem um discurso mais polido, e pragmático, com críticas mais pontuais do que os geralmente encontradas na produção de R.A.. Seu blog é apresentado como “*Blog do jornalista Reinaldo Azevedo: política, governo, PT, imprensa e cultura*”, indicando sua especialização: crítica ao governo PT. Há, portanto, um interesse grande na manutenção deste ideário na produção da imprensa, há um investimento significativo em capital humano para tanto, e em espaço virtual, para dizer o mínimo. Há também um interesse maior que o de R.A. na construção deste Discurso, há o interesse direto de *VEJA.COM*, que é o portal da Revista Veja.

R.A., a partir de seu blog, mobiliza FDs heterogêneas para construir o consenso a partir da de uma FD que promove pontos de homogenização destas posições. Isto é, R.A. utiliza-se de um “alvo comum”, que constrói como sendo o eixo dos problemas políticos, “a raiz de todo o mal”, por assim dizer, o PT, para manufaturar um consenso entre os distintos setores sócio-políticos. O “alvo comum”, o PT, é atingido por um discurso que homogeniza, portanto, estas distintas posições, assim, o *Anticomunismo* é representado pelo *Antipetismo*. A promoção do discurso *Anticomunista* se intensificou muito nos últimos anos no Brasil, porém acreditamos que R.A. possui uma posição

282 MAESTRI apud SILVA. *op. cit.*, p. 200.

privilegiada frente a outros produtores desta forma de Discurso. O fato de que R.A. esteve ligado durante onze anos ao editorial de *VEJA.COM*, e o alcance que sua produção conseguiu obter a partir deste fator, o distinguem destes outros produtores. A forma radical com que o *Antipetismo* é apresentado nos últimos anos pode não ser resultado exclusivamente da produção de R.A., porém este colaborou diretamente para a intensificação deste espectro discursivo.

A produção de Sentidos sobre o PT e os petistas, no Discurso de R.A. alcançou amplitude significativa no espaço virtual, permeando várias produções na internet, e sendo reproduzido em vários *sites* de grupos, ou até mesmo partidos (como no caso do PSDB) que tem interesse em opor-se às políticas promovidas pelo PT. Estes sentidos, apesar de uma certa originalidade na confecção de termos relativos ao PT e ao petista, não fogem muito dos sentidos construídos historicamente pelo discurso *Anticomunista* em relação ao “comunismo” e ao “comunista”. Apesar da roupagem atualizada, sob a forma do *Antipetismo*, o discurso *Anticomunista* de R.A. continua mobilizando os mesmos elementos para significar seu objeto de crítica. Ou seja, raras as vezes estas caracterizações não apregoam ao “comunismo” e aos “comunistas” o sentido de “idealista”, “louco”, “desvairado”, “sonhador”, “perigo” ou “ameaça”, “grupelho”, “terrorismo”, “mal”, “promiscuo”, “imoral”, “ladrão” ou “corrupto”, “autoritário”, “conspirador” ou “sabotador”, entre outros termos que não fogem a esta composição de sentidos.

Apesar de historicamente o discurso da Imprensa ser construído com base na concepção ocidental dos Direitos Humanos, sobretudo no imaginário construído sobre o Sujeito Ocidental a partir da ética dos DH, o discurso *Anticomunista* promovido por R.A., possui algumas ambiguidades quanto a isto. Isto porque, por um lado R.A. embasa várias vezes seu discurso no que ele qualifica como “atrocidades” cometidas, segundo ele, pelo “comunismo” e os “comunistas” contra os DH. Porém, por outro lado R.A. mobiliza FDs que se opõem veementemente à ética dos DHs.

Esta prática possui alguma regularidade em sua produção o que nos indica a possibilidade de mobilizações retóricas do elemento de DH, ou então utilitaristas, conforme demanda a situação. Isto é, quando é possível mobilizar este elemento contra seu principal objeto de crítica, o comunismo e os comunistas, representados pelo PT e os petistas, R.A. o faz. Em contrapartida, quando esta mesma discussão se choca com os interesses das FDs dos grupos políticos que R.A. pretende mobilizar através do interdiscurso *Anticomunista*, também o faz. Acreditamos que esta relação tem a função de conjugar FDs heterogêneas em uma FD homogenizada, ou seja, construir o consenso entre os vários grupos que compõem os espectros políticos mobilizados por R.A., o que nos indica, finalmente, sua função enquanto um Intelectual Orgânico na produção do Discurso *Anticomunista* na imprensa de referência do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- BEZERRA DE MELO, Demian. **Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e consenso sob o fascismo**. Revista Outubro, nº 26, julho de 2016. Alameda, 2008.
- BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política**. São Paulo:
- BONET, Luciano. **“Anticomunismo”**. In: BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política.
- CHOMSKY, Noam, **Consentimento sem consenso: a teoria e a prática da democracia**. ESTUDOS AVANÇADOS 11 (29), 1997.
- FONTES, Virgínia M. **A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e lutas teóricas na década de 1980**. In: LIMA, Julio. C.. NEVES, Lúcia. M. W. Fundamentos da Educação Escolar no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Volume 1.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Volume 3.
- GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Editora civilização Brasileira. 1982..
- MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Ravan. Campus, SP. UNICAMP, 1998.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Sundermann, 2003.
- NETTO, José Paulo. **O Que Todo Cidadão Precisa Saber Sobre o Comunismo**. 2 a ed. São Paulo: Global, 1987.
- PADRÓS, Enrique Serra. **Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente**. In Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.199-223, jan/dez. 2004.
- PATSCHIKI, Lucas. **Olavo de Carvalho, o Mídia Sem Máscaras e o anticomunismo contra Gramsci (2002-2011)**. In: Revista História & Luta de Classes. No 14, setembro de 2012.
- SANCHEZ, Pablo Viejo. **El modelo de propaganda de Herman y Chomsky: Análisis de prensa sobre la huelga general del 29 de marzo de 2012**. GANDIA, 2013.
- SILVA, Carla. **ANTICOMUNISMO BRASILEIRO: Conceitos E Historiografia**. M. C. Rondon, Revista Tempos Históricos, Vol. 2, Número 1, Março, 2000.

- SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **OS IMPASSES DA ESTRATÉGIA: Os Comunistas, o Antifascismo e a Revolução Burguesa no Brasil 1936-1948**. São Paulo: Annablume, 2009.
- KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977. 3ª Edição, 1991.
- ORWELL. George, **1984**. 4 ED. Madri: Metas, 2008.
- RÜDIGER, Francisco, **Literatura de auto-ajuda e individualismo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

ARTIGOS

- CALIL, Gilberto. **“Decifra-me ou te devoro”**: a grande mídia e as manifestações. Disponível em <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=1546> <http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=1546> Acessado em 13/12/2014.
- COSTA, Claudio, **“ADORNO, PERSONALIDADE AUTORITÁRIA E FASCISMO”** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=R4OP0nU9Fdg> . Acessado em 22/03/2016.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia em Gramsci**. 2002. Disponível em <http://www.acesa.com/gramsci/?id=298&page=visualiz> Acessado em 01/11/2015
- Programa **“Pingos nos Is”** produzido pela **“Rádio Jovem Pan”** - Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Qh7B9USLLk8> Acessado dia 13/07/2017.
- SILVA, Carla Luciana. **Veja, a Tática do Cinismo**. Disponível em <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1310> Acessado em 09/07/2015.

DISSERTAÇÕES

- COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998)**. <http://centrovictormeyer.org.br/wpcontent/uploads/2010/04/Uma-esquerda-para-o-capital-Eurelino-Coelho.pdf> Acessado em 09/11/2014.

- PATSCHIKI, Lucas, **OS LITORES DA BURGUESIA – O Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)”** Disponível em <http://brasil.indymedia.org/media/2013/02/516394.pdf> Acessado dia 22/05/2016.

FONTES

- AZEVEDO, Reinaldo. **A Mídia do Contragolpe.** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/a-midia-do-contragolpe/> Acessado em 10/07/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Cadeia para a canalha black bloc e suas fadinhas e duendes de fachada!** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/cadeia-para-a-canalha-black-bloc-e-suas-fadinhas-e-duendes-de-fachada/> Acessado dia 11/07/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Chega de ideologia vagabunda e mentirosa em vestibular! Que o estado de SP comece a dar o exemplo anulando questão mentirosa da Fatec!** Publicado dia 11/11/2011 – Disponível em <https://web.archive.org/web/20131129173308/http://veja.abril.com.br:80/blog/reinaldo/tag/patrolha-ideologica/> Acessado dia 14/06/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Coisa de Ditadura** Disponível em <http://psdb.org.br/acompanhe/noticias/coisa-de-ditadura-reinaldo-azevedo/> Acessado dia 11/07/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos se mete de novo em assuntos internos do Brasil e fala mais bobagem.** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/comissao-interamericana-de-direitos-humanos-se-mete-de-novo-em-assuntos-internos-do-brasil-e-fala-mais-bobagem/> Acessado dia 12/07/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Considerações Sobre o Pobrismo.** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/consideracoes-sobre-pobrismo/> Acessado em: 19/01/2014.
- AZEVEDO, Reinaldo. **De volta aos atentados terroristas praticados pela Al Qaeda eletrônica contra cinco atrizes. Ou: As redes sociais como território da intolerância política.** Disponível em <https://web.archive.org/web/20131129173308/http://veja.abril.com.br:80/blog/reinaldo/tag/patrolha-ideologica/> Acessado em 11/06/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **O Estupro como Estandarte.** Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo/2016/06/1777766-o-estupro-como-estandarte.shtml> Acessado em 11/07/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **O País dos Petralhas.** Rio de Janeiro: Editora Record, 2008. Vol. 1.

- AZEVEDO, Reinaldo. **O ‘petralhotário’ e o ‘petralhantra’**. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/petralhotario-petralhantra-1/> acessado em 21/03/2016
- AZEVEDO, Reinaldo **O sexo dos petralhas** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/sexo-dos-petralhas/>. Acessado dia 22/03/2016
- AZEVEDO, Reinaldo. **O SUPOSTO DECRETO DOS DIREITOS HUMANOS PREGA UM GOLPE NA JUSTIÇA E EXTINGUE A PROPRIEDADE PRIVADA NO CAMPO E NAS CIDADES. ESTÁ NO TEXTO. BASTA LER!!!** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-suposto-decreto-dos-direitos-humanos-prega-um-golpe-na-justica-e-extingue-a-propriedade-privada-no-campo-e-nas-cidades-esta-no-texto-basta-ler/> Acessado em 12/07/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Se Dilma aplaude o terrorismo “red bloc” do MST, por que acha que pode combater o dos black blocs?** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/se-dilma-aplaude-o-terrorismo-red-bloc-do-mst-por-que-acha-que-pode-combater-o-dos-black-blocs/> Acessado dia 08/07/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Petralhas.** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/petralhas/> Acessado dia 23/03/2016.
- AZEVEDO, Reinaldo. **POR QUE A DIREITA NÃO DISPUTA O PODER NA UNIVERSIDADE?, DESAFIA O PETRALHA.** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/por-que-direita-nao-disputa-poder-na-universidade-desafia-petralha/> Acessado dia 22/03/2016.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Samba-enredo: O dia em que o Babalorixá da Banânia adentrou os portais dos Bandeirantes da elite branca e perversa, olerê, prugurundum.** Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldoh/samba-enredo-o-dia-em-que-o-babalorixa-da-banania-adentrou-os-portais-dos-bandeirantes-da-elite-branca-e-perversa-oler-prugurundum/> Acessado dia 08/07/2017.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Vereda para a Terra dos Mortos ou democracia? A escolha!** Disponível em <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/vereda-para-a-terra-dos-mortos-ou-democracia-a-escolha/> Acessado em 10/07/2017.
- GODOY, Dagoberto Lima. **NEOCOMUNISMO NO BRASIL – Os artifícios de um Governo Democrático e Popular**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.
- DACANAL, J. H. **O PT, MARX E O CRISTIANISMO**. Porto Alegre: Soles, 2000.

- **DACANAL, J. H. A NOVA CLASSE NO PODER – Separata da obra “A nova Classe – O governo PT no Rio Grande do Sul” de J. H. Dacanal e J. H. Weber. Edição Novo Século. Porto Alegre, 1999.**

ANEXOS

**Termos relacionados ao conteúdo discursivo *Anticomunista* na produção de R.A.
presentes no texto dos artigos**

Sobre sujeitos políticos do PT.

Lula	3965
Dilma	1980
Rousseff	843
Suplicy	218
Apedeuta	145
Babalorixá da Banânia	6

Sobre figuras ligadas a história dos partidos “comunistas”.

Stálin/Stalin	53
Lênin	23
Che	171
Guevara	112
Marighela/Marighella	24
“Mao	4

Organizações – partidos, movimentos e instituições.

PT	1896
PT-AC	78
PT-AM	46
PT-BA	24
PT-ES	24
PT-MT	23
PT-PI	46
PT-RJ	69

PT-SP	209
PT-SC	22
	Total = 2527
PMDB-PT	23
MST	381
CUT	142
PSOL	67
PSOL-RS	23
	Total = 90
PCB	19
PSTU	1
PCO	1
USP	449
Unicamp	94
Petrobras/Petrobrás/Petrobras?	2565
Bolsa-Família	161
Bolsa-Escola	46
Bolsa-Alimentação	23
Auxílio-Gás	23

Organizações e partidos políticos de direita.

PSDB	1712
PSB-CE	29
PSDB-CE	90
PSDB-GO	23
PSDB-AM	46
PSDB-MG	47
PSDB-PE	22
PSDB-PR	114
PSDB-RS	69
	Total = 2152
PMDB	1252
PMDB-AP	167
PMDB-RS	86
PMDB-RN	61
PMDB-SP	158
PMDB-MA	19
PMDB-PE	23

PMDB-PR	19
PMDB-RJ	96
PMDB-RR	67
	Total = 1948
pró-PMDB	19
pró-Temer	19

Sobre os “comunistas” e o “comunismo”.

militância	105
militantes	84
brechtiana	4
desmiolados	2
Bandidos	38
bandido	5
bandoleiros	4
bandoleiro	26
baderneiros	19
covardes	6
antiamericana	4
marxista	4
patrulha	44
(defender) terrorista?	6
ganges	4
proselitismo	34
mandonismo	23
neo-racistas	23
porco	30
fedorento	4
demagogia	65
homicidas	27
cretinos	26
assassinas	4
despotazinhas esclarecidos	4
bocó	31
doutrinação	12

doutrinadores	6
esquerdista	52
esquerdopata	14
esquerdopata-sindical	4
esquerdismo	32
esquerdistas	78
esquerdas	106
esquerda	353
esquerdização	6
Verde-Esquerda	19
revolucionário	39
revolucionária	48
revolução	5
guerrilheiros	27
marxistas	2
maniqueísmo	6
Bolivariana	2
Bolivariano	27
antiamericanismo	85
delinqüência	12
subjornalismo	33
sindicalistas	47
sensacionalistas	24
“terrorismo imprescritível”	12
Guerrilha	8
revanchismo	23
socialistas	4
fascismos	4
tontons-maCUTs	27
tontos-maCUTs	4
vandalismo	4
vagabundos	13
vagabundo	107
vagabunda	1
Escatologia	52
patrulhas	6

maoista	23
stalinista	19
stalinistas	38
jurássico	19
bolivariana	20
Comunismo	19
comunista	91
comunistralha	2
horda	6
parasita	4
tralha	4
Proletários	19
Armados	19
petralhas	169
lulo-petismo	23
petista	720
onguismo	24
queremista	24
queremismo	26
vandalismo	4

Opositores ao “Comunismo” (pessoas e grupos que R.A. visa mobilizar) e políticos de direita.

ativistas	23
ativista	42
ativismo	4
manifestantes	73
capitalismo	104
anticomunistas	2
não-petralhas	2
tucano	171
tucanos	595
Tucanos	19
Tucano	41
tucanas?	6

FHC	158
oposições	129
Aécio	428
neoliberalismo	24
direita	27
Hitler	55
pró-nazista	4
Mussolini	4
Franco	50
Salazar	4

Regimes de “Esquerda”.

Venezuela	502
Ditadura	26
“bolivarianos”	19
tiranía	7
totalitária	11
ditadores	29
totalitarismo	8
autoritarismo	32
socialismo	31
porcaria	?
fascistas	5
fascista	5
fascistóides	4
ditador	24
estadista	2
Nojenta	4
comunismo	5
incompetência	32
primitivismo	6
tiranos	24
genocidas	24
populismo	26
exploradores	23
vulgares	23

Associados mas não toda a contagem.

hipocrisia	39
Hipocrisia	8
ditadura	386
terrorista	264
terrorismo	312
Revolucionária	24
Revolucionárias	90
vigaristas	50
imperialismo:	24
nazistas	48
golpista	46
guerrilhas	23
Fria	23
sanguinária	23
antidemocrático	24
aventura	100
personalismo	24
fanatismo	23